FABIO ASSIS PINHO

ASPECTOS ÉTICOS EM REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO EM TEMÁTICAS RELATIVAS À HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA:
uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras

MARÍLIA-SP
2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

FABIO ASSIS PINHO

ASPECTOS ÉTICOS EM REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO EM TEMÁTICAS RELATIVAS À HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA:
uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães

MARÍLIA-SP
2010

P654a Pinho, Fabio Assis.
Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras / Fabio Assis Pinho. – – Marília, 2010.
v, 149 f. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.
Orientador: José Augusto Chaves Guimarães.
Bibliografia: f. 133-149.

1. Representação do conhecimento. 2. Ética informacional. 3. Precisão. 4. Metáfora. 5. Eufemismo. I. Título.

CDD 020

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
Faculdade de Filosofia e Ciências
Departamento de Ciência da Informação

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Título: Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras.

Autor: Fabio Assis Pinho

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães

Linha de pesquisa: Produção e Organização da Informação

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de *Doutor em Ciência da Informação,* para a Comissão Examinadora:

Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães (Presidente)
Faculdade de Filosofia e Ciências / Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes
Faculdade de Filosofia e Ciências / Universidade Estadual Paulista

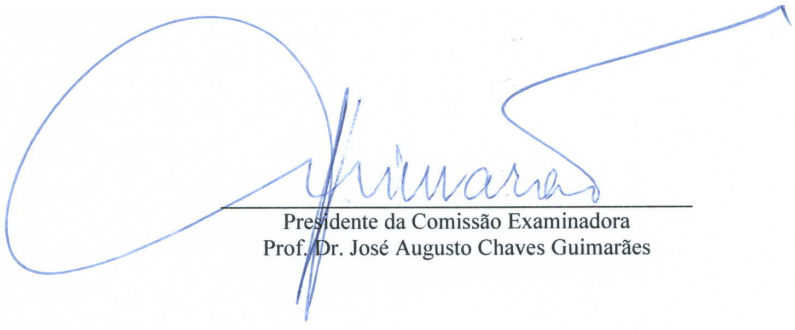
Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia Marañon
Faculdade de Filosofia e Ciências / Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. Juan Carlos Fernández-Molina
Facultad de Comunicación y Documentación / Universidad de Granada

Profa. Dra. Miriam Figueiredo Vieira da Cunha
Centro de Ciências da Educação / Universidade Federal de Santa Catarina

Data da apresentação: 28 de setembro de 2010.

Local: Faculdade de Filosofia e Ciências/ Universidade Estadual Paulista/ Campus de Marília



AGRADECIMENTOS

Após esta jornada muito tenho a agradecer. Foram muitas as pessoas que de alguma forma me auxiliaram, sendo que talvez elas nem tenham percebido o quanto estavam ajudando. Foram palavras de incentivo e encorajamento, um sorriso amigo, um abraço inesperado, a tradução de um termo, a lembrança de um artigo que talvez pudesse servir para a tese, entre outros tantos. Há tanto o que agradecer que temo ser injusto.

Agradeço a Deus porque possibilitou toda essa trajetória.

Agradeço aos membros da banca avaliadora: Profa. Miriam Figueiredo Vieira da Cunha, Prof. Juan Carlos Fernández-Molina, Prof. João Batista Ernesto de Moraes e Prof. Eduardo Ismael Murguia Marañon. Esses avaliadores, com um olhar apurado e minucioso, contribuíram para o aprimoramento deste trabalho. Através de suas experiências e conhecimentos possibilitaram uma visão crítica da tese e um futuro instigante.

Ao Professor e orientador José Augusto Chaves Guimarães. Em nossas conversas ele sempre se mostrou uma pessoa positiva e otimista, foi um entusiasta deste trabalho. É uma pessoa generosa que compartilha seu conhecimento, por isso, agradeço-lhe por todos os momentos em que pude me beneficiar de sua generosidade. Muito obrigado!

Aos meus pais, Taú e Izabel, e ao meu irmão Roberto pelo apoio incondicional. Exemplos de perseverança.

À Suellen Oliveira Milani pelos momentos de experiência e compartilhamento, cuja amizade só fez aumentar a minha admiração pela maneira ética com a qual conduz sua vida.

Às amigas Deise Maria Antonio, Ana Cristina Albuquerque, Janaína Celoto Guerrero e Maíra Cristina Grigoleto que, por motivos afetivos, compartilharam comigo esse momento.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, através da Profa. Silvana Vidotti, pela seriedade do seu trabalho.

Aos professores do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências.

À equipe da Seção de Pós-Graduação pelo apoio e presteza.

À equipe da Biblioteca.

À Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, pela estrutura e oportunidades.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o meu aprendizado durante essa etapa.

Muito obrigado!

RESUMO

Os estudos sobre a ética na Organização e Representação do Conhecimento, especialmente no Tratamento Temático da Informação, têm colaborado para sedimentar os referenciais teóricos e metodológicos da Ciência da Informação, que se justificam pelo pressuposto da inclusão social que, enquanto um metavalor, se situa entre o preconceito social e o proselitismo, formando um cenário onde três universos axiológicos convivem: o do documento ou informação, o do usuário e o do bibliotecário. Por isso, a indexação está ligada a uma dimensão ética porque deve preocupar-se com sua confiabilidade e utilidade em relação a determinadas comunidades discursivas ou domínios específicos. Nesse sentido, propõe-se, por meio de uma pesquisa exploratória e documental, com características qualitativas e indutivas, identificar a máxima especificidade terminológica que linguagens de indexação brasileiras permitem para termos relativos à homossexualidade masculina, analisando como *corpus* investigativo os termos atribuídos aos artigos científicos publicados na *Journal of Homosexuality*, *Sexualities* e *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, entre os anos de 2005 a 2009. Do cotejo e análise dos termos e das linguagens de indexação brasileiras verifica-se uma aproximação de significados no contexto brasileiro, imprecisão terminológica, com indícios de preconceitos disseminados através do 'politicamente correto', representação inadequada da temática e a presença de figuras de linguagem.

Palavras-chave: Representação do conhecimento. Ética informacional. Precisão. Metáfora. Eufemismo

ABSTRACT

The studies on ethics in Knowledge Organization and Representation, especially in the Subject Approach to Information, have collaborated to establish the theoretical and methodological aspects of Information Science which are justified by the assumption of social inclusion, as a metavalue, it situated itself between social prejudice and proselytize, creating a situation where three axiological universes coexist: the document or information, the user and the librarian. Therefore, the indexing is linked to an ethical dimension because it must concern itself with its reliability and usefulness in certain discourse communities or specific domains. In this direction, it is proposed through an exploratory and documental research with qualitative and inductive characteristics to identify the maximum specific terminological that Brazilian indexing languages allow for terms relating to male homosexuality, analyzing like investigative *corpus* the terms assigned to papers published in the Journal of Homosexuality, Sexualities and Journal of Gay & Lesbian Mental Health, between the years 2005 to 2009. From confrontation and analysis of terms and the Brazilian indexing languages there is an approximation of meaning in the Brazilian context, imprecision in the terminology, with indications of prejudices disseminate by 'politically correct', the biased representation of the thematic and the presence of figures of speech.

Keywords: Knowledge representation. Information ethics. Precision. Metaphor. Euphemism

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 1

2 HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA: ASPECTOS HISTÓRICOS (CONTEMPORÂNEOS) E CONCEITUAIS 12
2.1 (Da) Homossexualidade e sua Discriminação 12
2.2 (Do) Homossexual ao *Gay* 22
2.3 Teoria *Queer* 30

3 ÉTICA EM REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: ABORDAGENS TEÓRICAS 35
3.1 Representação do Conhecimento 35
3.2 Ética em Representação do Conhecimento 40

4 A QUESTÃO DA PRECISÃO NA REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: FIGURAS DE LINGUAGEM E A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA 57
4.1 A Questão da Precisão 57
4.2 Figuras de Linguagem: Metáfora 65
4.3 Figuras de Linguagem: Eufemismo e Disfemismo 77

5 MÉTODO 93
5.1 *Corpus* da Pesquisa 93
5.2 Linguagens de Indexação Utilizadas 99

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 106
6.1 Vocabulário Controlado Básico do Senado Federal 106
6.2 Vocabulário Controlado de Assunto da USP 107
6.3 Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional 109
6.4 Indexação dos Termos Obtidos e Comparação dos Resultados 114

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 128

REFERÊNCIAS 133

1 INTRODUÇÃO

Os pesquisadores da Ciência da Informação têm direcionado suas pesquisas, cada vez mais, no que tange ao aperfeiçoamento de referenciais teóricos e metodológicos, com intuito de sedimentá-la enquanto área de conhecimento. Especificamente no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento (ORC), esse fator não tem sido diferente. Notadamente, entende-se que é um dos pilares centrais da área e, já se faz notar que não é de caráter técnico como se entendia há pouco tempo atrás e sim, de caráter intelectual e reflexivo.

Nesse sentido, como explicar o conceito de Organização e Representação do Conhecimento (ORC)? Parte-se, sob esse aspecto, do entendimento apresentado por Esteban Navarro e García Marco (1995, p. 149) para quem a Organização do Conhecimento é

> a disciplina dedicada ao estudo e desenvolvimento dos fundamentos e técnicas de planejamento, construção, gestão, uso e avaliação de sistemas de descrição, catalogação, ordenação, classificação, armazenamento, comunicação e recuperação dos documentos criados pelo homem para testemunhar, conservar e transmitir seu saber e seus atos, a partir de seu conteúdo, com a finalidade de garantir sua conversão em informação capaz de gerar novo conhecimento.

O conceito de Representação do Conhecimento, por sua vez, não tem recebido a mesma atenção, sendo, muitas vezes, explicado de forma concisa e, por vezes, incongruentes pela literatura da área. Alia-se a isso a dimensão demasiada abarcativa do termo[1]. Para San Segundo Manuel (2003, p. 398), representação do conhecimento significa a simbolização de livros ou documentos, possuindo raízes nas correntes filosóficas do pragmatismo e do reducionismo. Assim, no contexto científico, a representação abarca a descrição física e de conteúdo dos livros e documentos, eliminando uma 'complexidade supérflua', fazendo com que, os objetos representantes sejam substitutos dos objetos representados.

Ao observar esses conceitos entende-se que no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento (ORC), especificamente na sua vertente do Tratamento Temático da Informação (TTI), vão muito além de um "fazer técnico" e as preocupações,

---

[1] Será utilizado nesta tese o termo 'representação do conhecimento' por estar no âmbito conceitual da ISKO – *International Society for Knowledge Organization*. Sua concepção se estenderá ao aspecto da representação enquanto: *processo mental* (ato de classificar), aos *instrumentos* envolvidos (linguagens documentais hierárquicas e alfabéticas, por exemplo, os sistemas de classificação, os tesauros e os cabeçalhos de assunto), a uma *área do conhecimento* (designada pelas iniciais maiúsculas, Representação do Conhecimento) e a uma *operação* (atribuição de uma notação ou índice).

cada vez mais, voltam-se para a dimensão social da área, seus impactos para os usuários e, como decorrência, o papel desempenhado pelo profissional[2]. Nesse contexto, especial importância assume o papel do profissional da informação em relação a uma atuação ética no que tange à concepção de um "bem fazer" e de um "bem atuar", visto que as competências específicas para os profissionais que trabalham com o tratamento temático não se esgotam no como fazer, mas encontram terreno fértil de indagação no "porque" fazer e no "para que" fazer, principalmente porque é necessário levar em conta que tanto o produto quanto o processo de representação devem estar imbuídos da preocupação com a sua utilidade e sua adequação para determinada comunidade ou grupo-alvo[3].

É com esse cenário que se estabelece o tema desta tese, ou seja, os aspectos éticos na representação do conhecimento, cuja necessidade de estudos já foi sinalizada por Ingetraut Dahlberg, em 1992, conclamando a comunidade acadêmica para um necessário desenvolvimento teórico a esse respeito. Sabe-se que o processo, o instrumento e os produtos da representação do conhecimento não são neutros, uma vez que seus idealizadores impõem uma visão de mundo particular, refletindo posições ideológicas e políticas; além disso, representar conteúdos significa recortar e segmentar, resultando em uma tributação de hipóteses (JUDGE, 1981; RAFFERTY, 2001; LARA, 2002; OLSON, 2002; MAI, 2004; GUIMARÃES, 2006).

Por isso, pesquisas anteriores mostram que a simples existência de *bias* na representação do conhecimento[4], leva à necessidade de identificação de valores envolvidos, uma vez que são norteadores das atividades dos profissionais que trabalham na ORC. Dessa forma, observa-se o delineamento de valores éticos aplicáveis à área, por meio de análise comparativa na bibliografia internacional, que por sua vez não são assumidos como tal ou, ainda, ocultados atrás de valores mais gerais (FROEHLICH, 1994; HUDON, 1997; BEGHTOL, 2002; GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002; FERNÁNDEZ-MOLINA; GUIMARÃES, 2002; GUIMARÃES *et al.*, 2005a,b).

Entretanto, o que são essas *biases*? Na literatura de língua inglesa o termo *bias* é, por vezes, utilizado para designar alguma ocorrência de preconceito e o seu significado, de acordo com Hornby (1995, p. 104), é *"an opinion or feeling that strongly favours one side in*

---

[2] López-Huertas (2008), na condição de presidente da ISKO, delineia um cenário de tendências de pesquisa na área de Organização do Conhecimento, dando especial destaque às questões sociais.

[3] Destaca-se aqui a força semântica do termo *suitability* (em inglês), valendo-se da metáfora da vestimenta, evidenciando o aspecto da adequação.

[4] Optou-se por manter o termo original *bias* em inglês (correspondente a *sesgos*, em espanhol) como abrangendo os sentidos de tendência, viés, inclinação, desvio, uma vez que não se encontra, em Língua Portuguesa, termo que dê conta de todo o conteúdo relativo a *bias*.

an argument or one thing in a group, sometimes unfairly; a prejudice"[5]. Ou seja, o entendimento do termo *bias* na Língua Inglesa versa sobre uma influência geralmente tendenciosa sobre algo ou alguém. Na Língua Portuguesa o termo *bias* é traduzido como tendência, inclinação, preconceito e, também, viés. Poder-se-ia destacar, ainda, os sentidos de desvio, que, segundo Houaiss (2001, p. 1021-1022) são vários como, por exemplo: "mudança do caminho, da direção ou da posição normal, [...] afastamento dos padrões, [...] qualquer fuga aos padrões normais [...]". Nesse sentido, desvios são considerados afastamentos ou mudanças em relação àquilo que é considerado normal e, em relação a esse trabalho acrescenta-se, pela sociedade em relação aos seus valores e até comportamento.

Por isso, o entendimento de *bias* enquanto desvio versa sobre o sentido de que, no âmbito da representação do conhecimento, quando atividades ou produtos são constituídos tendo uma tendência ou visão preponderante, isto é, um sentimento que venha a se sobrepor (e a prejudicar) outros, subentende-se que está ocorrendo uma mudança, um afastamento ao tratamento igualitário que essa atividade ou produto deve representar. Esse entendimento baseia-se na explicação que Hjørland (2008, p. 256) faz de *bias*, no que tange à Organização e Representação do Conhecimento, como *"normally understood as a negatively loaded word, as something to be avoided or minimized [...]"*[6], ou seja, algo que deva ser afastado, mudado e, portanto, portador de desvios.

Assim, em relação ao tema desta tese tem-se o seu foco voltado para os aspectos éticos na indexação, uma vez que essa vertente do tratamento temático da Representação do Conhecimento, encontra respaldo como uma etapa do processo de Análise Documental (se adotada a corrente teórica francesa), da Indexação (corrente inglesa) ou da Catalogação de Assunto (corrente norte-americana) (GUIMARÃES, 2008).

Fruto desse processo tem-se um índice, uma notação de classificação ou, como prefere Kobashi (1994), uma informação documental, enquanto que, por sua vez pode atuar, como destaca Cunha e Cavalcanti (2008, p. 197), como um "mecanismo, tipo de fonte de informação e instrumento auxiliar empregado na busca, localização e recuperação de documentos, informações ou dados numéricos".

Nesse sentido, a identificação de valores relativos à representação do conhecimento, bem como das propostas de soluções para as tomadas de decisões éticas (por exemplo, BEGHTOL, 2005) são iniciativas de soluções para os problemas de "desvios" na

[5] "Uma opinião ou sentimento que favorece fortemente um dos lados em um argumento ou uma coisa em um grupo, às vezes injustamente; um preconceito" (Tradução livre).
[6] "É normalmente entendida como uma palavra com carga negativa, como algo a ser evitado ou minimizado [...]" (Tradução livre).

representação do conhecimento. Essas sugestões são como um desejo de atuação ética por parte dos profissionais da informação, uma vez que os "desvios" na representação do conhecimento prejudicam e afastam a parcela de usuários por eles atingidos, resultando na não identificação, por parte deles, com o sistema ou, de certa forma, em um desacordo com a atividade de representação. Esse fator foi identificado em pesquisa anterior (PINHO, 2006), que apontam idéias convergentes entre autores internacionais onde, dentre outros fatores, é identificado que as crenças dos usuários devem estar refletidas no sistema ou na atividade de representação.

Em um recorte para mais claramente identificar tal questão, tem-se o universo temático da homossexualidade masculina, cuja produção literária ainda padece de representação documental adequada, devido à ausência de um vocabulário controlado que seja voltado para esse domínio; tampouco existe, no momento, uma normalização vocabular que propicie uma satisfatória indexação de documentos relativos ao tema. Nesse caso, o uso de uma linguagem normalizada facilita a busca realizada pelo usuário e também permite uma maior precisão. O profissional bibliotecário ao indexar no intuito de buscar substitutos para o conhecimento estabelece rótulos, no mais das vezes permeados por certa subjetividade. Sem dúvida, tal fazer está baseado em um contexto cultural e ideológico e, por isso, está sujeito a que as crenças pessoais do profissional interfiram na representação do conhecimento que está em análise naquele momento.

Dessa maneira, se estabelece o recorte desta pesquisa, ou seja, os aspectos éticos na representação do conhecimento de temáticas relativas à homossexualidade masculina. A questão da homossexualidade masculina constitui um domínio do conhecimento que se materializa por meio de uma terminologia científica. Esse recorte leva em consideração a análise de domínio proposta por Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (2002) que versa sobre o entendimento do objeto de estudo da Ciência da Informação – a informação registrada e socializada – por meio da análise dos domínios do conhecimento como um todo ou de comunidades discursivas, sendo como uma das abordagens os estudos terminológicos. Também leva em consideração a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) de Cabré (2005), uma vez que a Terminologia se dedica à observação do comportamento dos termos e sua relação com o conhecimento científico e, dessa maneira, aponta elementos teóricos e princípios práticos capazes de nortear a busca, a seleção e a ordenação de termos daquele domínio do conhecimento. Além disso, o recorte específico em relação à homossexualidade masculina se deve ao fato de que abranger outros assuntos relacionados resultaria em um excessivo alongamento de domínio e, por conseqüência, traria um prejuízo na análise, pela

falta de especificidade. Dessa forma, foram excluídos termos relativos a categorias como, por exemplo, lesbianismo, deixando-os quando necessário apenas a título de explicação.

Ressalta-se que, na Terminologia, palavra "é uma unidade descrita por um conjunto de características lingüísticas sistemáticas e dotada da propriedade de se referir a um elemento da realidade", enquanto o termo "é uma unidade de características lingüísticas similares, utilizada em um domínio de especialidade" (CABRÉ, 1995, p. 8). Entretanto, Adelstein e Cabré (2002, p. 5) não consideram termo e palavra como unidades diferentes, porque partem da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), onde afirmam que a unidade lexical (UL) não é por si só palavra ou termo, mas sim, uma forma léxica associada a todas as informações relativas a diferentes módulos da gramática da qual ela participa[7]. De acordo com a situação comunicacional em que ela é utilizada, ela pode ativar ou não um valor especializado. Esses valores mantêm um relacionamento polissêmico uns com os outros. Dessa forma, o foco de pesquisa aqui postulado trata de termos oriundos de uma comunidade discursiva específica, isto é, homossexuais masculinos, e da materialização desse discurso[8] na produção científica.

E o que dizer da produção de conhecimento sobre a homossexualidade? O termo 'homossexual' foi publicado no Brasil pela primeira vez, em 1906, na obra "Homossexualismo: a libertinagem no Rio de Janeiro" de José Ricardo Pires de Almeida. Mas foram necessárias mais oito décadas para que, em 1986, se tivesse uma obra de caráter antropológico sobre a homossexualidade masculina no Brasil, com o título "Devassos no Paraíso" de João Silvério Trevisan. Atualmente, é possível encontrar muitas obras que versam sobre a homossexualidade masculina, inclusive como foco de produção e de revistas científicas.

Esse fator é importante porque a Ciência da Informação e mais notadamente a ORC, foca seus processos, instrumentos e produtos naquilo que Buckland (1991) denomina "informação-como-coisa", ou seja, o documento, e prioritariamente a documentação científica (LE COADIC, 2004). Importante também ressaltar o fato de que as linguagens de indexação são elaboradas a partir da produção científica, como bem destaca o princípio da "garantia literária" enunciado por Hulme (1911, 1912) e da comunidade discursiva. Para isso, leva-se em consideração o endosso do usuário, o princípio de uso (já preconizado por Cutter no

---

[7] A Terminologia dedica-se às unidades especializadas de significado, ou seja, unidades terminológicas (UT) e tem sido historicamente definida como uma disciplina autônoma, diferente da Lingüística e/ou Lexicologia (ADELSTEIN; CABRÉ, 2002, p. 1).

[8] Discurso é a interatividade da língua. Para Bakhtin (1998, p. 225) o "Discurso não reflete uma situação, ele é uma situação. Ele é uma enunciação que torna possível considerar a performance da voz que o anuncia e o contexto social em que é anunciado".

século XIX) e o princípio da garantia do conhecimento (em inglês, *knowledge warrant principle*), ou seja, para que esse campo de domínio – homossexualidade masculina – possa ser organizado, é necessária uma produção intelectual, uma vez que é a partir dessa realidade que os termos são identificados e disseminados por meio da terminologia estabelecida pela área.

Atualmente, os estudos relativos à homossexualidade têm aumentado bastante, o que roga ainda mais pela garantia de uso e pelo endosso do usuário porque, caso contrário, a indexação dessa produção documental cairia em um vazio, o que significa que a maioria desses documentos seria indexada sob o conceito de "homossexualidade", reduzindo a preservação específica do seu conteúdo por dificuldades na recuperação, visto que a produção desse conhecimento não se limita a esse conceito.

Berman (1993), Olson (2002), Guimarães (2006) e López-Huertas (2008) são pesquisadores que apontaram na literatura problemas de "desvios" na representação, tais como o preconceito, as questões de gênero, as categorizações dicotômicas, de precisão terminológica, entre outros. Essa última possibilidade de "desvio", o de precisão terminológica, se enquadra nesta pesquisa. O que se levanta como hipótese é que a falta de precisão terminológica pode disfarçar o preconceito na representação e, conseqüentemente, influenciar na precisão e na revocação durante a recuperação da informação. Essa hipótese foi considerada tendo como pressuposto que uma determinada comunidade cria seu vocabulário próprio que se reflete na produção intelectual registrada, de forma a designar e divulgar suas idéias o que, notadamente, consolidará uma terminologia. Uma linguagem de indexação, que é um instrumento de representação do conhecimento, visa a controlar[9] um vocabulário específico e, por meio dele, representar adequadamente um conteúdo, é elaborada, dentre outros requisitos, por meio dessa terminologia encontrada na literatura desse grupo. Entretanto, quando um termo é incluído em uma linguagem de indexação de forma errônea e tendenciosa, pode evidenciar ou disfarçar algum tipo de preconceito.

Face ao exposto, a questão que se apresenta em relação à problemática diagnosticada versa sobre a necessidade de identificar se as linguagens de indexação brasileiras representam, com precisão, os conteúdos específicos relativos à homossexualidade masculina, visto que, essas linguagens têm por objetivo representar o conteúdo de documentos científicos por meio de uma terminologia de especialidade e, dessa maneira, possíveis "desvios" podem interferir na precisão, decorrendo de preconceitos e figuras de

[9] Entende-se aqui o termo *controle* não apenas na dimensão normativa – Autorizado e Não autorizado – mas também no âmbito da compatibilização e da dialogicidade inter-termo.

linguagens como as metáforas, eufemismos e disfemismos, por exemplo. As figuras de linguagem são recursos lingüísticos sofisticados empregados como estratégia com intuito de se conseguir um determinado efeito seja em um texto ou em um diálogo, isto é, no sentido comunicativo envolvendo emissor-receptor[10].

Adentrando-se ainda mais, tem-se que o pressuposto básico aqui postulado é o da inclusão social, porque ela, talvez aliada a categoria de metavalor em ORC, justifica a abordagem ética em Organização e Representação do Conhecimento como um todo, seja em que comunidade discursiva for: homossexuais, mulheres, religiosos, grupos políticos entre outros. Nesse sentido, a questão da inclusão na ORC se situa entre dois extremos complicados acerca dos quais o bibliotecário deve tomar a devida cautela: por um lado, o preconceito social e, por outro, o proselitismo que muitas vezes as comunidades discursivas se utilizam para mostrar a cara. Ou seja, a indexação não pode servir a nenhum desses aspectos: nem o da exclusão, por meio do preconceito, nem o da propaganda, por meio do proselitismo (uma vez que se teria um preconceito às avessas, ou no sentido contrário). Nesse contexto, três universos axiológicos convivem: o do documento ou informação, o do usuário que dele(a) se utiliza e o do bibliotecário, que media tudo isso.

Por essa razão é que os estudos sobre os aspectos éticos na representação do conhecimento são necessários, uma vez que a questão ética se estabelece à medida que se evidencia a noção de limite de poder (controle), pois a atitude ética se distancia do poder sobre os outros e evita ser objeto de ideologias específicas. Dessa maneira, os resultados desta pesquisa contribuem para a sedimentação teórica em relação aos aspectos éticos na representação do conhecimento.

Nesse sentido, este trabalho se justifica na medida em que contribui diretamente para uma produção de conhecimento, pois existe uma lacuna a esse respeito na literatura da área. Dessa forma, os resultados obtidos servem para a construção de conhecimento e também como subsídios para a prática dos profissionais da informação por alertá-los para uma atuação ética envolvida em seu fazer cotidiano e despertá-los para uma revisão desses fazeres e dos sistemas por eles utilizados. No âmbito do ensino, os resultados são úteis para complementar o ensino de indexadores, porque enquanto mediadores, são responsáveis pela adequada representação do conhecimento e, socialmente, devem ser responsáveis pela integração cultural.

---

[10] As explicações sobre os conceitos de metáfora, eufemismo e disfemismo foram trabalhadas nas subseções 4.2 e 4.3 desta tese.

Convêm ressaltar, de pronto, duas obras que contribuíram para que, de certa forma, a compreensão sobre os aspectos éticos na representação na temática ora abordada se estabelecesse: um primeiro livro denomina-se *"And Tango Makes Three"* (Com Tango, somos três) de Justin Richardson e Peter Parnell, que conta a história de experiência real de dois pingüins machos que chocam um ovo por 34 dias, de onde nasce Tango, formando uma família em que os três membros são do sexo masculino. Pais norte-americanos, revoltados, fizeram com que o livro fosse retirado da seção infantil da Biblioteca de Savannah, por considerá-lo de temática homossexual. Já o livro *"King & King"* (Rei e Rei), escrito por Linda de Haan e Stern Nijland, conta a história de um príncipe que não gostava de princesas e que acaba se casando com outro príncipe. Esse livro foi tão bem sucedido que se transformou em uma série de aventuras. Entretanto, é um dos livros que mais sofre pressão para ser retirado das bibliotecas norte-americanas.

Esses dois eventos resultaram nas seguintes reflexões: em que medida essas ações contrárias à homossexualidade interferem no desenvolvimento das coleções[11] e, também, como essa temática é representada e se sofre influência por parte dessa cultura contrária à diversidade. Por quê? As questões em torno das publicações que abordam com clareza a diversidade de orientações sexuais criaram situações nas quais os profissionais da informação não podem estar alheios, notadamente no que tange aos problemas éticos como, por exemplo, a censura advinda do tema da obra.

Convém esclarecer, também, que esta tese dialoga e se insere, ainda, no contexto maior de um projeto de pesquisa integrado, apoiado pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sob a coordenação do Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães da UNESP – Campus de Marília (SP). Esse projeto deu inicio, em âmbito nacional, às pesquisas sobre a ética na organização e na representação do conhecimento. No caso desta tese, especificamente, foi oportuno iniciar os estudos no referido projeto, uma vez que, pode-se colaborar com o debate sobre os valores e problemas éticos decorrentes da negação deles na pesquisa desenvolvida por Pinho (2006), quando foi possível trazer à tona a sugestão de uma convergência teórica entre autores internacionais que abordavam o assunto. A isso se aliam pesquisas outras, como a de Milani (2010), por exemplo. O reflexo dessa produção pode ser vislumbrado em eventos e publicações nacionais e internacionais no intuito de trazer uma contribuição efetiva para as discussões acerca da ética informacional e, especificamente, sobre a ética na organização e representação do conhecimento.

---

[11] Froehlich (1994) aborda, mais especificamente, os impactos éticos na formação e no desenvolvimento de coleções em bibliotecas.

Essas contribuições que versam sobre aspectos teóricos, identificação e caracterização de autores, sugestão de valores e também sugestão de adequação da tabela de classificação da área, entre outras, revelam que muito ainda pode ser feito, como a análise de questões verticalizadas, tais como a presença da precisão como um valor e a influência que figuras de linguagem podem ter nessa ambiência (GUIMARÃES, 2005b; GUIMARÃES *et al.*, 2005b; GUIMARÃES, 2006; GUIMARÃES; PINHO, 2007; GUIMARÃES; PINHO, 2008a,b; GUIMARÃES *et al.*, 2008, GUIMARÃES; MILANI; PINHO, 2008; GUIMARÃES *et al.*, 2009).

Outro ponto é o fato de que esta tese se enquadra na área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, "Informação, Tecnologia e Conhecimento", mais especificamente na linha 2 – Produção e Organização da Informação uma vez que contribui com o desenvolvimento de referenciais teórico-metodológicos para a área, bem como para os estudos da ISKO – *International Society for Knowledge Organization* e do *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature,* principal instrumento de organização da área.

Por isso, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar a máxima especificidade terminológica que as linguagens de indexação brasileiras permitem para a representação de termos relativos à homossexualidade masculina. Para tanto, foi necessário determinar um *corpus* de análise da produção científica sobre a homossexualidade masculina, proceder ao levantamento de termos utilizados em artigos científicos; identificar peculiaridades lingüísticas observáveis nos referidos termos; mostrar o que as linguagens de indexação brasileiras possuem dessa temática, indexar termos oriundos do *corpus* de análise e, por fim, comparar os resultados. Dessa maneira, por meio de uma pesquisa exploratória e documental, com o intuito de buscar familiaridade com o objeto estudado, com características qualitativas e indutivas, foi possível analisar como *corpus* investigativo os termos atribuídos aos artigos científicos publicados na *Journal of Homosexuality*, *Sexualities* e *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, entre os anos de 2005 a 2009, que foram selecionadas por representarem três grandes áreas do conhecimento que estudam a temática, ou seja, a própria área da homossexualidade, a psicologia e a medicina, respectivamente. A escolha por revistas internacionais não significa que não existam artigos científicos nacionais, o fato é que eles não se encontram direcionados em uma revista específica, mas pulverizados em revistas de caráter mais genérico de uma área, o que dificulta a seleção.

Dessa forma, entende-se que é a partir da produção periódica específica de uma área que se poderá, de pronto, identificar uma especificidade terminológica máxima que, no momento, poderia ser suscetível de representação em bibliotecas.

A análise, de caráter qualitativo, foi realizada de forma a comparar os termos atribuídos aos artigos em três linguagens de indexação brasileiras – Vocabulário Controlado Básico do Senado Federal, Vocabulário Controlado de Assuntos da USP e a Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional. A escolha da primeira se deu pelo fato de que o Vocabulário Controlado Básico é utilizado para a indexação dos registros bibliográficos da rede de bibliotecas coordenada pela Biblioteca do Senado Federal, originando-se de tipos de literaturas diferentes pertencentes às bibliotecas da rede, cujos acervos variam de especialização. Nesse contexto, inserem-se predominantemente, bibliotecas jurídicas e de órgãos governamentais. A segunda se deu por ser uma produção nacional emanada dos acervos da maior universidade do país (39 bibliotecas da USP que pertencem ao Sistema Integrado de Bibliotecas), que representa uma significativa parte da produção nacional e reflete o trabalho de profissionais brasileiros. A terceira foi motivada por ter como base a LCSH; entretanto, não se trata de uma tradução fiel, uma vez que os ajustes são elaborados pela Coordenadoria de Serviços Bibliográficos da Biblioteca Nacional e, quando necessário, inúmeros assuntos têm tratamento diferenciado para a realidade brasileira.

O primeiro obstáculo encontrado foi, antes do momento da representação dos termos em relação às linguagens de indexação brasileiras, a tradução dos termos em inglês para o português. Para a resolução dessa problemática foram adotados dois dicionários especializados, a saber: *"The guild dictionary of homosexual terms"* de autoria do Dr. Albert Ellis e o *"Reader's guide to lesbian and gay studies"* cujo editor é Timothy F. Murphy. Após consulta a essas obras de referência, os termos foram comparados em livros de temática homossexual como, por exemplo, romances e estudos gerais e científicos. Esses livros compõem a coleção particular do professor aposentado Edson Nery da Fonseca.

Portanto, a organização desta tese está composta de duas partes: na primeira, se estabelece o quadro referencial e, na segunda, a análise. A primeira parte é composta da introdução e das seções dois, três e quatro. A segunda parte é composta das seções cinco e seis, sete e, por fim, as referências. Na introdução são encontrados aspectos que visam a situar as razões que motivaram a escolha do tema, a questão de pesquisa, os objetivos e a delimitação da pesquisa. Por isso, é apresentada na segunda seção uma introdução ao universo homossexual, uma vez que ele representa o domínio do conhecimento a ser analisado e, dessa maneira, são destacados alguns termos que fazem parte dessa comunidade discursiva ou

subcultura que busca, através deles, sedimentar sua identidade. Nesse contexto, são destacados os autores que mais influíram no direcionamento do estudo empreendido.

A seguir, a terceira seção traça um panorama da abordagem teórica sobre a ética na representação do conhecimento. Então, após apresentar o domínio do conhecimento que será objeto do tratamento temático, tem-se todo um arcabouço teórico desenvolvido para justificar as pesquisas sobre ética no âmbito da representação, trazendo valores que movem o profissional indexador e os problemas éticos decorrentes da negativa desses valores. Apresenta, por fim, a precisão enquanto um valor relacionado à representação do conhecimento.

A próxima seção, a saber, a quarta, expõe os pressupostos teóricos que embasam a precisão na representação do conhecimento. Como o campo de domínio do conhecimento pressupõe uma terminologia específica, são apresentadas suas especificidades que, inclusive, versam sobre figuras de linguagem como as metáforas, o eufemismo e o disfemismo. Tais figuras, por sua vez, podem interferir na precisão no momento da recuperação da informação.

A segunda parte da tese traz consigo a dimensão experimental, a análise do *corpus* da pesquisa. Assim, na quinta seção tem-se: a descrição da metodologia utilizada, notadamente no que se refere à delimitação do universo, à caracterização do *corpus* e à descrição dos procedimentos da pesquisa. Dessa forma, a sexta seção parte da descrição dos termos encontrados na *Journal of Homosexuality*, *Sexualities*, e *Journal of Gay & Lesbian Mental Health,* seguida da descrição das linguagens de indexação brasileiras – Vocabulário Controlado Básico do Senado Federal, Vocabulário Controlado de Assunto da USP e Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional – para chegar à análise e discussão dos resultados.

Finalizando a tese, na sétima seção, traçam-se considerações finais que buscam avaliar a contribuição desta pesquisa, enfatizando-se a viabilidade do caminho percorrido, seguindo-se das referências.

2 HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA: ASPECTOS HISTÓRICOS (CONTEMPORÂNEOS) E CONCEITUAIS

Nesta seção, são apresentadas questões relativas ao tema homossexualidade, no âmbito da orientação sexual[12] do gênero masculino, no intuito de abarcar o léxico utilizado para se tratar o assunto. Nesse sentido, não é objetivo desta seção abordar o tema na sua totalidade[13] sob a ótica específica da Medicina, da Psicologia, da Sociologia ou das demais Ciências que o estudam. O objetivo desta seção, então, é trazer explicações que envolvam o conceito contemporâneo de homossexualidade, bem como seus principais temas para que possam ser trabalhados à luz da Ciência da Informação, especificamente no que tange aos aspectos terminológicos e de análise de domínio para fins de representação do conhecimento.

2.1 (Da) Homossexualidade e sua Discriminação

Atualmente, entende-se que não é possível explicar os sexos masculino e feminino apenas por seu prisma biológico, visto que os papéis sexuais exercidos pelos seres humanos têm muito a ver com o aspecto social. De certa forma, explicar a homossexualidade não é tão simples quanto parece, mesmo porque seu entendimento é objeto de estudo até hoje. Por volta de 1950, a homossexualidade era considerada, em grande parte da literatura médica, uma patologia, ou seja, encarada como um distúrbio psicossocial, um desvio, uma perversão (GIDDENS, 1993, p. 23). Por isso, deve-se ter certa cautela quando se invoca determinado conceito e, em especial, a sua ordem cronológica. Fry e MacRae (1991, p. 15) explicam que, "as práticas e as idéias associadas à homossexualidade variam de contexto e de cultura para cultura, e de segmento para segmento numa sociedade estratificada".

Daniel e Baudry (1977, p. 10) revelam que a homossexualidade sempre existiu na história da humanidade e que, apesar de não ser ignorada, muitos a explicaram, interpretaram e a admitiram de formas diferentes.

---

[12] Orientação sexual é a maneira pela qual o desejo sexual se orienta e se manifesta para os homens e as mulheres.

[13] Um autor reconhecido que identificou a homossexualidade nos variados períodos históricos da civilização foi Spencer (1996). Especificamente no âmbito da Inglaterra, destaca-se Plummer (1965) e, no âmbito brasileiro, Trevisan (2000).

Spencer (1996, p. 11) ensina que "a palavra 'homossexualidade' apareceu pela primeira vez em inglês na década de 1890, usada por Charles Gilbert Chaddock, tradutor de *Psychopathia Sexualis*, de R. von Krafft-Ebing. O termo aparecera originalmente em alemão, em 1869, num panfleto anônimo". O autor explica ainda que, à época, muitas palavras estavam sendo criadas para designar o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo e que tal fato revelava um sinal de mudança social, pois esse relacionamento existia em épocas anteriores, entretanto, não estava nomeado, inclusive porque em sociedades antigas não havia a necessidade de distinguir o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo e do sexo oposto (SPENCER, 1996, p. 12).

Segundo Fernández-Martos e Vidal (1985, p. 7), "o termo 'homossexualidade' foi introduzido por um médico húngaro no século XIX. Apesar de sua conotação clínica inicial, passou a significar a realidade humana total daquelas pessoas, cujo impulso sexual se orienta para pessoas do mesmo sexo".

Por isso, faz-se necessário recorrer ao conceito como no caso do dicionário de termos homossexuais de Albert Ellis (c1965, p. 22) que traz homossexualidade como "um termo genérico para atração sexual de pessoas do mesmo sexo ao invés do sexo oposto", além desse termo, Ellis (c1965, p. 18) revela também que *gay* é um termo que "denota homossexualidade, usado para homossexuais".

Dessa maneira, percebe-se que o conceito de homossexualidade foi construído em um determinado período histórico, especialmente porque os termos aplicados aos homossexuais foram sendo modificados ao longo dos tempos. A homossexualidade, por ser historicamente datada, depende da noção de sexualidade; dessa maneira, a palavra sexo abarca, atualmente, questões relativas à conduta, ao prazer, à anatomia e às funções biológicas (FOUCAULT, 1999).

Nunan (2003, p. 24) explica que o termo homossexualidade, "não designa uma realidade em si, mas uma coisa que é produto do vocabulário moral da modernidade: o conceito de homossexual é tão histórica e socialmente construído como qualquer outro termo". A autora que pesquisou as características do mercado homossexual no Rio de Janeiro destaca, ainda, duas características inerentes à homossexualidade: o *comportamento sexual*, ou seja, as práticas eróticas ou afetivas homossexuais; e a *identidade*[14] *sexual* que trata da definição do indivíduo enquanto homossexual (NUNAN, 2003, p. 18).

---

[14] Em que pese o distanciamento da discussão acerca dessa questão, dar-se-á o seguinte entendimento sobre Identidade: "fator diferenciado que certos indivíduos possuem de determinadas posições culturais, políticas e econômicas correntes em cada sociedade" (NUNAN, 2003, p. 117).

Cabe salientar, neste momento, que não se busca aqui uma explicação para a homossexualidade, porque se parte do princípio que essa orientação sexual existe e é perceptível na sociedade. Outra questão pertinente refere-se, segundo Nunan (2003, p. 19), aos diversos componentes que são construídos socialmente para se classificar a sexualidade humana, a saber:

- sexo biológico (macho, fêmea ou intersexual anátomo-fisiologicamente[15]);

- orientação sexual (atração sexual por pessoas do sexo oposto ou do mesmo sexo biológico, ou seja, heterossexual, homossexual e bissexual);

- identidade de gênero[16] (ser homem ou mulher);

- papel de gênero (comportamento masculino, feminino ou andrógeno);

- papel sexual (a forma como o indivíduo se insere na relação sexual, ou seja, ativo, passivo ou versátil).

De acordo com essa classificação, a homossexualidade, enquanto orientação sexual onde um indivíduo se relaciona com outro indivíduo do mesmo sexo, está passível de entendimentos confusos, especialmente, com relação à identidade de gênero e ao papel de gênero, como por exemplo, um homossexual masculino com um comportamento feminino, ou ainda, homossexuais masculinos que buscam mudar sua identidade de gênero (um dos casos que podem ser citados tem-se o de Roberta Close).

Os dois exemplos acima, se mal entendidos ou interpretados, podem dar margem aos estereótipos[17], que podem resultar em estigmas[18] que, por sua vez, diminuem o indivíduo porque o define contra a sua auto-imagem particular.

Picazio (1998, p. 19-20), por sua vez, divide a composição da sexualidade em quatro aspectos: sexo biológico, identidade sexual, papel sexual e orientação do desejo sexual. O sexo biológico é resultado das características fenotípicas e genotípicas, resultando no sexo

---

[15] Em que pese o distanciamento da discussão que cerca o conceito de sexo biológico, Dantas (1997, p. 32) explica que, "mesmo nas ciências médicas e na biologia temos níveis distintos de diferenciação sexual: os sexos cromossômico, gonadal, hormonal, anatômico e fisiológico, que determinam características diversas na constituição da estrutura dos aparelhos genital e reprodutivo".

[16] Antes de esclarecer identidade de gênero convém fazê-lo com sexo e gênero. *Sexo* geralmente se refere à categoria biológica na qual cada indivíduo está enquadrado, como macho e fêmea; enquanto que *Gênero* se refere aos valores e crenças sociais, culturais e psicológicos que são aprendidos pelos indivíduos. John Money foi o psicólogo norte-americano responsável pela inserção do termo 'identidade de gênero' no uso atual. Money (1988) reforça a visão de que a identidade de gênero consiste em um sentido interior de um indivíduo em ser masculino ou feminino.

[17] O termo estereótipo deriva de duas palavras gregas: *stereos* (que significa rígido) e *typus* (traço) e surgiu em 1798 em referência a um processo de impressão. Segundo Rodrigues (2000, p. 152), "o termo refere-se a crenças compartilhadas acerca de atributos – geralmente traços de personalidade – ou comportamentos costumeiros de certas pessoas ou grupos de pessoas".

[18] Para Nunan (2003, p. 71), "o estigma pode ser entendido como uma marca pública (física ou metafórica) de vergonha e desonra, que outorga ao indivíduo um status social baixo, [...] uma pessoa que é profundamente desacreditada, reduzindo-a em nossas mentes a um indivíduo maculado".

masculino e feminino e, também, em alguns casos na presença simultânea dos dois sexos. A identidade sexual resulta na maneira como indivíduo se identifica, isto é, como é para ele a sua auto-imagem enquanto homem ou mulher, não apenas pelo sexo biológico, mas por toda a referência e tratamento pelo qual o indivíduo formou sua referência. O papel sexual é o comportamento, construído histórica e socialmente, entendido como masculino e feminino. A orientação do desejo sexual é um sentimento de atração, expressado pelo indivíduo, direcionado à pessoa que se deseja relacionar afetiva e sexualmente, de forma espontânea imbuído de afetos e emoções e que, pode ser mudado devido aos preconceitos e discriminações.

Essas classificações auxiliam na compreensão de aspectos da construção do conceito de homossexualidade e, nesse sentido, Fernández-Martos e Vidal (1985, p. 8) afirmam que, com isso, "entendemos a *condição humana* de um ser pessoal que, *ao nível da sexualidade*, caracteriza-se pela peculiaridade de sentir-se *constitutivamente* instalado na forma de *expressão exclusiva* com um *parceiro do mesmo sexo*". Os autores ao grifarem algumas palavras do conceito, o explicam em detalhes:

> 1.º Na homossexualidade, trata-se fundamentalmente do *sentido global de um ser humano*; a homossexualidade não é apenas, nem principalmente, um fenômeno sexual, *senão a condição antropológica* de um ser pessoal. O homossexual é, antes de tudo, um ser humano com uma condição e um destino perfeitamente humano, humanizante e humanizável.
> 2.º Sua peculiaridade se manifesta sobretudo ao *nível da sexualidade,* entendida de uma maneira rica e humana e não-reducionista.
> 3.º A condição humano-sexual do homossexual se caracteriza por *saber-se instalado, de uma maneira exclusiva,* na atração por companheiros do mesmo sexo. Incluiríamos aqui aqueles que, embora sendo capazes e mantendo relações bissexuais, vivem como decididamente inclinados para seu próprio sexo.
> 4.º Dizemos *constitutivamente* e não apenas comportamentalmente para subtrair o valor da vivência interna de quem capta sua condição homossexual. A ética exclui de sua atenção, logicamente, as homossexualidades latentes ou inconscientes, embora tenha de considerar aquelas que, mesmo não se traduzindo em atos externos, comportam atitudes éticas de sublimação, luta ou frustração.
> 5.º *Descartamos como definidoras* da homossexualidade aquelas *condutas que, como a "pederastia"*, *a "prostituição"* ou a "violação", mesmo ocorrendo dentro da condição homossexual, são formas desviantes.
> 6.º A condição homossexual não sustenta *de per si* nenhum traço de patologia somática ou psíquica, embora deixe aberta a questão de sua maior carga traumática, seja em sua origem ou em sua dificuldade para ser vivida.

Para Fernández-Martos e Vidal (1985, p. 9-10) a homossexualidade pode ser entendida levando-se em consideração a sua tipologia. Dessa maneira, pode-se compreendê-la

a partir dos diferentes níveis de atração pelo mesmo sexo e também pelos diversos estilos de afeminação.

Segundo os autores, no âmbito dos diferentes níveis de atração pelo mesmo sexo, encontram-se o predomínio sexual, ou seja, onde o desejo predomina por meio da atração pelo corpo, pelo sexo ou genital; a pessoa é atraída pela beleza, não resultando em um compromisso de relacionamento. Além desse, tem-se também predomínio anímico-sensual, ou seja, a atração se dá pelos valores da outra pessoa buscando, assim, um complemento de um horizonte em si mesmo. Por fim, tem-se o predomínio do pessoal anímico-espiritual, ou seja, o indivíduo conhece e se relaciona com o outro, não apenas no sexo e nos seus valores, mas na existência integral do companheiro.

No âmbito dos diversos estilos de afeminação que, apesar de não equivaler à homossexualidade, estão ligados aos homossexuais, por se tratarem de condutas, gestos, movimentos e voz associados às mulheres, porém praticados pelos homens, tem-se:

a) mariquinhas (*Nelly*, em inglês), que é um homossexual com maneiras predominantemente femininas, isto é, uma feminilidade espontânea;

b) 'ruge-ruge' (*swish*, em inglês, pois denota a rapidez dos movimentos praticados), homossexuais que possuem gestos femininos, mas que pela rapidez e força com que são praticados perdem a suavidade original do gesto feminino;

c) 'rainha' (*blasé*, em francês que, numa tradução livre, significa enfastiado), que são homossexuais que decidiram tomar uma postura indiferente mostrando aos demais sua superioridade em relação aos estímulos e seduções externas, demonstrando controle, mas perda da espontaneidade;

d) *camp*[19] (acampamento, em português), originário da crise econômica de 1930 nos Estados Unidos, que obrigou muitos homossexuais a dividirem moradias para economizar nas despesas, o termo revela um homossexual que por meio de um movimento ou expressão verbal comporta dois pólos de um mesmo sentimento, isto é, coincide-se feminilidade e masculinidade.

---

[19] Nunan (2003, p. 43) revela que, "*camp* é uma gíria norte-americana que representa um comportamento exagerado, escandaloso, debochado e, inclusive, afeminado de alguns homossexuais. [...] No Brasil, o equivalente de *camp* é o termo *fechação*, que ajuda os homossexuais a lidarem com o meio hostil ao mesmo tempo em que permite a definição de uma identidade positiva". Sua forma adjetivada *campy* resulta no significado pejorativo de 'afrescalhado'.

Vê-se, então, que não é de todo fácil conceituar homossexualidade, uma vez que diversos fatores interagem. Entretanto, o conceito inicia sempre que se faz referência sobre o desejo sexual que recai sobre alguém do mesmo sexo, mas há que considerar a limitação que esse conceito impõe, ligada ao comportamento sexual. Para Corraze ([1990?], p. 10),

> a homossexualidade, defina-se, então, não só pela freqüência das experiências, pela identidade, mas também pela prática sexual preferida, pelos sentimentos do sujeito, pelo grau da sua excitação sexual, apreciada a partir de estímulos sexuais, pela sua inserção na comunidade homossexual, pelo reconhecimento como tal pelo meio social.

A palavra homossexualidade é formada pela raiz grega *homos* (que significa semelhante) e pela raiz latina *sexus*, dessa maneira, seu significado etimológico remete à sexualidade semelhante, ou seja, sexualidade que é exercida com alguém do mesmo sexo. Sob o aspecto conceitual, Daniel e Baudry (1977, p. 19) salientam que,

> pode-se unicamente censurar-lhe de acentuar com demasiada exclusividade, pela sua própria etimologia, o elemento *sexual*, [...] o elemento afetivo, psicológico, sentimental, desempenha tanto papel no fenômeno homossexual que o elemento propriamente sexual no sentido físico do termo.

Nesse sentido, devido ao peso que a conotação sexual dá ao conceito, uma proposta alternativa tem sido forjada, qual seja: homofilia. Etimologicamente, homofilia é formada pelas raízes gregas *homos* (que significa semelhante) e *philein* (que significa amar), ou seja, uma atração afetiva para com o seu semelhante. Daniel e Baudry (1977, p. 20) revelam que, esse conceito deveria "ser utilizado sobretudo quando se trata de insistir sobre o aspecto global da atração para o mesmo sexo (física e afetivamente), reservando-se 'homossexualidade' aos aspectos puramente físicos; mas, na prática esses dois termos são muitas vezes confundidos".

Sob esse aspecto, Costa (1992) propõe que o termo homossexualidade seja substituído por homoerotismo, que foi estabelecido pela primeira vez por F. Karsh-Haak no ano de 1911 e utilizado no mesmo ano pelo psicanalista de Budapeste Sandor Ferenczi. O autor destaca que conceito de homoerotismo refere-se à possibilidade que certos sujeitos têm de sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente com outros do mesmo sexo biológico. Por isso, homossexualidade e homossexualismo estariam carregadas

de preconceitos[20], pois remeteriam ao vocabulário científico-moral dos séculos XVIII e XIX, que originaram a idéia de homossexual (COSTA, 1992).

Convém observar que antes de o termo homossexualidade ser usado, utilizava-se homossexualismo. Contudo, o uso do sufixo *-ismo,* geralmente, indica uma posição filosófica ou científica, o que a partir dessa postura passa-se, através de algumas teorias e posições acadêmicas a indicá-la como doença ou patologia[21]. Por isso, não será utilizado o termo homossexualismo neste trabalho, uma vez que o sufixo 'ismo' nos remete, freqüentemente, à idéia de doença (por exemplo: alcoolismo, tabagismo etc.), além de já ser constatada a sua substituição por homossexualidade.

O termo homossexualismo foi cunhado numa época em que as pessoas ainda não entendiam certos aspectos da sexualidade e, dessa forma, foram criadas muitas suposições baseadas em preconceitos carregadas de uma carga negativa e pejorativa em relação às possibilidades da sexualidade humana, como por exemplo, a possibilidade de que a homossexualidade poderia ser uma doença.

Outros termos atrelados por diferentes razões ao de homossexualidade são: pederastia e pedofilia. Pederastia tem um sentido diferente e específico porque designa relação sexual com adolescentes, suas raízes etimológicas são gregas: *pais* (adolescente) e *érastès* (amante). Pedofilia, por sua vez, também possui um significado diferente, pois designa a relação com crianças, ou seja, antes de atingir a puberdade (DANIEL; BAUDRY, 1977, p. 20).

Uma das explicações para essa confusão é histórica. Antes do século XVIII os homossexuais eram acusados pela Igreja de sodomitas, que é um termo que abarca uma ampla gama de contatos sexuais, visto que a sodomia[22] era uma prática condenada não pela relação que se fazia homem/homem, homem/mulher ou mulher/mulher, mas por seu ato comportamental. Já no século XVIII, a homossexualidade se laiciza e se torna crime contra o

---

[20] Bandeira e Batista (2002, p. 126) explicam que, "preconceito de qualquer coisa ou de alguma coisa significa 'fazer um julgamento prematuro, inadequado sobre a coisa em questão', de acordo com o dicionário *Pett Robert*, ao distinguir as duas interpretações semânticas possíveis: *prévoir au moyen des índices dont on dispose a considérer comme résolue une question qui ne I'est pás*. Supõe, portanto, que um sujeito/indivíduo portador de preconceito deve 'inevitavelmente' poder causar algum prejuízo ao sujeito vítima do dito preconceito, considerando que há um prévio 'julgamento'".

[21] Em 1870, um texto do psiquiatra alemão Carl Westphal intitulado *"As Sensações Sexuais Contrárias"* definiu a homossexualidade em termos psiquiátricos como um desvio sexual, uma inversão do masculino e do feminino. A partir de então, a homossexualidade foi descrita como uma das formas de degeneração.

[22] Frantzen (2000, p. 559) identifica a sodomia como, "um termo vago que tem sido usado para designar qualquer coisa desde um intercurso anal entre homossexuais masculinos até heresia e que, geralmente, está associado às relações sexuais entre homens". Entretanto, Greenberg (1988) faz a observação de que na Idade Média o termo adquiriu uma função metonímica e descrevia muitas formas de desejo excessivo e não somente desejo ou conduta sexual.

Estado e, dessa maneira, o homossexual passa a ser acusado do crime de pederastia (NUNAN, 2003, p. 33).

O fato é que a homossexualidade teve, ao longo da História, pouco espaço de estudo e discussão, em especial por se considerar um assunto tabu na sociedade. No entanto, quando a sexualidade é entendida livre de preconceitos, a homossexualidade nela encontra o seu lugar.

Pode-se afirmar que, as atitudes das variadas sociedades em relação à homossexualidade podem ser reunidas em três categorias, a saber: aprovação e valorização, seguida pela de indiferença ou neutralidade e, por fim, a de reprovação e condenação (DANIEL; BAUDRY, 1977, p. 31).

São por esses aspectos que podemos entender de que maneira os conceitos que permeiam o domínio da homossexualidade estão carregados ou não de conotações pejorativas ou de preconceitos. À homossexualidade estão atreladas noções outras como, por exemplo, 'contra a natureza', 'anormalidade', 'desvio' e 'perversão'. Isso ocorre em virtude de durante muito tempo, e quiçá ainda atualmente, a abordagem do tema, em particular, estar muitas vezes a cargo de grupos extremistas que justificam sua intolerância em bases religiosas, por exemplo.

Essas noções não são sinônimas. 'Contra a natureza' revela uma noção de que o homossexual age ou está associado ao que é contrário à natureza. O fato é que durante muito tempo se vem associando a função sexual à reprodução e, dessa maneira, como o ato sexual entre duas pessoas do mesmo sexo não resulta em reprodução da espécie, os homossexuais estariam enquadrados ao que não é natural. Entretanto, o ser humano é capaz de dissociar a procura do prazer e à da reprodução; além disso, o ser humano na modernidade precisou ser capaz de entender da necessidade do planejamento familiar, dos contraceptivos e, inclusive, das cirurgias para evitar a gravidez. Nesse sentido, não justifica atrelar essa noção à homossexualidade, pelo fato de que ela faz parte da natureza, do conjunto de seres e coisas existentes (DANIEL; BAUDRY, 1977, p. 44).

'Anormalidade' remete à noção de que se trata de uma variação da norma. A esse respeito, Daniel e Baudry (1977, p. 45) ensinam que,

> é que, com efeito, desde o alvorecer das civilizações, os homens encarniçaram-se, não somente em observar a natureza, mas de definir-lhe a *ordem* e que, muitas vezes, esta pretensa "ordem natural", assim definida, não é outra coisa senão a projeção de nossas próprias idéias morais ou de dos nossos próprios preconceitos. É o que se produziu com a sexualidade,

> quando os filósofos cristãos erigiram em *"ordo naturae"* seu dogma teológico sexualidade = procriação.

De fato, a homossexualidade faz parte da realidade e foi constatada entre seres humanos e animais irracionais. Em que pese a não existência de uma ordem natural no âmbito da sexualidade não é possível tratá-la como anormal; além disso, não significa que se trata de uma noção de inferioridade. Ao atribuir à homossexualidade a noção de anormalidade Daniel e Baudry (1977, p. 47) explicam que, "a homossexualidade é *anormal* porque se choca aos costumes e às concepções tradicionais (as 'normas' de comportamento) de nossa sociedade, não por violar 'normas' naturais que não existem".

'Desvio', por sua vez, oriundo de *de-viare* resulta em sair da via enquanto 'Perversão' originário, de *per vertio*, por sua vez é derivado de *per-vertere*, e remete à noção de "pôr de lado", "pôr-se à parte" ou, ainda, virar do lado mau. Desvio, enquanto substantivo, significa mudança ou afastamento. Se aplicado ao âmbito social, tem uma relação direta com o que é normal, o que não é evidente, visto que normal é resultado de discursos e práticas sociais. O que se entende como anormal é resultado de criações históricas elaboradas pela sociedade burguesa, que considera como padrão o homem branco, heterossexual e burguês. Por isso, o desvio é sempre relativo a uma das características desse padrão. Perversão, por sua vez, é um termo usado para designar o desvio, por parte de um indivíduo ou grupo, de qualquer dos comportamentos humanos considerados normais e/ou ortodoxos em uma época específica para um determinado grupo social.

Dessa forma, qualquer indivíduo que apresente condutas subversivas à ordem moral da sociedade e, nesse caso, o homossexual se enquadrava nessa assertiva por seu comportamento e desejo que negavam os interesses sociais, passa a ser tido como pervertido.

Nunan (2003, p. 31) explica que essas noções foram atreladas à homossexualidade porque "a homossexualidade será inicialmente definida como uma perversão do instinto sexual causada pela degenerescência de seus portadores e, depois, como um atraso evolutivo ou retardamento psíquico que se manifestava pelo funcionamento feminino do homem".

Verifica-se, então, a carga de preconceito que estava sendo colocada sobre a homossexualidade, e Nunan (2003, p. 32) continua sua explicação esclarecendo que,

> o preconceito sexual parece ter sido um produto da ideologia evolucionista posta a serviço da sociedade burguesa do século XIX. O conceito de *instinto sexual*, agora diretamente ligado à palavra *sexo*, reforçou esse imaginário. Se o instinto sexual tinha uma finalidade única, o que fugia a esta finalidade podia ser definido como um desvio ou perversão da meta "natural".

O resultado dessa carga negativa ou pejorativa resulta na homofobia. Homofobia (homo=semelhante, fobia=do Grego φόβος que significa medo) é um termo utilizado para identificar o ódio, a aversão ou a discriminação de uma pessoa contra homossexuais e, conseqüentemente, contra a homossexualidade, e que pode incluir formas sutis, silenciosas e insidiosas de preconceito e de discriminação contra homossexuais.

Nesse sentido, a ocorrência da homofobia se materializa no insulto que pode estar presente na difamação ou nos atos de violência física ou psíquica (*bullying*, em inglês), em injúrias verbais ou gestos e mímicas obscenos mas óbvios, além de formas mais sutis e disfarçadas, desde a falta de cordialidade e a antipatia no convívio social, até a insinuação, a ironia ou o sarcasmo, casos em que a vítima tem dificuldade em provar objetivamente que sua honra ou dignidade foram violentadas.

Esse tipo de preconceito é histórica e socialmente construído. De acordo com Gaines e Reed (1995, p. 101),

> [...] segregação, preconceito e discriminação [...] não são resultados inevitáveis de processos biológicos ou cognitivos. Argumentamos, pelo contrário, que eles refletem a emergência histórica de comportamentos e sistemas de crenças específicos que equacionam diferenças físicas e culturais com "bondade" ou "maldade" dentro da espécie humana. Tais comportamentos e crenças surgirão apenas como uma conseqüência de histórias de opressão particulares.

Então, como saber o que motiva a homofobia? De certa forma, é uma oposição instintiva a tudo aquilo que não corresponde a uma sociedade dominante em que o indivíduo deveria se identificar e às normas implícitas e estabelecidas por essa mesma sociedade. Por exemplo, se existe a necessidade de reafirmação dos papéis tradicionais de gênero e, nesse sentido, o homossexual é alguém que necessariamente não irá cumprir com esse papel que lhe corresponde segundo o seu gênero, de acordo com regras e tradições temporais e pré-estabelecidas, ele será discriminado e, portanto, vítima de homofobia.

Isso ocorre porque as opiniões sobre a homossexualidade e a forma como integrá-la à sociedade variam de acordo com as épocas e os lugares. Daniel e Baudry (1977, p. 32-36) relacionam que, dessa maneira, é possível constatar que existem sociedades favoráveis à homossexualidade (como por exemplo, a Grécia antiga, o Japão feudal, a renascença italiana entre outras), as sociedades neutras em relação à homossexualidade (como por exemplo, Egito, China clássica, grande parte da Europa do Norte entre outras) e aquelas que a condenam (como por exemplo, o povo hebreu, a sociedade judaica, Cuba, entre outras).

Por isso, essa atitude hostil ou negativa em relação à homossexualidade, ou seja, a homofobia, está baseada em generalizações deturpadas sobre a homossexualidade e o próprio homossexual, o que dá vasão ao estereótipo e conseqüente estigma.

Os estudos sobre a sexualidade enfatizam que a história da homossexualidade e da criação de seus termos permitem compreender o fato de que a "normalidade" depende da estigmatização e subalternização de identidades para se consolidar socialmente. Dessa forma, a invenção dos termos *homossexualidade*, *homossexualismo*, *homossexual* e outros termos freqüentemente usados de forma pejorativa, contribuem para estabelecer uma "naturalidade" do comportamento heterossexual em detrimento do homossexual.

2.2 (Do) Homossexual ao *Gay*

O termo homossexual passou a ser utilizado nos contextos norte-americano e europeu no final do século XIX, denotando os comportamentos sexuais além da identidade consciente e a sua popularização se deu da mesma maneira que o termo heterossexual. Na virada do século XIX para o século XX, a novidade era um mundo de mapeamento, ou seja, onde cada pessoa era determinada pelo seu sexo biológico, o que passou a ser considerado, necessariamente, como um atributo para determinar um homossexual ou um heterossexual (SEDGWICK, 2008, p. 2).

Em seguida, novos discursos taxonômicos institucionalizados - médico, jurídico, literário, psicológico - centrados na definição de homossexuais e heterossexuais proliferaram e cristalizaram rapidamente nas últimas décadas do século XIX, décadas nas quais muitos críticos culturais estavam reformulando seus discursos (SEDGWICK, 2008, p. 3).

Nesse sentido, os indivíduos passam, a partir desse momento, a ser classificados em heterossexuais e homossexuais, categorias inviáveis antes da construção da diferença sexual, pertencendo a categorias dualistas rígidas, como por exemplo, homem e mulher, normal e anormal entre outras.

Corraze ([1990?], p. 12) afirma que o termo homossexual foi cunhado "para qualificar comportamentos e pessoas, de forma a integrá-los nos nossos esquemas sociais, e que, sem este artifício, estariam desprovidos de existência". Em especial porque, de acordo com Foucault (1999), a cultura ocidental moderna tem colocado a sexualidade humana em uma posição cada vez mais privilegiada no momento da construção da identidade individual,

da verdade e do conhecimento e, dessa maneira, torna-se cada vez mais nítido que o discurso da sexualidade, não só cruza, mas transforma as relações entre os indivíduos.

Dessa maneira, e levando em consideração a binarização da sexualidade humana, o que vem a ser o homossexual? Segundo Daniel e Baudry (1977, p. 75), "o homossexual é um homem semelhante a todos os outros, salvo sobre este ponto preciso de sua inclinação sexual e afetiva. É dizer que existem homossexuais grandes e pequenos, gordos e magros, inteligentes e estúpidos [...]". Dessa forma, determinar o homossexual como *isto* ou *aquilo* é uma forma de generalização e, por isso, abusiva e despida de fundamento.

Para Picazio (1998, p. 30) o homossexual, é a pessoa que sente desejos afetivos e sexuais por uma pessoa do mesmo sexo, não sendo uma opção, nem uma doença, e muito menos uma perversão. Por isso, o autor explica que o único elemento que se altera na composição da heterossexualidade para o da homossexualidade é a orientação do desejo.

O problema aparece com o uso, por uma grande parcela de pessoas, do termo homossexual como substantivo e, dessa forma, ganha toda uma série de conotações indevidas. Associado ao termo homossexual está o termo inglês *gay*, que traduzido literalmente significa alegre, mas usado no âmbito brasileiro, por vezes, em conotação pejorativa, cujo intuito é diminuir a condição humana. O termo *gay* apareceu no Brasil pela primeira vez em 1963, em um dos primeiros números da publicação *O Snob*[23] e, em 1967, já era empregado como sinônimo de homossexual. Contudo, o termo *gay* só foi assumido pelos ativistas dessa causa na década de 1980, porque para muitos deles esse termo não carregava uma conotação pejorativa. A associação dos termos homossexual e *gay* ocorre porque, segundo Badinter (1992, p. 113),

> no final dos anos 60, paralelamente à reconciliação, pelas feministas, das identidades e papéis sexuais, alguns homossexuais norte-americanos saem de seu silêncio forçado para por termo a uma clandestinidade dolorosamente sentida como patológica. Para começar, eles mudam de designação. Em vez de "homossexuais", que tem uma conotação médica ligada à perversão, eles preferem a denominação de "*gays*" (que existe desde o século XIX), mais neutra, que designará uma cultura específica e positiva.

[23] Pequeno jornal que continha fofocas, entrevistas, notícias, concursos de contos, humor e auto-afirmação.

De acordo com a etimologia popular, *gay* representaria uma sigla para *"Good As You"* (Bom como você, em português), remetendo à idéia de que as diferentes orientações sexuais são equivalentes em fundamentos morais. Atualmente, uma nova geração de ativistas norte-americanos tem utilizado essa noção em seus *websites* (por exemplo: http://www.goodasyou.org), como também foi materializado na obra de Cathy Falconer que publicou em 2005, como resultado de sua tese defendida na Universidade de Ulster, o livro "*Good as You"* pela Editora Guildhall Press, que trata dos sentimentos de uma mãe quando descobre que seu filho é homossexual. Sabe-se que o termo *gay* pode ser utilizado de forma exclusiva ou inclusiva. O significado exclusivo refere-se apenas aos homens que preferem as relações sexuais e românticas com outros homens.

O significado inclusivo refere-se aos homens e mulheres que preferem as relações sexuais ou românticas com seu próprio sexo. Contudo, existe um desacordo a esse respeito, pois também se verifica a ocorrência do uso dos termos lésbica e *gay* para designar, respectivamente, mulheres e homens homossexuais. Além disso, os estudos sobre *gays* e lésbicas, bem como a Teoria *Queer* trarão subsídios sobre a questão da identidade homossexual.

Para Sedgwick (2008, p. 16-17), não há nenhuma regra satisfatória para escolher entre os usos dos termos homossexual e *gay* fora de um contexto pós *Stonewall*[24]*,* onde *gay* tinha preferência na escolha por parte de um grande público que assim se auto-referenciava. Para o autor, o uso do termo homossexual ocorre, no contexto norte-americano, antes do final do século XIX, de forma menos limitada do que *gay* o que indicava um caráter oficial.

Assim, homossexual e *gay* parecem cada vez mais aplicáveis para distinguir seu uso nos períodos em que não se sobrepõem a história do fenômeno para o qual existem; então, permanecem sem um rótulo abrangente.

A primeira aparição na língua inglesa do termo *gay* foi em 1300 e, desde então, passou por uma multiplicidade de significados diferentes. *Brilhante* ou *cheio de diversão* são alguns de seus significados, pois sua história oferece um complicado quadro de mudanças. O termo *gay* começou a ser usado eufemisticamente como um termo geral àquelas pessoas dadas à revelia ou que se aplicavam a auto-indulgência, como por exemplo, os foliões do sexo masculino de 1600 que eram conhecidos como "cachorros *alegres*" (*gay dogs*, em inglês).

[24] Na noite de 28 de junho de 1969, o bar *Stonewall Inn*, localizado em Greenwich Village em Nova York, que era freqüentado por homossexuais, foi invadido por policiais que alegavam descumprimento de lei na venda de bebidas alcoólicas e provocou uma reação inédita e violenta por parte dos freqüentadores do estabelecimento. Esse confronto durou cinco dias e se transformou em um marco na luta em favor dos direitos dos homossexuais. Atualmente, o dia 28 de junho representa o *Dia Internacional do Orgulho Gay,* sendo comemorado em diversos países por meio de um desfile conhecido como *Parada Gay.*

Entretanto, se uma menina fosse chamada de *gay* significava que era uma "prostituta" e, por isso, o termo *gay* teve também claramente como um dos seus significados a atividade sexual, o que parece ser, especialmente, quando aplicado às mulheres (BURRIDGE, 2005, p. 58).

No início do século XVIII, o termo *gay* passa a ter o significado de promíscuo na língua inglesa e estava associado às expressões do tipo: "alegre nas pernas" (*gay in the legs*, em inglês), o instrumento de contentamento 'o pênis' (*the gaying instrument: 'the penis'*, em inglês) referindo-se à promiscuidade ou ao ato da cópula. Entretanto, quando aplicado às mulheres, o termo *gay* também tomou uma conotação moral, entretanto, ele se tornou uma palavra completamente negativa significando 'mulher promíscua' ou 'prostituta'.

Em geral, isso se deve porque a sociedade anexa valores completamente diferentes para a sexualidade masculina e feminina, fazendo com que as palavras direcionadas às mulheres adquiram diferentes cargas valorativas em relação aos termos masculinos que, por usa vez, possuem menos carga negativa e continuam mais estáveis ao longo do tempo (BURRIDGE, 2005, p. 59)[25].

No livro *Epistemology of the closet* (Epistemologia do armário, em português) Eve Sedgwick traz as relações conhecidas e desconhecidas, explícitas e implícitas do armário e acerca de definição de homossexual e heterossexual. 'Sair do armário' é uma metáfora conhecida para o *coming out* ou *coming out of the closet*, que é o processo pelo qual o homossexual revela a sua orientação sexual a outras pessoas, tais como familiares, amigos, colegas de trabalho entre outros. Sair do armário é assumir-se como homossexual publicamente. Sedgwick (2008) revela que não seguiu uma convenção, em especial àquela usada por alguns estudiosos, na diferenciação entre *gay* e homossexual, com base em saber se um determinado texto ou uma pessoa eram percebidos, respectivamente, como afirmação *gay* ou homofobia internalizada.

Contudo, explica que o uso de cada um dos termos de forma adequada em contextos onde a diferenciação histórica entre as partes anteriores e posteriores do século torna-se importante. Por isso, para designar o fenômeno (a noção problemática) que se estende através de um maior alcance histórico, o autor sugere o uso do termo *gay* no contexto da virada do século XIX e homossexual no contexto dos anos 1980, cada um deles com a intenção de abranger uma classificação suficientemente ampla.

Para Sedgwick (2008, p. 17), a questão do gênero tem sido um problema no âmbito da terminologia da área e para tal não possui uma solução consistente. Segundo o

[25] A título de exemplo, veja-se a conotação positiva que os termos *touro* e *galo* carregam quando usados popularmente como adjetivos masculinos se comparados a seus correspondentes femininos: *vaca* e *galinha*.

autor, homossexual é um termo de gênero neutro, embora tenha no mais das vezes uma inclinação para o masculino, especialmente, por sua raiz etimológica latina *homo* = homem, ou simplesmente por causa da maior atenção aos homens no discurso em torno dela (como em tantos outros). Aqui, portanto, homossexual estaria voltado mais para os homens que as mulheres.

Gay, por sua vez, é um termo mais complicado, uma vez que faz uma afirmação para se referir a ambos os sexos, mas é rotineiramente usado de maneira desigual para com as lésbicas, ou seja, cada vez menos esse termo se refere às mulheres.

É interessante notar que as cargas valorativas atribuídas aos significados dos termos, em diferentes contextos e períodos, resultam em uma linguagem disfêmica ou eufêmica, que são entendidas como linguagens fortes. Por exemplo, desde 1960 o termo *gay* tem sido usado cada vez menos no sentido de "brilhante ou cheio de diversão" (um sentido que remonta à Idade Média), porque a ele também foi atribuído o significado de homossexual. Tem-se, então, um exemplo de um termo que possuía um significado estrito, mas que foi associado a um tema tabu que é a sexualidade (ALLAN; BURRIDGE, 2006, p. 44).

Percebe-se que o termo *gay*, no início de seu uso, remonta ao contingente heterossexual mesmo que independente de sua conotação pejorativa, ou seja, seu uso é heterossexual. Curioso que a maioria dos dicionários norte-americanos não cita o surgimento do significado homossexual do termo até a década de 1920. Em inglês e português, muitos termos pejorativos para mulheres se transformaram em termos pejorativos para os homossexuais masculinos. Assim, por exemplo, *Faggot* (viado, em português) era originalmente um termo pejorativo (prostitutas) para as mulheres e, atualmente, é utilizado para designar homossexuais afeminados (BURRIDGE, 2005, p. 59).

Burridge (2005, p. 59) explica que, na década de 1960, foi registrada uma re-avaliação por homossexuais masculinos e femininos da semântica depreciativa de uma série de termos como, por exemplo, *gay*. É possível desfazer a conotação pejorativa por parte dos falantes de uma língua por meio da 'cobertura natural' (*natural cover*, em inglês). Dessa forma, a apropriação do termo *gay* pelos homossexuais tem sido muito bem sucedida, em relação às tentativas habituais como a de reavaliar o vocabulário. A designação 'cobertura natural' é de Glen Loury e é usada para se referir aos falantes de uma língua que, devido à sua identidade de grupo, não estão pré-dispostos às más intenções para se expressar de uma forma potencialmente ofensiva.

Gay significando homossexual, seja como substantivo ou adjetivo, tornou-se aceito e seu uso é dominante. Desde os anos 1960, o termo *gay* tem sido usado cada vez

menos no sentido original de "brilhante ou cheio de diversão", tanto que, a maioria dos falantes ao usar o termo *gay* como adjetivo no seu sentido original, tem que fazê-lo com algum embaraço para chamar a atenção para o significado pretendido (BURRIDGE, 2005, p. 59).

Peggy Noonan, jornalista e escritora dos discursos do ex-presidente norte-americano Ronald Reagan, alega que alguns termos poderiam ser resgatados, como por exemplo, o termo *gay* como sendo uma palavra com sentido bom – alegre e brilhante – e que a sua etimologia pode ser rastreada em dois significados originários do alemão arcaico – o primeiro no sentido de "bom, bonito" e o segundo no sentido de "impetuoso, rápido"; entretanto, presume-se que talvez nenhum desses seja o significado verdadeiro (ALLAN; BURRIDGE, 2006, p. 100).

Ao se recuperar o sentido original do termo, outros significados são a ele atribuídos e não o são de forma agradável. Por exemplo, em Nova York, as leis contra a sodomia foram exercidas até 1940, e os processos por esse crime aumentaram de menos de uma centena por ano para mais de 3.000. Acontece que havia em 1923 a lei 722, do Direito Penal norte-americano que identificava como "conduta degenerada e desordeira" aquelas que de algum lugar público se solicitavam homens com a finalidade de cometer um crime contra a natureza ou de perversidade. Nessa ocasião, se referiam aos homossexuais através de eufemismos, tais como: "homens de cabelo longo" e "mulheres de cabelo curto"; "meninos de voz fina" e "meninas de voz grossa" (ALLAN; BURRIDGE, 2006, p. 155).

Contudo, quando há pouca probabilidade de o significado ser mal interpretado, criam-se outros termos que, por usa vez, persistirão na língua de forma pejorativa. Este é o caso, por exemplo, de *Queen Regina* e *Drag Queen* usados para travesti masculino. Nesse caso, observa-se que o *denotatum* dos primeiros é necessariamente do sexo feminino, o outro é necessariamente do sexo masculino. Em outro caso, tem-se o termo *Queer* que para alguns não haverá censura se o significado for "estranho"; entretanto, outro significado foi a ele atribuído com teor pejorativo e que se evita dizer que é o de "bicha". Então, ao se referir ao indivíduo homossexual usa-se no sentido de dizer que é um indivíduo peculiar, excêntrico ou estranho, onde se trata claramente de uma forma eufemística[26] (ALLAN; BURRIDGE, 2006, p. 46).

O termo *gay*, originalmente usado para designar prostitutas e, contudo, adotado para designar homossexuais, também não ficou sozinho, pois vários outros termos foram

[26] O emprego do termo na expressão em inglês *"in queer street"* não tem sentido positivo e seu significado, em português, equivale a "na rua da amargura".

criados ou apropriados para designar homossexuais, particularmente, àqueles tidos como afeminados. São eles: *pansies* (bichas), *queens* (rainhas), *Nellies*, *fairies* (fadas), *faggots* (viados), *fruits* (frutas), *friends of Dorothy* (amigos de Dorothy), *sissy* ou *cissy* (maricas), *buttercup*, *dingequeen* (branco que prefere os negros), *rice-queen* (branco que prefere os asiáticos), *nance*, *Nancy boy*, *homo*, *puff/poof*, *poofter*, *chi-chi man*, *Batty boy*, *invert* (invertido), *pervert* (pervertido), *degenerate* (degenerado), *sod*, *shirt-lifter*, *arse-bandit.* Todos esses termos são considerados disfêmicos quando usados por heterossexuais. Entretanto, perdem esse sentido se utilizados por homossexuais em seus grupos de relacionamento ou entre eles (ALLAN; BURRIDGE, 2006, p. 156).

A partir da década de 1970, *gays* e lésbicas se identificaram como minorias oprimidas e houve uma movimentação para o 'assumir-se' (*coming out*) e, dessa forma, declarar a sua homossexualidade em público. Durante o mesmo período surge o eufemismo PWA [*Person with Aids*] – Pessoa com AIDS (ALLAN; BURRIDGE, 2006, p. 156).

No contexto brasileiro, existem alguns exemplos de termos considerados pejorativos. O termo 'bicha' tem sua origem e significado muito controversos, sendo criado na década de 1930 e difundido de forma pejorativa a partir dos anos 1960. Uma das possíveis explicações para o termo é a de que ele se refere a um tipo de verme ou parasita intestinal, remetendo a um animal feminilizado (COSTA, 1992). Entretanto, duas outras explicações são possíveis, sendo a primeira, que o termo pode ter sido uma apropriação, feita pelos próprios homossexuais, da palavra francesa *biche*, que significa corsa, isto é, a fêmea do veado. *Biche* também era usado na França como um termo afetuoso para uma mulher jovem - uma gazela; a segunda, é que o termo significaria prostituta ou mulher nervosa, especialmente, na região Nordeste do país (GREEN, 1999). Uma de suas variações é o termo 'bicha-louca', que atualmente é pouco usado, mas que remete, ainda, a uma dimensão histriônica do homossexual.

O termo 'entendido' foi difundido na década de 1960 para identificar o homossexual da classe média, e era equivalente ao termo *gay* que estava em difusão nos Estados Unidos na mesma época. O termo surgiu na década de 1940 e teve seu significado original modificado para fazer alusão a um homossexual que não adotava um papel de gênero masculino ou feminino. É o termo entendido que dará origem à identidade *gay* (NUNAN, 2003, p. 48).

O termo 'viado' surgiu na década de 1920 para identificar *gays* afeminados ou passivos. A origem do termo remonta ao fato de que os homossexuais eram portadores de um

"desvio sexual" e, por isso, "desviados" e fazia alusão à forma rápida dos homossexuais correrem quando os policiais chegavam (NUNAN, 2003, p. 48).

Além desses, outros termos foram cunhados para designar os homossexuais, tais como: mariquinha, maricas, florzinha, frutinha entre outros, sempre fazendo alusão ao feminino. Essa referência do homossexual ao feminino, Green (1999, p. 106) explica que,

> alguns passaram a usar roupas e estilos que serviam de indicativos de suas predileções sexuais e projetavam imagens efeminadas a fim de veicular sua disponibilidade para interações sexuais. [...] As roupas, costumes e códigos desses homens indicam que haviam construído uma identidade social comum ligada ao seu comportamento sexual. Alvo de desprezo pelos profissionais de saúde e pela sociedade de forma geral.

Sob esse aspecto, Trevisan (2000, p. 35) informa que, "nessa subversão cultural se inscrevem o deboche, [...] a ironia e o riso, florescendo num descaso pelas normas de gênero sexual (como o cultivo ao travestismo) e no uso distorcido da linguagem". Nesse último aspecto, ou seja, no âmbito da linguagem, se apropriada por parte do heterossexual, pode resultar em um eufemismo ou disfemismo; entretanto, se apropriada por parte do homossexual seu significado é modificado e, por isso, tende a não ser ofensivo.

Veja-se, por exemplo, quando os homossexuais masculinos costumam se referir uns aos outros com nomes, pronomes e formas femininas de tratamento, como: irmã, tia, querida etc., ou seja, não há um sentido pejorativo, mas uma forma de se relacionar defendendo-se do meio hostil. Nesse sentido, destaca-se a publicação de "Aurélia: a dicionária da língua afiada" (Editora do Bispo) de Ângelo Vip e Fred Libi. O título é uma referência ao dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda, um dos maiores lexicógrafos do Brasil, falecido em 1989. A obra contém muitos verbetes do universo homossexual e, logo no início, tem-se uma observação que cabe aqui ser reproduzida: "Este dicionário não tem a pretensão de ser politicamente correto. Muitos termos são chulos e pejorativos, podendo ser ofensivos para determinadas pessoas ou grupos. Nesse caso, recomendamos a interrupção imediata da leitura".

Esse entrave entre os papéis assumidos pelos homossexuais que, por sua vez, se refletem na linguagem resultou, particularmente na década de 1990, em um crescimento do que se convencionou denominar de teoria *queer*, com a alegação de que a identidade é uma das funções das práticas semióticas.

2.3 Teoria *Queer*

O significado original de *queer* era 'baixo', 'inferior', 'criminoso' ou 'falsificado'. O primeiro uso impresso do termo foi na língua escocesa, em 1508, para significar 'estranho', 'excêntrico' ou de 'caráter duvidoso'. Por exemplo, *"in queer"* (no crime, em português) significava estar encrencado com a polícia; em conseqüência, no século XVII, *"queer bird"* significava que o sujeito tinha sido solto da prisão, mas que tinha retornado ao crime (MORRISON, 2000, p. 491).

Ao longo do tempo, o termo *queer* passou a englobar os termos *gays*, lésbicas, bissexuais, terceiro sexo, transexuais, *crossdressers*/travestis e aqueles do gênero *fuck* (por exemplo, um homem exibindo um peito cabeludo e trajando um vestido). Originalmente um disfemismo, *queer* tem sido valorizado como um ortofemismo como, por exemplo, no título dos programas norte-americanos de televisão: *Queer Eye for a Straight Guy* e *Queer as Folk*. O primeiro, apresentado por cinco rapazes homossexuais que são consultores de moda, obteve grande sucesso nos EUA e na Austrália, e o segundo é um seriado que retrata a vida de um grupo de amigos *gays*. No entanto, *queer* ainda é usado como um disfemismo dentro da comunidade *gay*, o que tende a mudar. Hoje, o termo *Queer* é, por vezes, conhecido genericamente pela sigla eufemística LGBT para lésbicas, *gays*, bissexuais e transexuais – que, por sua vez, é um ortofemismo (BURRIDGE, 2005).

Observa-se, nesse caso, a mudança que ocorreu na sigla que representa a comunidade homossexual, originando-se como GLS [*Gays*, Lésbicas e Simpatizantes] para as posteriores modificações GLBS [*Gays*, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes], GLBT [*Gays*, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros], GLBTS [*Gays*, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros e Simpatizantes], LGBTS[27] [Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transgêneros e Simpatizantes] e, atualmente, LGBTTTS [Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Simpatizantes]. *Queer* foi incluído na sigla porque se trata, atualmente, de um termo universalizante que enquadra as sexualidades que, de certa forma, fogem ao padrão e representam as diversas minorias; entretanto, ele não exclui as demais siglas. Dessa maneira, também, encontra-se na literatura a sigla GLBTQIA [*Gay*, Lésbica, Bissexual, Transgênero, *Queer*, Intersexo e Assexual].

[27] A transposição da letra L (Lésbicas) para o início da sigla ocorreu em junho de 2008 na Conferência Nacional de *Gays*, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais ocorrida em Brasília (DF), pelo fato de que esse subgrupo de expressão da sexualidade precisa de mais visibilidade, fato apontado pelos movimentos internacionais.

Cada uma dessas formas de expressão da sexualidade representa a diversidade em que o próprio universo sexual está imerso. Assim, dentro do universo homossexual identificam-se subgrupos: lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros, bissexuais, *drag queens*, *crossdressers*, intersexo, assexual e simpatizantes.

Lésbicas são mulheres homossexuais, ou seja, mulheres que se sentem atraídas e desejadas física, emocional e espiritualmente e que possuem relacionamento com outras mulheres. A palavra lésbica vem do latim *lesbius* e originalmente referia-se somente aos habitantes da ilha de Lesbos, na Grécia, seu sentido atual é posterior ao século XIX, pois anteriormente, o termo utilizado era tríbade. A associação entre o termo 'lésbica' e a ilha de Lesbos está relacionada à poetisa grega Safo que vivia em uma das cidades da ilha e que cujos trabalhos continham inclinações amorosas direcionadas à filha ou às companheiras (ANTUNES, 1987).

O travesti é um indivíduo que necessita das vestes do sexo oposto para excitação sexual e que, por vezes, busca transformar o seu corpo para que apresente as características do sexo desejado, geralmente, porque não se sente pertencente ao seu sexo biológico (PICAZIO, 1998, p. 53).

Transexuais são pessoas que nascem com um determinado sexo biológico, entretanto, buscam a modificação para o sexo oposto. A diferença do transexual em relação a outras formas de composição da sexualidade está na identidade sexual, ou seja, em quem acredita ser (PICAZIO, 1998, p. 47).

Transgêneros remete àquelas pessoas cuja expressão de gênero não corresponde ao papel social atribuído ao gênero designado para elas no nascimento. É importante salientar que o prefixo *trans* significa "além de", "através de".

Bissexuais são indivíduos que possuem atração física, emocional e espiritual por indivíduos dos dois sexos masculino e feminino.

A *Drag Queen* [de DRAG, *DRessed As a Girl*, em inglês, é equivalente a transformista] é um homem que está em harmonia com seu sexo biológico e sua identidade sexual, entretanto, se veste com as roupas do sexo oposto para brincar com o papel feminino de uma forma exacerbada, que muito dificilmente se encontraria numa mulher, remetendo a uma caricatura do feminino. Geralmente, as *drag queens* desenvolvem um personagem, no intuito de se profissionalizar e, assim, exercer uma atividade remunerada (PICAZIO, 1998, p. 55).

Crossdressers são indivíduos que vestem roupas e objetos do sexo oposto buscando a elegância e o mundo afetivo desse sexo com sofisticação, cujos motivos são os mais diversos que vão desde a vivência do sexo oposto até a sexual (PICAZIO, 1998, p. 55).

Intersexo é um indivíduo que nasce com uma genitália que possui características dos sexos masculino e feminino, ou mesmo, que foge às características socialmente construídas para o masculino e feminino, caracterizando, assim, uma ambigüidade. Anteriormente era conhecido como hermafrodita, termo este que estava carregado de estigmas.

Assexual refere-se ao indivíduo que é indiferente à prática sexual porque ele não se sente atraído sexualmente por nenhum dos sexos masculino e feminino. Simpatizantes, nesse contexto, são indivíduos que, independente de sua orientação sexual, admiram ou apóiam indivíduos de orientações sexuais distintas seja no aspecto político ou social.

Apesar de o termo *queer* ser abrangente em relação às minorias, observa-se que ele não se tornou um guarda-chuva onde todos os outros termos relativos aos subgrupos de expressão da sexualidade pudessem estar abrigados, mas sim, mais um entre os demais. Isso significa que se trata de uma questão de política de identidade.

No final dos anos 1980 e início de 1990, alguns estudiosos buscaram responder a algumas preocupações, que versavam sobre a inclusão dos diversos subgrupos de expressão da sexualidade expostos anteriormente em estudos sobre a construção de uma política de identidade. O resultado foi o desenvolvimento da Teoria *Queer*, que visa a incluir todas as pessoas que não sejam heterossexuais em temas de análise crítica, rejeitando o essencialismo que está implícito nas definições de *gays* e lésbicas enquanto uma identidade sexual (MORRISON, 2000, p. 492).

A Teoria *Queer* teve origem nos Estados Unidos em meados da década de 1980 a partir dos estudos sobre *gays*, lésbicas e feministas, sob forte influência da obra de Michel Foucault, tendo alcançado notoriedade a partir dos anos 1990. Alguns analistas observaram que os termos *gay* e *lésbica* podem ser excludentes e argumentam que, dessa forma, tais condições implicariam, necessariamente, que a identidade sexual fosse um atributo essencial ao invés de uma construção social (MORRISON, 2000, p. 492).

Judith Butler é uma das precursoras da Teoria *Queer*. Butler (1999) constatou que é um desafio contínuo a lógica binária do gênero[28] e as estruturas de identidade de uma forma geral, porque sexo e gênero são atributos de regulação social e não natural. As verdades,

[28] Tem-se aqui, um problema que Guimarães (2006) no âmbito dos aspectos éticos em ORC denomina "categorizações dicotômicas".

ontológica e científica, sobre a divisão entre masculino e feminino são, na realidade, ficções políticas usadas para naturalizar as normas sociais privilegiando a heterossexualidade sobre outras formas de comportamento sexual e criar uma estrutura de poder de gênero. Sexo e gênero parecem descrever realidades objetivamente materiais que existem antes das normas sociais, mas na verdade elas são subjetivas, são as categorias políticas que constroem e regulam a identidade (BUTLER, 1999). Por isso, torna-se necessário recorrer ao conceito de performatividade, oriundo da Lingüística, para afirmar que a linguagem ao se referir aos corpos e ao sexo o faz não apenas constatando-os, mas nomeando-os e isto produz o sujeito.

Assim, no âmbito dos estudos sobre a Teoria *Queer*, o termo homossexual é oriundo do discurso médico do século XIX e foi cunhado para definir uma aberração psicológica. Os termos *gay* e lésbica, apesar de sua longa história, foram publicamente reivindicados, por ativistas nos anos de 1960 e 1970, para fazer parte de uma política de orgulho e de libertação. Esses termos ancoram a noção de uma essência imutável que encarna o desejo sexual pelo mesmo sexo. Dessa maneira, embora a Teoria *Queer* também esteja preocupada com o desejo, suas questões envolvem a sua própria existência que, por sua vez, deve muito às práticas críticas de desconstrução do pós-estruturalismo e à afirmação de que a linguagem cria um significado. Por isso, a primeira crítica ao termo *queer* é que ele não está fixo, o que limita conquistas como as reformas políticas e de legislação, pois exigem uma identidade unificada do grupo (MORRISON, 2000, p. 493).

Sob esse aspecto, Louro (2001, p. 546) explica que,

> algumas vezes *queer* é utilizado como um termo síntese para se referir, de forma conjunta, a *gays* e lésbicas. Esse uso é, no entanto, pouco sugestivo das implicações políticas envolvidas na eleição do termo, feita por parte do movimento homossexual, exatamente para marcar (e distinguir) sua posição não assimilacionista e não-normativa. Deve ser registrado, ainda, que a preferência por *queer* também representa, pelo menos na ótica de alguns, uma rejeição ao caráter médico que estaria implícito na expressão "homossexual".

Nesse sentido, Morrison (2000, p. 493) explica que *Queer* se esforça para ser um termo mais abrangente do que *gay* ou lésbica, englobando pessoas bissexuais, transgêneros, transexuais e intersexuais. Seu propósito é reunir *gays* e lésbicas em um único movimento igualitário, embora exista a hipótese de que poderá ser dominado por homens. Os estudos que envolvem a Teoria *Queer* constituem-se em um *corpus* grande e variado de empreendimentos dispersos em várias áreas, indicando que comportamento e identidade sexual são diferentes em cada cultura e período histórico. Na verdade, a ênfase em interpretar a sexualidade e o

gênero como formações históricas específicas e não como a essência de uma determinada identidade está no fato de que a sexualidade é uma forma indissolúvel de categorias de identidade, tais como: raça, gênero, classe e crenças espirituais.

De acordo com Morrison (2000, p. 493), no âmbito da Teoria *Queer*, a identidade distingue-se das categorias estáticas de identificação como, por exemplo, de *gays* e lésbicas, embora não mutuamente exclusivas delas, e apresenta uma fluidez de expressão que não é oferecida por uma política tradicional de identidade. *Queer*, como identidade, é caracterizada por sua posição contra a normalidade. Como tal, a estranheza não é definida pela oposição à heterossexualidade, o que seria colocá-la dentro de um modelo binário heterossexual e homossexual; pelo contrário, *queer* interrompe a dicotomia hetero-homo por ser ambiguamente situada fora de tal estrutura. Por isso, dada a sua falta de fronteiras definitivas e definidas (típico das concepções padrão ou modernista de identidade), uma identidade *queer* pode ser entendida como uma identidade anti-identidade.

Louro (2001, p. 548) explica que, o que está em questão na Teoria *Queer* é a persistência de oposição e contestação, é uma diferença que quer ser perturbadora. Para a autora,

> Na medida em que *queer* sinaliza para o estranho, para a contestação, para o que está fora-do-centro, seria incoerente supor que a teoria se reduzisse a uma 'aplicação' ou a uma extensão de idéias fundadoras. Os teóricos e teóricas *queer* fazem um uso próprio e transgressivo das proposições das quais se utilizam, geralmente para desarranjar e subverter noções e expectativas.

Apesar de toda a carga pejorativa que o termo *queer* trouxe consigo o empreendimento da Teoria *Queer* é fazer com que isso esteja aparente, que esse "estranho" e "esquisito" se faça presente, não pelas vias do politicamente correto, mas pela sua própria essência. Esse fator remete aos estudos das figuras de linguagem, tais como a metáfora e o eufemismo, por exemplo, e as conseqüências dessas figuras nos estudos relativos aos aspectos éticos da representação do conhecimento.

3 ÉTICA EM REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: ABORDAGENS TEÓRICAS

Nesta seção são tratadas questões acerca da ética no âmbito da representação do conhecimento. Para tanto, far-se-á um resgate teórico da temática em âmbito internacional, destacando-se autores que contribuíram de forma significativa, notadamente, para o delineamento de valores inerentes à representação do conhecimento, bem como dos problemas decorrentes da negativa desses valores[29].

3.1 Representação do Conhecimento

Influenciada pela globalização, bem como pelas tecnologias de informação e comunicação, a atuação profissional bibliotecária tem sido repensada no intuito de contribuir de forma positiva às necessidades da sociedade como um todo. Sob essa influência, tem incorporado, cada vez mais, os valores morais e as virtudes éticas, fins das ações éticas, para responder às exigências da sociedade e/ou de uma cultura.

Entende-se, dessa forma, que a ética perpassa vários setores da atuação profissional do bibliotecário e, inclusive, a representação do conhecimento, cujas atividades são consideradas nucleares para a Ciência da Informação. Contudo, o que vem a ser esse conjunto de atividades que caracterizam a representação do conhecimento? Barité (1997, p. 125) destaca que a representação do conhecimento é "o conjunto dos processos de simbolização notacional ou conceitual do saber humano no âmbito de qualquer disciplina. Na representação do conhecimento se compreende a classificação, a indexação e o conjunto de aspectos informáticos e lingüísticos, relacionados com a tradução simbólica do conhecimento."

Nesse sentido, Guimarães (2000b, p. 51) destaca o tratamento temático, uma vez que ele assume uma dimensão estratégica, pois o documento (registro do conhecimento) se transforma em representante ou substituto de idéias (*surrogate of knowledge*) e criações de um produtor de conhecimentos que geralmente não pode estar presente.

---

[29] A abordagem teórica da ética em ORC não é objeto específico desta tese; entretanto, resgatam-se aspectos tratados anteriormente em Pinho (2006) como forma de contextualizar e abordar seus reflexos na representação do conhecimento em temáticas ligadas à homossexualidade masculina.

Percebe-se que na explicação de Guimarães (2000b), que o tratamento temático se destaca como procedimento nuclear, cujo ponto referencial está no conceito compreendido pela descrição temática. Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 193), indexação é a "representação do conteúdo temático de um documento por meio dos elementos de uma linguagem documentária ou de termos extraídos do próprio documento (palavras-chave, frases-chave)".

Lancaster (2004, p. 6) aponta que a indexação implica na preparação de uma *representação* do conteúdo temático do documento, assim, ao descrever seu conteúdo emprega-se um ou vários termos comumente selecionados de um vocabulário controlado.

Nesse sentido, Guimarães (2003, p. 102) explica que o tratamento temático, ou ainda, a indexação é parte integrante de um âmbito maior de estudo denominado Análise Documental, que compreende um conjunto de procedimentos a serem efetuados com o objetivo de facilitar o uso da informação. Esses procedimentos são operações fundamentais e interdependentes tais como a produção, a organização, a recuperação, a disseminação e o uso da informação. A Análise Documental possui dois níveis: o *formal* (descrição bibliográfica) e o de *conteúdo* (condensação documental e representação usando linguagens de indexação para a criação de resumos e índices).

Verifica-se, então, que na literatura da área existe uma identidade entre o tratamento temático realizado na Análise Documental e a indexação. Por outro lado, também é possível inferir que a análise documental é uma área na qual se insere a indexação, que por sua vez reflete a representação documental, utilizando-se das linguagens de indexação para gerar produtos, como os índices e as notações.

Como explicar, então, essa multiplicidade no entendimento do que vem a ser esse tratamento temático dado ao documento? Guimarães (2008, p. 77) identificou que a construção do referencial teórico-metodológico da área ocorre a partir de três correntes: a da catalogação de assunto (*subject cataloguing*), de influência norte-americana, a da indexação (*indexing*), de influência inglesa e a da análise documental (*analyse documentaire*), de influência francesa. Segundo Guimarães (2008, p. 82-83), a catalogação de assuntos possui influência da Escola de Chicago e reflete uma atividade voltada diretamente para as bibliotecas, sendo uma concepção que decorre dos princípios de catalogação alfabética de Cutter e da tradição de cabeçalhos de assunto da *Library of Congress*, que possui no catálogo o produto dessa atividade documental. Na segunda linha tem-se a indexação que abrange tanto as bibliotecas como os centros de documentação especializados, bem como o universo editorial, cuja construção teórica sofre influência dos estudos realizados no âmbito do CRG

(*Classification Research Group*) onde os índices resultam, enquanto produtos finais da atividade documental, da utilização de linguagens de indexação. A terceira linha, ou seja, a análise documental centra-se na explicação do próprio processo do tratamento temático que são os procedimentos que permitem a identificam e seleção de conceitos gerando representação e produtos documentais.

Para Guimarães (2008, p. 84), essas correntes se desenvolveram a partir de três abordagens, sendo que a primeira refere-se aos *processos* (análise, condensação e representação), a segunda aos *produtos* (índices e resumos) e a terceira a partir dos *instrumentos* (classificações, listas de cabeçalhos de assunto, tesauros, terminologias, ontologias).

Com isso assume-se, nesta tese, a abordagem da análise documental para fins de estudo dos aspectos éticos na representação do conhecimento. Assume-se ainda o conceito de análise documental designado por Gardin *et al.* (1981, p. 29) referindo-se a "um conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo de documentos científicos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação".

Esse conjunto de procedimentos é de natureza analítico-sintética e são especificados na literatura como análise, síntese e representação do conhecimento, e atuam de forma interdependente. Os procedimentos estão divididos em duas etapas: a primeira é a analítica cujos procedimentos são os de leitura profissional e identificação de conceitos, ou seja, a aplicação de estratégias cognitivas revelando conteúdos e identificando partes significativas para a construção de enunciados; a segunda é a sintética onde estão a seleção de conceitos, a condensação e representação documental, isto é, a categorização dos enunciados em principais e secundários, a elaboração de resumos e a tradução do conteúdo temático usando uma linguagem de indexação para a elaboração de índices (GUIMARÃES, 2003, p. 112).

Dessa forma, entende-se que a indexação está inserida na análise documental no momento da etapa sintética em que um dos procedimentos é o da representação documental. Para Chaumier (1988, p. 63-64, grifo nosso), "a indexação é a *parte* mais importante da análise documentária. [Trata-se de uma] descrição e caracterização dos conceitos contidos em um documento".

Sob essa ótica, destaca-se a observação de Silva e Fujita (2004, p. 138) para quem a análise documental é

> [...] uma área teórica e metodológica com o objetivo de tratamento temático de documento que abrange as atividades de Indexação, Classificação e elaboração de resumos considerando as diferentes finalidades de recuperação da informação. [...] A indexação em análise documentária, sob o ponto de vista dos sistemas de informação, é reconhecida como a parte mais importante porque condiciona os resultados de uma estratégia de busca. O bom ou mau desempenho da indexação reflete-se na recuperação da informação feita pelos índices.

Então, enquanto uma etapa da análise documental entende-se que, segundo o documento UNISIST – *Universal System for Information in Science and Technology* (1975 *apud* CHAUMIER, 1988, p. 63), indexação é a "operação que consiste em escrever e caracterizar um documento, com o auxílio da representação dos conceitos nela contidos".

A indexação, por sua vez, no âmbito da análise documental está permeada pela utilização de uma linguagem de indexação, que lhe serve de instrumento, que será empregada na etapa de tradução que, por sua vez, é realizada após a identificação e seleção dos conceitos contidos nos documentos. Linguagem documental e linguagem de indexação são termos sinônimos (cada qual refletindo um universo teórico: inglês ou francês), para indicar um instrumento designado como uma linguagem artificial e construída para fins documentais, dotada de controle de vocabulário e relações para permitir a comunicação entre o usuário e o sistema de informação. Essa multiplicidade terminológica é salientada por Piedade (1983, p. 9) quando destaca que, a "linguagem empregada para descrever os assuntos dos documentos é chamada de *linguagem de indexação*, *linguagem documentária*, *linguagem de informação* ou *linguagem descritora*."

Guimarães (2003, p. 103) também entende que linguagem documental é um conceito sinônimo de linguagem de indexação e a denomina como um "conjunto de instrumentos ou ferramentas para a representação padronizada do conteúdo temático dos documentos", consistindo em sistemas de classificação, tesauros e listas de cabeçalhos de assunto, dependendo das relações estabelecidas entre os conceitos.

A esse respeito, Lancaster (2004, p. 21) explica que,

> o processo que consiste em decidir do que trata um item e de atribuir-lhe um rótulo que represente esta decisão é conceitualmente o mesmo, quer o rótulo atribuído seja extraído de um esquema de classificação, de um tesauro ou de uma lista de cabeçalhos de assuntos, quer o item seja uma entidade bibliográfica completa ou parte dela, quer o rótulo seja subseqüentemente arquivado em ordem alfabética ou em outra seqüência (ou, com efeito, não arquivado de modo algum), quer o objeto do exercício seja organizar documentos em estantes ou registros em catálogos, índices impressos ou bases de dados eletrônicas.

Gardin *et al.* (1968 *apud* CINTRA *et al.*, 2002, p. 35) destacaram que uma linguagem de indexação "é um conjunto de termos, providos ou não de regras sintáticas, utilizadas para representar conteúdos de documentos técnico-científicos com fins de classificação ou busca retrospectiva de informações", cujos elementos integrantes são: o léxico (lista de descritores), a rede paradigmática (relação lógico-semântica entre os descritores, a classificação) e a rede sintagmática (relação contingente entre os descritores, o tema).

Com isso, o processo de indexação, ou seja, a representação de conceitos valendo-se de um instrumento resultará em um produto que é o índice. Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 197), índice é um "mecanismo, tipo de fonte de informação e instrumento auxiliar empregado na busca, localização e recuperação de documentos, informações ou dados numéricos", e os autores continuam destacando que, é uma "relação, fichário ou arquivo de termos ou de indicadores que levam ao documento e à informação".

O índice, então, é um roteiro ordenado, alfabética ou sistematicamente, composto de entradas. Essas entradas apresentam o conceito e sua localização, isto é, cabeçalho e descrição, onde o primeiro é a designação do assunto e o segundo é a informação sobre o documento (FOSKETT, 1973, p. 20; CAVALCANTI, 1978, p. 13).

Por fim, cabe salientar que o profissional da informação que trabalha com o processo, o instrumento e a produto da representação do conhecimento é denominado de indexador ou classificador que pode ter formação em Biblioteconomia ou em áreas especializadas. Não obstante, encontra-se também a denominação de catalogador de assuntos que, por sua vez, encontra respaldo na corrente teórica norte-americana da catalogação de assuntos. Entende-se, então, que a denominação do profissional da informação tem uma ligação íntima à linha teórica ao qual está inserida. Lancaster (2004, p. 21), a respeito da similaridade entre os conceitos de indexação, classificação e catalogação de assuntos e, logo, do profissional que as realiza, é incisivo em destacar que,

> o processo que consiste em decidir do que trata um item e de atribuir-lhe um rótulo que represente esta decisão é conceitualmente o mesmo, quer o rótulo atribuído seja de um esquema de classificação, de um tesauro ou de uma lista de cabeçalhos de assuntos, quer o item seja uma entidade bibliográfica completa ou parte dela, quer o rótulo seja subseqüentemente arquivado em ordem alfabética ou em outra seqüência (ou, com efeito, não arquivado de modo algum), quer o objeto do exercício seja organizar documentos em estantes ou registros em catálogos, índices impressos ou bases de dados eletrônicas.

De qualquer forma, são sobre esses processos, instrumentos e produtos que as questões éticas recaem quando da atuação do profissional, ou seja, o papel que a ética exerce no exercício da representação do conhecimento, no intuito de identificar os valores e os problemas éticos que estão relacionados à atuação do indexador.

3.2 Ética em Representação do Conhecimento

No âmbito conceitual, Chaui (2003, p. 309) pondera que, "do ponto de vista dos valores, a ética exprime a maneira como uma cultura e uma sociedade definem para si mesmas o que julgam ser o mal e o vício, a violência e o crime e, como contrapartida, o que consideram ser o bem e a virtude, a brandura e o mérito". Nesse sentido, a ética auxiliará no *bem fazer* e no *bem atuar* nessas atividades, porque ela serve como uma noção de limite de poder.

Dessa maneira, a atividade de representação do conhecimento, enquanto centro da atividade profissional na área da informação, uma vez que esse fazer constitui-se na ponte que une o conhecimento produzido à geração de um novo conhecimento, no tocante à sua dimensão social, possui valores éticos que devem ser identificados e estudados.

Entende-se que a atuação profissional no âmbito da representação do conhecimento é necessária para que o usuário tenha ciência dos documentos existentes e da diversidade dos assuntos e suas abordagens. Isso revela que essa atividade não é meramente técnica, como se pensava antes, mas sim, uma atividade intelectual que exige por parte do profissional uma postura consciente e crítica, além de ser pleno conhecedor dos aspectos históricos e sociais que envolvem o conhecimento registrado e socializado, ou seja, o domínio ao qual o conhecimento está relacionado.

Obviamente que se trata da idealização de um profissional, ou seja, almeja-se que um bom profissional possa estar investido das várias competências e que consiga alcançar tais metas, em especial, porque a atividade de representação envolve subjetividade e posicionamento. Nesse sentido, a postura ética do profissional pode ser um elemento positivo na sua atuação, pois o ajudará a discernir sobre o senso de justiça no momento da indexação.

Entretanto, não apenas a atividade profissional está permeada de valores, mas também, os instrumentos utilizados para o ser fazer, quais sejam: as linguagens documentais hierárquicas e alfabéticas (respectivamente, os sistemas de classificação, os tesauros e os

cabeçalhos de assunto), que proporcionam a comunicação entre o sistema de informação e o usuário, facilitando a recuperação da informação. Assim, tanto a atividade profissional como os instrumentos utilizados podem estar imbuídos de uma visão parcial sobre determinado tema e, portanto, suscetíveis da presença, em maior ou menor escala, de preconceitos, por exemplo. Essa visão parcial ocorre porque cada idealizador possui uma visão particular de mundo e, de certa forma, essa posição refletirá no fazer profissional bem como na construção de certos instrumentos. Certamente que esses pontos de vista impostos nos sistemas de classificação são formações metateóricas, compostas de métodos que são empregados na coleta de termos e em suas relações, satisfazendo a um determinado grupo em uma determinada época.

Nesse sentido, Rafferty (2001, p. 183) esclarece que, "as escolhas sobre a ordem, sobre quais assuntos são privilegiados e quais assuntos são subordinados são sempre ideológicas, e que é produto de uma visão de mundo particular."

O resultado é que, no intuito de garantir uma *univocidade* das palavras, os sistemas de classificação perpetuam idéias e significados que podem sucumbir ao tempo. Na busca por compreender como a sistematização das palavras atinge a autonomia do indivíduo, Silva (2004, p. 30) relata que, "a depender das condições sócio-culturais onde circulam, algumas palavras adquirem significados que ninguém ousa questionar. São palavras que parecem ter o poder de condensar em si os sentidos da vida humana".

Freqüentemente, os sistemas de classificação de orientação mais pragmática, baseiam-se em uma visão filosófica de conhecimento, e essa visão reflete uma posição político-cultural balizada pelo espaço e pelo tempo. O sistema de classificação de Dewey, por exemplo, tem sido criticado por seu ponto de vista culturalmente determinado, como é o caso do assunto Cristianismo, de grande prevalência na classe de Religião (OLSON, 1998; OLSON, 2002; RAFFERTY, 2001).

Então, percebe-se que os problemas de tendenciosidade ou "desvio" na representação do conhecimento são encontrados tanto no momento da criação de instrumentos e ferramentas de representação, como por parte de profissionais no momento de sua atuação profissional, seja ao classificar ou indexar.

O produto da representação documental em seu sentido estrito é o índice, gerado por *intermediação* da linguagem de indexação, de natureza mais generalizante (pois busca o tema do documento) e com relativa independência do sistema de significação do texto (principalmente se comparado ao resumo), aspectos que podem, inclusive, gerar o que na Língua Inglesa é denominado de *bias* (na Língua Espanhola denominou-se de *sesgos*).

Contudo, o que vem a ser *bias* no âmbito da representação do conhecimento? Primeiro convém esclarecer que na Língua Portuguesa *bias* tem o significado de viés, inclinação, tendência e também desvio. Os dois últimos significados possuem maior sentido para essa tese, em especial o de desvio, porque, enquanto substantivo, desvio significa mudança ou afastamento. Se aplicado ao âmbito social ele tem uma relação direta com o que é normal, e este último por sua vez, não é evidente, visto que normal é resultado de discursos e práticas sociais que se evidenciam no conceito de norma. O que se entende como anormal é resultado de criações históricas elaboradas pela sociedade burguesa, que considera como padrão o homem branco, heterossexual e burguês. Por isso, o desvio é sempre relativo a uma das características desse padrão.

Esse entendimento de *bias* está baseado no uso que Hjørland (2008, p. 256) faz ao determiná-lo, no que tange à organização e representação do conhecimento, como "uma palavra com carga negativa, como algo a ser evitado ou minimizado", ou seja, se não existe a possibilidade de eliminar o *bias*, então, deve-se voltar a atenção para a responsabilidade sobre a tentativa de destacar aquele assunto e como explicitá-lo, bem como as perspectivas representadas no sistema de informação.

No âmbito da representação do conhecimento, têm-se dois tipos de desvios, de acordo com Brey (1999):

> **1) representação deturpada ou inapropriada** (*misrepresentation*, em inglês) onde alguns aspectos da representação encontram-se claramente errados de acordo com os padrões de exatidão estabelecidos;
>
> **2) representação tendenciosa** (*biased representation*, em inglês) onde os valores e interesses de alguns usuários da representação não são contemplados.

Por isso, adotou-se aqui o sentido de desvio para *bias* porque a comunidade discursiva, alvo da análise de domínio, e conseqüentemente, de onde emergiram os termos analisados, foi considerada uma mudança, um afastamento às regras culturalmente construídas, ou seja, a homossexualidade masculina enquanto um desvio da heterossexualidade e, por isso, passível de ser representada inadequada ou tendenciosamente, cujos reflexos variam desde a precisão terminológica até a recuperação da informação. Se a norma é a maioria, como representar/indexar a minoria sem que ocorram desvios ou tendências?

Os desvios na representação do conhecimento residem, ainda, em algumas categorizações dicotômicas em classificações ou tesauros, porque elas são baseadas na tradição aristotélica de oposição dos conceitos, e quando adotadas de forma categórica,

passam a evidenciar ou reforçar a idéia de preponderância, desrespeito entre diferentes culturas, e às vezes de proselitismo como, por exemplo, Religiões cristãs *versus* Religiões não-cristãs e Literatura Americana *versus* Literatura em Outras Línguas.

Para Booth (2001, p. 36), cada indexador trabalha com um documento a partir de um conjunto de atitudes mentais, crenças, preconceitos, idéias recebidas, "fatos", conhecimentos gerais e "sabedoria convencional". Grande parte dessa bagagem é útil para auxiliar na compreensão, interpretação e representação do conteúdo do documento. Às vezes, com documentos cujo estilo é polêmico, ou onde a própria crítica e polêmica são os assuntos, os indexadores podem ter de lidar com um material que contrasta com as suas opiniões pessoais. Se, dessa forma, ocorrer uma discordância séria, de forma a ofender o indexador, provavelmente isso afetará a criação do índice. Não é necessário que o indexador seja inteiramente a favor de todo o conteúdo do documento, mas o índice deve refletir e representar esse conteúdo. O indexador pode discordar de algumas partes do documento, mas isso não pode refletir no índice. Embora o índice seja um trabalho criado pelo indexador, imbuído de seus conhecimentos gerais e especializados, bem como de suas competências técnicas e, por isso, uma propriedade intelectual, ele não deve revelar suas crenças pessoais e atitudes, através das quais poderia sofrer sanções judiciais[30].

Em relação aos tesauros e às listas de cabeçalhos de assunto também são apontados alguns desvios, mesmo em relação àqueles baseados em conceitos, como apresentado por Ingetraut Dahlberg que, por sua vez, baseou-se em Ranganathan. Entretanto, esses tesauros não têm resolvido os problemas éticos ou de multiculturalismo. Por essa razão, a própria pesquisadora alemã e fundadora da *International Society for Knowledge Organization* – ISKO, Ingetraut Dahlberg, em 1992, sinalizou para a necessária pesquisa sobre os aspectos éticos na representação do conhecimento.

Com isso, é possível dividir os estudos dos aspectos éticos em três esferas, a saber: nas atividades informativas, no contexto das tecnologias informacionais e, por fim, na organização e representação do conhecimento. Na esfera da ética nas atividades informativas destacam-se alguns estudos nacionais que identificaram os aspectos éticos no âmbito do exercício profissional e, conseqüentemente, nas atividades decorrentes desse fazer, como por exemplo, Smit (1994), Guimarães (2000a), Santos (1996), Côrte (1994), Faria (1994), Targino (1996) e Vergueiro (1994). No âmbito internacional, destacam-se os trabalhos de Froehlich (1994), Rubin e Froehlich (1996), Fernández-Molina (2000), Koehler e Pemberton (2000),

[30] Sob esse aspecto ver Froehlich (1994) e Fernández-Molina e Guimarães (2002).

Vaagan (2002), Duncan (2000), Gorman (2000), Mintz (1990), Rochenbach e Mendina (2003), Rubin (1998), Spinello (1999), Sturges (2002) dentre outros.

Na esfera da ética no contexto das tecnologias de informação tem-se: Brey (1999, 2000), Buchanan (1999), Cohen (2000), Couldry (2003), Entrona (2000), Floridi (1999), Ford (2001), Spinello (1999), Tavani (2001), Weckert (2000), Rover (2000), Capurro (2004), Stallman (2000), Levacov (1997), Michel (1997), Moor (1999), Rosenberg (2001) dentre outros.

Na esfera da ética na representação do conhecimento, notadamente no tratamento temático da informação, foco deste trabalho, algumas pesquisas têm contribuído de maneira significativa para o delineamento de valores e problemas éticos e, por essa razão, essas contribuições específicas são destacadas a seguir.

Berman (1993) coloca em destaque a necessidade de analisar, avaliar e atualizar os cabeçalhos de assunto na tentativa de sanar os possíveis desvios que tais rótulos podem estar imbuídos. O pesquisador traz os exemplos dos cabeçalhos de assunto da *Library of Congress*, onde em 1968, "Questão judia" e "Questão racial" foram substituídos por "Holocausto" e "Racismo", na hipótese de que esses últimos seriam neutros ideologicamente. A obra desse autor se constitui em uma revisão crítica e exaustiva de dezenas de cabeçalhos de assunto da *Library of Congress*, termos considerados inaceitáveis e que foram substituídos, alterados ou subtraídos.

Dessa forma, o autor propõe uma revisão de temas como raça, etnia, cultura, religião, sexo entre outras, que figuram na descrição da *Library of Congress* sob uma concepção ocidentalista, colonialista e etnocentrista. Sua obra alerta para a forma de se criar cabeçalhos de interesse público, onde aspectos importantes da obra se tornem visíveis, atribuindo notas que dêem visibilidade e alcance aos temas novos e pouco usuais. Berman (1993) enfoca um caráter horizontal da organização dos termos e não hierárquico, de forma que nenhum assunto se sobreponha ao outro. Dessa maneira, pode-se considerar que Berman é um dos propulsores da justiça social no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação, pois não se trata apenas de um teórico do 'politicamente correto', uma vez que esse aspecto depende do contexto de cada cultura, época e sociedade.

A preocupação de Van der Walt (2002), em relação à ética na representação do conhecimento, versa sobre os danos sofridos pelo criador de uma obra quando ela não chega a ter visibilidade em função de indexações incorretas, sejam estas de caráter consciente ou inconsciente por parte do indexador. Com isso, o autor alerta para o fato de que quando um

documento é representado de forma incorreta, ele não será devidamente recuperado, tendo em vista o rótulo a ele atribuído, prejudicando sua recuperação por parte do usuário.

Dessa maneira Van der Walt (2002) destaca que o atuar de forma ética por parte dos profissionais da informação deve estar permeado por quatro instâncias: a responsabilidade social decorrente da atuação profissional, a identificação do comportamento ético e não ético, as maneiras de como se dão tais comportamentos e a delimitação das etapas a serem seguidas para que haja uma atuação ética no momento da atuação profissional (VAN DER WALT, 2002).

Além disso, Van der Walt (2002) aponta alguns problemas éticos decorrentes da elaboração de linguagens de indexação ou mesmo na sua utilização, que são: os desvios, o uso de termos com conotação negativa, a censura e a representação incorreta de assuntos.

Um dos instrumentos mais utilizados pelos usuários é o catálogo, no qual se materializam os registros bibliográficos com a descrição física e temática de uma obra, ou seja, seus aspectos extrínsecos e intrínsecos (físico e temático, respectivamente). Com isso, Olson (2002, p. 2) afirma que "o catálogo não apenas reflete passivamente os valores dominantes da sociedade de uma maneira neutra ou objetiva, mas ele seleciona estes valores por meio [da escolha] de expressões".

Dessa maneira, quando se criam representações, nesse caso, cabeçalhos de assunto ou notações, a atuação profissional não é neutra, mas permeada de ideologias. Por essa razão, a autora denomina de *Naming information* a ação do profissional da informação de selecionar e rotular o conteúdo da obra e, que nesse momento, os desvios podem ser incluídos.

Olson (2002) observou que o profissional detém, no momento em que estabelece escolhas para representar o conteúdo do documento, a preferência pela escolha do conceito, denominando-o de poder de nomear ou de rotular (*labeling*). Nessa questão é colocado que os catálogos, através dos pontos de acesso por assunto, sendo ferramentas construídas, não são dotadas de neutralidade, e refletem os valores dominantes de uma sociedade em seus substitutos para acesso ao tema.

E, no momento de designar notações advindas de sistemas de classificação, Olson (2002, p. 190) pontua que, como a Classificação Decimal de Dewey possui as partes arranjadas pela disciplina e não pelo tema, no momento em que os materiais relativos a grupos sociais são classificados, esses são colocados em conjuntos específicos, principalmente se eles se subdividirem em gênero, raça, religião, classe e orientação sexual, por exemplo. Isso ocorre porque não existe uma área concentrada para eles, que são assinalados em outras áreas, perdendo sua identidade.

Em relação às listas de cabeçalho de assunto, Olson (2002, p. 149) verificou que em 1996 a *Library of Congress Subject Headings* – LCSH alterou seus cabeçalhos, e como um dos exemplos, cita o termo 'Homem', que era até então concebido como genérico para designar a humanidade, e foi substituído por 'Seres Humanos'.

A autora possui uma contribuição significativa no que tange à percepção de desvios na representação do conhecimento. Assim, no intuito de aprofundar ainda mais o tema, em 2009, Olson organiza um evento na Universidade de Wisconsin-Milwaukee, através do Grupo de Pesquisa em Organização da Informação, denominado *"The Ethics of Information Organization"*, onde os aspectos éticos envolviam questões como a da padronização, do acesso à informação, descrição e metadados, folksonomia e etiquetagem social, além das práticas diárias profissionais entre outras.

A caracterização dos atributos físicos e de conteúdo das obras, seus suportes, acesso às informações em níveis global e local, diversidade de línguas, indivíduos que pertencem às várias culturas, grupos étnicos e religiões são componentes que não foram extensa e intensamente analisados quando se iniciou a era da informação.

Todos esses aspectos influenciam de forma incisiva as dimensões éticas da representação do conhecimento, ou seja, um contexto globalizado. Beghtol (2002, p. 508) reconheceu que existe, por um lado, a globalização da informação e do conhecimento; e por outro, as dimensões éticas da representação do conhecimento. São dois lados que necessitam ser relacionados para identificar quais as implicações éticas que permeiam a criação de sistemas de organização e representação do conhecimento.

Nesse sentido, a autora propõe conceitos teóricos que apóiem um sistema de organização e representação do conhecimento eticamente aceitável, quais sejam: o de garantia cultural e o de hospitalidade cultural. Beghtol (2002, p. 511) descreve que na literatura de organização e representação do conhecimento, a suposição de que os indivíduos em diferentes culturas necessitam de diferentes tipos de informação é conhecida como 'garantia cultural'.

Segundo Beghtol (2002, p. 511), garantia cultural significa que, "qualquer tipo de sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser apropriado e útil para os indivíduos em alguma cultura, somente se for baseado nas suposições, valores e predisposições daquela mesma cultura".

Contudo, a garantia cultural aumenta, por sua vez, a complexidade de organizar e representar o conhecimento, e conseqüentemente, torná-lo disponível globalmente para os usuários de outras culturas em diversas situações. Tal fato resulta em algumas dúvidas, por exemplo: como propor soluções para as tensões entre os métodos de acesso, ou ainda, como

incorporar garantias culturais distintas em sistemas de organização e representação do conhecimento, integrando-os e negociando entre suas prioridades distintas (BEGHTOL, 2002, p. 512). Com isso, torna-se necessário descobrir meios que compatibilizem a diversidade cultural e os sistemas de organização e representação do conhecimento que, por sua vez, servirão de acesso à informação.

O resultado para esse impasse seria um fundamento multiético que construiria uma garantia ética para sistemas globalizados de organização e representação do conhecimento (BEGHTOL, 2002, p. 513). Esses sistemas são a ponte essencial na integração da informação e conhecimento entre fronteiras culturais, sociais, nacionais, espaciais, temporais, lingüísticas e de domínios, que dependem de adequados sistemas de organização e representação do conhecimento, tais como os códigos de catalogação, os sistemas de metadados, os tesauros, as ontologias, as taxonomias e os sistemas de classificação (BEGHTOL, 2005, p. 903).

Então, o conceito de garantia cultural oferece suporte teórico à estrutura ética para os sistemas de organização e representação do conhecimento, pois significa que as culturas profissional e pessoal do usuário e do profissional da informação garantem o estabelecimento apropriado de campos, termos, categorias e classes nesses sistemas (BEGHTOL, 2005, p. 904). A garantia cultural, enquanto um fundamento ético, permitirá que o profissional tome decisões éticas quando estará atuando na determinação de classes, relações notações, por exemplo.

Para Beghtol (2002, p. 517), no domínio da organização e representação do conhecimento, em que predominam as decisões sobre categorias, o reconhecimento de preconceitos dependerá de técnicas especializadas em análises estruturais e semânticas detalhadas e, na (re)interpretação de sistemas específicos de organização e representação do conhecimento.

Por esse motivo, insere-se o conceito de hospitalidade cultural, que segundo Beghtol (2005, p. 905), "significa que um sistema de organização e representação do conhecimento pode acomodar de maneira ideal as várias garantias de diferentes culturas e refletir apropriadamente as suposições de qualquer indivíduo, grupo ou comunidade".

A hospitalidade cultural é um mecanismo de escolha para o usuário, além de ser um fundamento teórico para estabelecer métodos de desenvolvimento de sistemas e teorias para a organização e representação do conhecimento, criando uma intersecção entre os assuntos éticos de globalização e informação (BEGHTOL, 2002, p. 526).

Existe atualmente um desafio para a representação do conhecimento que é promoção desse processo a partir da elaboração de instrumentos e produtos que estejam menos suscetíveis a uma dada ideologia, e que respeitem as variadas formas de conhecimento. Esse desafio não representa uma busca pela neutralidade, que se entende ser impossível, mas na compreensão de que existem diversas visões de mundo. Além disso, contribuir para o avanço teórico da área, no que tange aos seus aspectos metodológicos e epistemológicos. Diante de um cenário de mudanças tecnológicas, onde os registros do conhecimento também circulam através de redes digitais, aliado aos interesses de grupos dominantes resultam na necessidade de repensar a postura dos profissionais que atuam na representação do conhecimento, especialmente em relação aos aspectos éticos que moldam o seu fazer; e mais ainda, nos instrumentos por eles desenvolvidos, como os sistemas de representação do conhecimento, em particular as linguagens de indexação.

Repensar a área significa apontar que, de um lado, têm-se regras de representação do conhecimento baseadas em um paradigma positivista que transparece os estilos e vícios dominantes – e por vezes preconceituosos – e, de outro lado, um universo cultural, que quando representado nesses sistemas por meio dessas regras, são reduzidos de tal maneira antiética que não remetem e nem refletem a realidade de muitas sociedades e culturas.

Por isso, surge a necessidade de repensar os instrumentos de representação do conhecimento que funcionavam bem no paradigma positivista, para o que García Gutiérrez (2002, p. 516) propõe um novo paradigma combinando Teoria Crítica e Hermenêutica, cujo ponto de partida é a teoria e prática da classificação e organização do conhecimento.

Nesse sentido, vem-se à tona o conceito de transculturalismo que, de acordo com García Gutiérrez (2002, p. 520) é "um olhar transversal que deve ser colocado numa essência complexa e contraditória da demarcação metacognitiva, que está na classificação da memória e do conhecimento humano."

Esse transculturalismo juntamente com um novo paradigma onde, a Teoria Crítica e a Hermenêutica remodelam a área de representação do conhecimento, sugere uma "desordem do conhecimento" para que se possa reordená-lo e, possibilitar que os instrumentos lógico-semânticos recebam o amparo teórico de uma ética transcultural de mediação do conhecimento, ou seja, a Epistemografia Interativa.

Então, Epistemografia é uma teoria que estuda formas de resolver problemas em relação à ordenação do conhecimento, com metodologias e *corpora* transdisciplinares convenientes à heterogeneidade discursiva, à relação dos usuários com os discursos e à forma como o mediador atua nessas relações.

A teoria epistemográfica busca ajustar a análise teórica em relação às representações que resultam da análise do conhecimento e das linguagens que proporcionam sua recuperação, pois o termo 'epistemográfico' significa fazer gráfico o conhecimento, representando-o e explicitando-o, porém não se limita ao conhecimento técnico e científico, mas a todas as formas de conhecimento, inclusive os registrados em meio digital (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002).

A contribuição da teoria epistemográfica[31] para a questão ética na organização e representação do conhecimento reside na possibilidade de visão transcultural do conhecimento, onde as visões dominantes que, conseqüentemente, excluem minorias, são superadas. Essa superação será propiciada pela ética e o compromisso crítico dos profissionais que realizam um trabalho discursivo quando da representação de também discursos registrados, ou seja, a ética transcultural de mediação.

Hudon (1997) conduz suas atividades focando as estruturas de classificação e os usos e projetos de tesauros, com especial ênfase ao uso de definições terminológicas em tesauros, principalmente no que tange aos tesauros multilíngües. No que se refere à ética nas atividades de representação do conhecimento, Hudon (1997) apresenta, através da sua concepção de multilingüísmo, uma proposta relevante, enquanto, um tratamento igualitário entre as línguas que participam de um tesauro multilíngüe, ou seja, um eixo que permite uma visão ética na concepção de instrumentos de representação.

Dessa forma, Hudon (1997, p. 85-86) descreve duas perspectivas sob as quais os tesauros multilíngües são elaborados, relativas no que tange à identidade e simetria da estrutura semântica nas várias versões lingüísticas do tesauro. Em relação à perspectiva das estruturas idênticas e simétricas das versões lingüísticas de um tesauro, cada descritor possui um único equivalente na língua-alvo e será tratado como termo igual, ou seja, não existem variações. Entretanto, isso artificializa a língua, uma vez que ocorre a atribuição de equivalentes que não existem. Já a perspectiva das estruturas não idênticas e não simétricas possibilita que o número de descritores em cada versão lingüística possa variar. Dessa forma, um conceito que existe numa determinada cultura será representado em sua língua, mas se esse mesmo conceito não existir em outra cultura será improvável representá-lo.

Nesse aspecto, Hudon (1999, p. 158) destaca que as línguas são mais que um conjunto de palavras e regras que as combinam, "as línguas são acima de tudo estruturas léxicas e conceituais organizadas, as quais refletem a forma como seus falantes vêem e

[31] A teoria epistemográfia pode ser verificada em maiores detalhes em García Gutiérrez (1998), sendo também resgatada em Pinho (2006).

interagem com a realidade do mundo". Por exemplo, em francês o termo *beau-père*, que possui seus equivalentes em inglês, *stepfather* e *father-in-law*, resgata elementos culturais, visto que, o qualificador atribuído a pai advém de elementos de distintas naturezas: belo (*beau*) em francês *versus* substituto (*step*) ou legal (*in-law*) em inglês.

Por isso, entende-se que Hudon (1999) reafirma a idéia de Saussure (1995) de que a língua não é simplesmente uma nomenclatura. Para Saussure (1995, p. 17), língua é "um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos." Nesse sentido, Saussure (1995, p. 79) critica a posição de que a língua se restringe a uma nomenclatura ou uma lista de termos, pois para o autor, o vínculo que une um nome a uma coisa não se constitui de uma operação simples. Sob esse aspecto, a língua, enquanto um comportamento humano e social que exprime idéias e, portanto, uma instituição social, organiza-se como sistema pela associação de signos que, em conjunto, formam conceitos reconhecidos pelo grupo que faz uso daquela língua. Esses signos unem conceitos (significados) e imagens acústicas (significantes) (SAUSSURE, 1995, p. 79-84).

Acredita-se, dessa forma, que os indexadores possuem um papel central na transferência da informação, bem como durante a representação elaborada, não somente pelo o que eles fazem, mas também no que eles acreditam sobre a importância, a qualidade e o acesso igualitário à informação (HUDON, 1999, p. 159).

O domínio do conhecimento é entendido como uma demarcação de determinado conhecimento, ancorado ou não em um ambiente profissional. Dessa maneira, domínio do conhecimento é um tipo de significado que organiza o conhecimento em relação a uma área específica sob uma determinada perspectiva. É sob essa perspectiva que se compreende a informação a partir de seu contexto ou de quem a produz.

Nesse sentido, Thellefsen e Thellefsen (2004) utilizam a semiótica pragmática de Pierce para repensar a organização do conhecimento, que nesse caso inclui-se a representação, compreendendo, dessa maneira, os domínios de conhecimento (*knowledge domains,* em inglês). Dessa forma, os autores entendem os conceitos como signos na perspectiva da semiótica pragmática tradicional e, assim, qualquer organização do conhecimento poderia ser iniciada com uma análise dos signos fundamentais e seus conceitos em relação ao domínio do conhecimento.

Para os autores, conhecimento e domínio de conhecimento são baseados em uma epistemologia social e, assim, o significado transmitido pelo conceito tem ligação direta com os domínios do conhecimento. Contudo, diferentes conceitos podem aparecer em diferentes

domínios do conhecimento, mas com valores e significados distintos. Dessa maneira, a organização do conhecimento será concebida de acordo com o conhecimento dos domínios estudados, respeitando a maneira como cada domínio atribui significado a determinado conceito, levando em consideração o construtivismo social. Isso ocorre pelo fato de que o significado de cada conceito depende do sujeito ou comunidade que o interpreta, ou seja, está ligado a uma interpretação humana e, por isso, lidado à realidade, intencionalidade e direcionamento (THELLEFSEN; THELLEFSEN, 2004, p. 180-181).

Os ideais e os valores de um determinado domínio do conhecimento é que auxiliaram na sua organização, possuindo uma terminologia identificável e que auxiliará na organização e manutenção de determinado domínio que, por sua vez, não se confundirá com outros. A organização oriunda da perspectiva de um domínio do conhecimento deverá refletir os valores por ela expressos, tornando-se eticamente aceitável.

No que tange à catalogação de assuntos, os profissionais possuem no cerne de sua atuação a responsabilidade pelo acesso e pelo ato de rotular/nomear, resultado da análise intrínseca e extrínseca do documento, buscando o *aboutness* e criando um substituto. Por isso, os profissionais elaboram a estrutura de acesso e o controle da informação, através de pontos de acesso, hierarquias, classificações etc. Os substitutos criados para o conhecimento serão usados e compartilhados por várias unidades de informação e, dessa forma, a responsabilidade recai sobre a correta construção dos registros bibliográficos, resultando em uma responsabilidade ética (BAIR, 2005, p. 15-16).

Nesse sentido, Bair (2005, p. 18) constata que os catalogadores de assunto organizam a informação através de descrição, análise de assunto, classificação, controle e compartilhamento e em cada uma dessas etapas ele pode auxiliar ou prejudicar o usuário. Por exemplo, no momento do controle de nomes autorizados para os cabeçalhos de assunto, o profissional decide sobre qual será a forma preferida ou não preferida e o resultado dessa decisão pode auxiliar ou prejudicar o mentor intelectual da obra, bem como seu leitor. Outro aspecto, nomes de autores que usam caracteres não-romanos tem sido constantemente romanizados. Além disso, a responsabilidade ética do profissional também recai sobre o nível da catalogação, que pode ser superficial ou profunda. Outro ponto importante é o fato dos registros produzidos pelos profissionais servirem de base para a catalogação cooperativa, pois quando um erro ou equívoco compuser o compartilhamento desses registros, esses serão disseminados com a anuência do profissional.

Com isso, a partir de três parâmetros éticos voltados para liberdade intelectual e propriedade intelectual: justiça, liberdade e verdade, Bair (2005, p. 23) estabeleceu princípios

que devem nortear a catalogação e os profissionais nela envolvidos, a saber: imparcialidade, participação, precisão e honestidade.

Guimarães categorizou (2000a, p. 65-67) cinco instâncias que correspondem aos compromissos éticos que abarcam a atuação e a formação do profissional da informação que, segundo o autor, são: com o usuário, com a organização, com a informação, com a profissão e com o próprio profissional.

A instância relativa ao usuário trata desse indivíduo que não apenas recebe a informação, mas que se apropria dela para gerar novos conhecimentos. A organização é entendida como um contexto específico e um local com objetivos definidos que permitem o fazer do profissional da informação. A informação, por sua vez, materializada através do documento é o meio pela qual o conhecimento é transmitido para gerar novos conhecimentos. A profissão revela uma dimensão agregadora de saberes e fazeres, cujo âmbito promove a atuação política de seus agentes. Por fim, tem-se o compromisso ético do profissional consigo mesmo, pois possui uma bagagem cultural, posições filosóficas e políticas que permitem sua expressão e sua auto-realização.

Dessa maneira, o autor inicia uma trajetória de pesquisa no âmbito dos aspectos éticos na representação do conhecimento que permitiu a criação de um arcabouço teórico. Por exemplo, Fernández-Molina e Guimarães (2002, p. 488-489) identificaram a estrutura dos valores éticos com os quais os profissionais da informação deveriam embasar suas atividades. A partir de uma sistematização da literatura da área, os autores chegaram a um conjunto de valores éticos mais diretamente relacionados com as atividades de representação do conhecimento, a saber: 1) *O interesse do usuário vem primeiro.* 2) *Prover serviços objetivamente, sem influência de qualquer espécie.* 3) *Prover os usuários com a mais atual e precisa informação possível.* 4) *Evitar a censura na seleção de materiais de informação.* 5) *Se algum tipo de censura ou filtro existe, informar os usuários de suas limitações.* 6) *Separar as crenças pessoais do serviço profissional.* 7) *Manter a competência profissional.*

Em outro estudo, Guimarães e Fernández-Molina (2003, p. 814-815) procuraram identificar quais os problemas de conteúdo ético que os profissionais da informação encontram quando realizam suas atividades de representação do conhecimento e quais valores éticos estavam presentes nessas situações. Os autores analisaram os artigos publicados na revista *Knowledge Organization*, durante o período de 1989 até 2001, estabelecendo um domínio conceitual relativo à ética. No resultado da pesquisa foi considerado que os pesquisadores da área estão mais centrados nos produtos e instrumentos que nos processos, e que devido à natureza aplicada dos artigos, poucos têm realizado aproximações específicas

em relação ao problema das competências e habilidades que conduzem a um bom ou mal fazer profissional.

Guimarães (2005b) também estudou alguns problemas éticos concretos e sistematizou-os, tais como: a) relativo ao **preconceito**, seja no momento da análise ou da representação, por exemplo, Lesbianismo use Desvios sexuais; b) relativo às **categorizações dicotômicas** nos sistemas de classificação, por exemplo, Religiões cristãs X Religiões não-cristãs, onde muitas vezes reside o proselitismo; c) relativo à **visão de mundo específica**, uma vez que em algumas linguagens de indexação se priorizam alguns conceitos em detrimento de outros, como por exemplo, o fato de a Classificação Decimal de Dewey se revelar a partir de uma concepção de mundo pautada pelo prisma do WASP (*white, protestant and anglo-saxon man*); d) relativo à **precisão terminológica** na representação documentária, como por exemplo, na substituição da expressão igrejas protestantes por igrejas evangélicas, caracterizando uma metonímia, visto que toma a parte pelo todo; e) relativo à **polissemia** de alguns termos técnicos, como é o caso do termo Classificação, que é pautado por lógicas distintas na Biblioteconomia e na Arquivologia; e f) relativo à **dimensão do 'politicamente correto'** na indexação, quando ao longo do tempo, expressões evoluem e adquirem maior precisão, por exemplo, *Usuários deficientes, Usuários portadores de deficiência*, e posteriormente *Usuários especiais*, e atualmente, *Usuários com necessidades especiais.*

Com isso, Guimarães (2005a) observa que os problemas de natureza ética que se destacam, a partir da literatura e da prática profissional, são os que se referem ao preconceito na análise ou na representação e, ainda, nos sistemas de classificação, cujas hierarquizações estabelecem desrespeito entre diferentes culturas, reforçando a idéia de preponderância ou revelando de certa maneira proselitismo.

Em pesquisa posterior, Guimarães *et al.* (2005a, p. 284) buscaram analisar, comparativamente na bibliografia internacional, aspectos éticos intrínsecos à representação do conhecimento. Nos resultados, os autores revelam que ainda existe uma ausência, em termos teóricos, de discussões sobre o tema. Entretanto, a hipótese colocada é de que a área possui um conjunto de valores intrínsecos as suas atividades especializadas; porém, não estão sistematizadas e nem definidas como tal, sendo geralmente mescladas com a recuperação da informação e, outras vezes, como inerente ao conceito genérico de bem fazer.

Os autores categorizaram aspectos éticos e concluíram que a área dispõe de valores éticos, entretanto, não são assumidos como tal, ocultando-se atrás de valores mais gerais, ligados a serviços aos usuários e ao conceito de conhecimentos técnicos no tratamento da informação (GUIMARÃES *et al.,* 2005a, p. 284).

Em artigo publicado no mesmo ano, Guimarães *et al.* (2005b) destacaram os aspectos éticos no que concerne às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como seu impacto na organização e representação do conhecimento. Dessa maneira, Guimarães (2006) sistematizou um arcabouço teórico preliminar em relação à ética nas atividades informativas e na organização e representação do conhecimento, dando destaque para a entidade que congrega os profissionais dessa área, isto é, a ISKO - *International Society for Knowledge Organization*.

Com grande parte da literatura sistematizada, Guimarães e Pinho (2007) e Guimarães *et al.* (2008) destacaram os principais desafios encontrados com relação aos aspectos éticos na representação do conhecimento, ou seja, nessa pesquisa os autores se confrontaram com a ausência de literatura sobre os valores que supostamente podem mover o profissional na sua atuação. Dessa maneira, a partir de uma investigação na literatura internacional da área, foi possível identificar alguns valores e problemas decorrentes de sua negativa, dessa maneira, ao identificar tais valores e problemas, foi possível saber o que move o profissional para uma correta atuação, além disso, com a projeção dessas pesquisas em âmbito nacional e internacional foi possível sugerir o preenchimento de uma lacuna constatada no sistema de classificação da área de Organização do Conhecimento, que não possui classes para os aspectos éticos (GUIMARÃES; MILANI; PINHO, 2008; GUIMARÃES; PINHO, 2008a,b; GUIMARÃES *et al.*, 2009; MILANI *et al.*, 2009).

Vislumbram-se, através dessas pesquisas, alguns valores presentes no que tange à representação do conhecimento. Tal sistematização pode ser conferida na tabela abaixo oriunda de Guimarães *et al.* (2008, p. 363). Esses valores surgiram através da verificação da literatura internacional, onde as principais revistas da área puderam subsidiar a pesquisa. Essa lista de valores constitui-se no núcleo axiológico e destacam-se: privacidade, precisão, garantia cultural, autoria, exaustividade, competência, consistência de poder, acessibilidade, eficiência, flexibilidade, liberdade, facilidade de uso, confiança, eqüidade, usabilidade, hospitalidade, reconhecimento profissional, atualização, autonomia, consciência, cooperação, diversidade e minimização de riscos.

Table 1 – Ethical values

Values	*JASIST*	*J. Doc.*	*C&CQ*	*The Indexer*	*EIT*	*TOTAL (%)*
Privacy	1				19	20 (20,41)
Precision	5	1		6		12 (12,24)
Cultural warrant	2	1	1	6	1	11 (11,22)
Autorship (copyright)	1				6	7 (7,14)
Exhaustivity	3			3	1	7 (7,14)
Competence skill				2	4	6 (6,12)
Consistency				4		4 (4,08)
Accessibility				3		3 (3,06)
Efficiency	1		1	1		3 (3,06)
Flexibility	1		2			3 (3,06)
Freedom	1				2	3 (3,06)
Information safety	1				2	3 (3,06)
Reliability				1	1	2 (2,04)
Equity			1	1		2 (2,04)
Usability				2		2 (2,04)
Hospitality			2			2 (2,04)
Professional recognition				2		2 (2,04)
Up-to-dating				1		1 (1,02)
Autonomy					1	1 (1,02)
Power awareness			1			1 (1,02)
Co-operation			1			1 (1,02)
Information diversity		1				1 (1,02)
Risk minization				1		1 (1,02)

Fonte: Guimarães *et al.* (2008, p. 363).

Na pesquisa, Guimarães *et al.* (2008, p. 364) se depararam com a seguinte realidade: *os valores maiores (ou supravalores) que permeiam toda a atividade informacional:* respeito à Privacidade, Autoria (direito autoral), Acessibilidade, Liberdade, Segurança, Eqüidade, Diversidade e Minimização de riscos; *os valores antes havidos como requisitos profissionais, na medida em que integram a essência do fazer profissional na área:* Competência, Eficiência, Flexibilidade, Confiabilidade, Reconhecimento profissional, Atualidade, Autonomia, Consciência de poder e Cooperação; e, por último, *os valores antes havidos como meras medidas de representação do conhecimento, mas que hoje se integram ao universo axiológico da área:* Precisão, Garantia cultural, Exaustividade, Consistência, Facilidade de uso e Hospitalidade do sistema.

Observa-se que a precisão é entendida como um valor que integra o universo axiológico, ou seja, seu reflexo na recuperação tem um entendimento de que a indexação foi realizada com o cuidado de tornar aquele conhecimento de tal forma específica para que pudesse ser acessado pelo usuário. Aqui a precisão transcende o seu entendimento como uma

medida para outro significado, qual seja, um valor que move o indexador a ponto de conhecer o domínio indexado e prezar pela correta atuação no que tange à sua representação.

Por fim, salienta-se que todo esse arcabouço teórico reflete ainda mais a necessidade se pensar a atuação profissional, inclusive no âmbito de domínios específicos, como é o caso da indexação da temática relativa à homossexualidade masculina que, por vezes, tem sido representada de maneira genérica, prejudicando o reconhecimento, em instrumentos e atividades de representação, dessa subcultura e, como conseqüência de uma representação deturpada ou tendenciosa tem-se a disseminação de preconceitos e visões equivocadas sobre tal assunto, onde não há lugar para um valor como a precisão.

4 A QUESTÃO DA PRECISÃO NA REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: FIGURAS DE LINGUAGEM E A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA

A atividade de representação do conhecimento deve ser realizada com o máximo de precisão possível, levando-se em consideração o contexto e o conteúdo informacional. Sob esse aspecto, Foskett (1973, p. 377) lança a seguinte questão: "será possível especificar *todos* os atributos de um dado conceito?".

Nesse sentido, entende-se que o substrato da precisão é a especificidade, ou seja, quanto mais específico o assunto[32], mais precisa necessita ser a representação e, ainda, quanto menos específica é a linguagem de indexação maior a dificuldade de usuários e indexadores no momento da indexação ou recuperação. E essa especificidade na representação será tanto maior quanto mais específico for o campo representado.

No universo ora estudado, tem-se que as questões terminológicas em temáticas ligadas à homossexualidade masculina passam por questões culturais, sobretudo pelo discurso, onde o grupo busca solidificar sua identidade.

Desse modo, é através desse discurso que surgem as figuras de linguagem como, por exemplo, as metáforas e os eufemismos e, dessa maneira, necessária se torna uma abordagem preliminar dessas características para que se possa, em seguida, abordar as peculiaridades relativas a esse domínio temático.

Por essa razão, nesta seção discutir-se-ão os aspectos teóricos da precisão na representação do conhecimento e, ainda, o impacto decorrente das figuras de linguagem que, por sua vez, podem influenciar no primeiro aspecto.

4.1 A Questão da Precisão

[32] Em que pese o distanciamento acerca da discussão sobre o conceito de assunto, será adotada nesta tese a concepção de Hjørland (2003, p. 98) que definiu o assunto como as potencialidades epistemológicas ou informativas do documento, sendo o trabalho dos indexadores identificá-las.

A recuperação da informação não pode ser dissociada de duas etapas que a precede: o armazenamento e a indexação. Na etapa do armazenamento são tratados os aspectos de físicos da armazenagem como, por exemplo, mídias, servidores que possam abrigar as informações. Na etapa da indexação são previstas questões de como será realizada a inserção e combinação de palavras, bem como o destaque de assuntos principais e periféricos. Como conseqüência, na recuperação são previstas as formas como ela acontecerá, ou seja, qual(is) o(s) modelo(s) que fará(ão) parte: booleano, probabilístico, vetorial. Um sistema de recuperação da informação agrega um conjunto de procedimentos que, através de um software gerenciador, permite a armazenagem, indexação e recuperação, disponibilizando para isso um índice de assuntos.

Nesse sentido, tem-se na indexação uma parte importante da recuperação da informação, em que alguns conceitos permeiam toda essa esfera. A indexação, nessa etapa, é um fator de auxílio na comunicação entre o sistema de recuperação da informação e o usuário que deseja satisfazer sua necessidade informacional. Os sistemas de recuperação possibilitam que o usuário possa recuperar aquilo que realmente deseja. Portanto, indexar significa incluir um documento em um repositório, a partir de seu assunto determinando, para isso, palavras representativas de seu conteúdo, tendo como ferramenta uma linguagem de indexação.

Quando se fala em avaliação da indexação, dois conceitos vêm à tona – revocação e relevância. Para Foskett (1973, p. 11), "*revocação* – [é] a quantidade de itens adicionais que encontramos ao ampliar a pesquisa – e *relevância* – [é] a probabilidade de eles coincidirem com as exigências do leitor". A revocação, portanto, mede a proporção de documentos relevantes recuperados, enquanto que, a relevância tem a ela a subjetividade que permeia a necessidade dos usuários, pois esse conceito evoca o grau de importância que os documentos resultantes da pesquisa têm para o usuário. Por esse motivo, o conceito de relevância é substituído pelo de precisão. Precisão, nesse aspecto, significa a quantidade de documentos recuperados e relevantes, no resultado da pesquisa, para o usuário.

Piedade (1983, p. 11) esclarece que, "a precisão é a relação entre os documentos relevantes recuperados e o número total de documentos recuperados", enquanto que, "revocação é a relação entre os documentos relevantes recuperados e o número total de documentos relevantes sabidamente existentes na coleção".

De acordo com Foskett (1973, p. 373), o conceito de precisão torna-se importante nas pesquisas em recuperação da informação a partir das pesquisas do bibliotecário C. W. Cleverdon no âmbito do Projeto Cranfield que, ao substituir o conceito de relevância pelo de precisão, possibilitou que as linguagens de indexação fossem avaliadas a partir de seis

critérios: a) cobertura; b) revocação; c) precisão; d) tempo de resposta; e) esforço do usuário; f) forma da resposta (CLEVERDON, 1964). Lancaster (2004, p. 4) explica que, "o coeficiente de precisão é a relação entre itens úteis e o total de itens recuperados". E que o coeficiente de revocação é "o índice empregado habitualmente para expressar a extensão com que todos os itens úteis são encontrados".

Outros dois conceitos que permeiam a indexação são os de especificidade e exaustividade que, por sua vez, governam a revocação e a precisão. Para Foskett (1973, p. 12-13), "a especificidade [é] a extensão em que o sistema nos permite ser precisos ao especificarmos o assunto de um documento que estejamos processando". Sobre a exaustividade, o autor esclarece que, "é o resultado de uma decisão administrativa, sendo ela a extensão com que analisamos um dado documento, a fim de estabelecer exatamente qual o conteúdo temático que temos de especificar".

Chaumier (1988, p. 64-65), por sua vez, coloca que a especificidade está relacionada com a maneira precisa com que o(s) assunto(s) de um documento é(são) destacado(s) e, dessa forma, permite com que os descritores representem o(s) assunto(s) de forma exata. Sobre exaustividade, o autor destaca que se trata da possibilidade de indexação de todos os assuntos identificados em um documento.

Piedade (1983, p. 11-12) também destaca o significado de exaustividade e especificidade, sendo o primeiro "a extensão com que determinado documento é indexado, isto é, o número de conceitos contidos nos documentos", e o segundo se refere a "exatidão com que os descritores utilizados representam o conteúdo temático dos documentos".

Lancaster (2004, p. 29) considera que, apesar de imprecisão do termo, exaustividade é a tentativa de incluir, na indexação, todos os assuntos abrangidos em um documento, exigindo um maior emprego de termos, enquanto a especificidade trata da indexação de assuntos em mais de um nível; por isso, o autor ressalta que tanto exaustividade quanto especificidade são alcançadas com o aumento do número de termos empregados na indexação. Por isso, Lancaster (2004, p. 29) destaca a importância do princípio da especificidade como sendo o "mais importante da indexação de assuntos, e que remonta a Cutter (1876), é aquele segundo o qual um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja completamente[33]."

Fugmann (1985 *apud* LANCASTER, 2004, p. 36), reitera o princípio de especificidade e nele destaca três de seus cinco axiomas sobre indexação e provisão de

[33] Charles Ami Cutter, em sua obra *Rules for a dictionary catalog*, de 1876, propõe três princípios para o tratamento temático de documentos: específico, de uso e sindético.

informação. Um deles é o *axioma da definibilidade* que compreende a capacidade de definir clara e inequivocamente uma necessidade de informação. O outro é o *axioma da previsibilidade* que destaca que êxito de uma busca depende em grande parte da previsibilidade com que é descrito o conteúdo temático. E também tem o *axioma da fidelidade* que trata da capacidade de definir com rigor e exatidão o conteúdo temático. Desses três axiomas pode-se observar uma ligação com a indexação e, além disso, com o princípio da especificidade, pois todos eles apontam para a necessidade de uso de conceitos mais específicos.

Especificidade e exaustividade estão intimamente ligadas ao momento da seleção dos conceitos candidatos à indexação, o que é feito após a análise do assunto do documento, porque tanto a primeira quanto a segunda, em maior ou menor intensidade, dependerão dessa seleção. Segundo Cavalcanti (1978, p. 58),

> especificidade é o grau de precisão de um sistema de indexação quando aplicado ao(s) assunto(s) de um documento. Exaustividade é a relação entre o número de documentos pertinentes fornecidos em resposta a uma pergunta, e o número total de documentos pertinentes que responderiam à pergunta formulada.

Dessa forma, a relação existente entre esses dois conceitos se dá pelo fato de que quanto maior a exaustividade, maior o índice de revocação e menor o de precisão[34]; por outro lado, quanto maior a especificidade, menor a revocação e maior a precisão. Nesse sentido, Foskett (1973, p. 14) explica que, "a especificidade é um dispositivo para aumentar a relevância às custas da revocação, a exaustividade opera na direção oposta, aumentando a revocação porém às custas da relevância".

Piedade (1983, p. 12) destaca que tanto a revocação quanto a precisão estão intimamente ligadas à exaustividade e à especificidade, nesse sentido, "a exaustividade aumenta a revocação e diminui a precisão. Maior especificidade leva a menor revocação e a maior precisão."

Com isso, quando se visa à exaustividade alguns pontos são importante como, por exemplo, a determinação de temas passíveis de interesse por parte dos usuários, a indicação de variados assuntos tratados no documento analisado, indexando-os sob todos os seus aspectos de tal modo que e a determinação de descritores seja feita a partir da quantidade de assuntos encontrada no documento.

---

[34] Veja-se, para tanto, Foskett (1973), Piedade (1983) e Guimarães (1990).

Por outro lado, quando se visa à especificidade tem-se uma indexação particularizada, priorizando-se os assuntos específicos. Quando necessária a inclusão também de assuntos gerais, pode-se utilizar a ponderação, ou seja, a atribuição de símbolos para marcar a importância de um assunto no contexto do documento (CAVALCANTI, 1978).

A ponderação indica o nível do assunto em que determinado documento, ou seja, se o assunto é tratado com maior ou menor profundidade. Foskett (1973, p. 14) explica que, a ponderação é uma medida que se pode aplicar para neutralizar os efeitos do embate especificidade *versus* exaustividade, mostrando a importância de uma determinada especificação através de pesos atribuídos a partir de uma escala pré-estabelecida.

Nesse sentido, a indexação assume uma posição crucial no âmbito da recuperação da informação destacando-se, de acordo com Robredo (1978, p. 73), como "uma operação que permite representar o conteúdo de um documento, considerado como essencial, da maneira mais condensada possível, [...] com a finalidade de classificação ou recuperação".

Sob esse aspecto, entende-se a indexação como uma atividade para designar o *aboutness* de um documento (BEGHTOL, 1986) e, dessa maneira, interligada à concepção de "bem atuar" do profissional indexador que deverá exercer seus conhecimentos para representar a multidimensionalidade existente nas áreas do saber, pois subjacente a isso, García Gutiérrez (1989, p. 147) aponta que, "a indexação é um exercício hermenêutico inseparável da capacidade humana da cognição e inserido na dialética que dá vida ao binômio, documentalmente interativo, homem-cultura".

Essa representação do conteúdo abarca questões como a revocação e a precisão, bem como a exaustividade e a especificidade que serão refletidas no resultado da indexação, ou seja, no seu produto, o índice. Cunha e Cavalcanti (2008, p. 196) destacam que índice é um "mecanismo, tipo de fonte de informação e instrumento auxiliar empregado na busca, localização e recuperação de documentos, informações ou dados numéricos". Esse produto, por sua vez, será provido de cabeçalhos que são as entradas que descrevem o(s) assunto(s). Esses cabeçalhos devem estar imbuídos de garantia literária, endosso do usuário, princípio de uso e princípio do conhecimento.

Esses conceitos demonstram que aquele cabeçalho foi produzido através da representação de um conhecimento que está na literatura, é mencionado/falado e está organizado em uma produção daquela área em específico. Dessa forma, é a extensão do índice que representará a especificidade da linguagem de indexação, por isso, Piedade (1983, p. 12) pontua que, "a especificidade está na dependência da linguagem de indexação utilizada na compilação de índices e dela deriva a precisão".

Esse cabeçalho é formado por conceitos nos quais os termos possuem relações entre si. Essas relações podem ser permanentes e diversas. Para designar essas relações encontram-se, respectivamente, os conceitos de paradigma e o sintagma, inseridos por J. C. Gardin. Para Foskett (1973, p. 35), "as relações paradigmáticas podem ser estabelecidas sem referência a uma determinada coleção de itens, [e] é bem possível que as relações sintagmáticas que se manifestam nessa coleção sejam restritas a ela." Dessa maneira, quando se visa à especificidade é necessário estabelecer relações entre os conceitos dos cabeçalhos de assunto, sejam elas permanentes como, por exemplo, *banana* terá relação permanente com *fruta*; e sejam também diversas como, por exemplo, *banana* e *vitamina*.

Nesse sentido, quando se procura promover a precisão torna-se necessário observar alguns fatores, tais como: a determinação das relações entre os conceitos, coordenando-os; estabelecer a distinção entre homônimos e homógrafos; destacar sinônimos; estabelecer critérios de ponderação, ou seja, pesos entre os assuntos; criar elos e ligações entre os conceitos, entre outros (PIEDADE, 1983, p. 13).

O fato é que quando um termo é selecionado após a análise do assunto de um documento, ele deve traduzir-se num conceito que seja o reflexo daquele conteúdo e, para isso, usa-se uma linguagem de indexação. Para tal finalidade, pode-se usar a regra de especificidade, que se subdivide em vertical e horizontal. Na regra de especificidade vertical, o termo deve estar no mesmo nível de especificidade do conceito, já na regra de especificidade horizontal, o termo que for composto deve ser representado por um conceito também composto (CHAUMIER, 1988, p. 64).

Entretanto, como ficam as figuras de linguagem interpostas em uma subcultura que, por vezes, modifica os sentidos dos conceitos em seus discursos? O uso das figuras de linguagem no âmbito da homossexualidade masculina parte do princípio que a identificação de uma terminologia está vinculada ao reconhecimento da natureza e dos propósitos daqueles que a utilizam em uma dada área, nesse caso, uma subcultura, ou seja, essas figuras são apropriadas no sentido de revestir-se de proteção contra um ambiente hostil e, por isso, tornam-se parte na esfera discursiva, da construção de sua identidade. Os estudos sobre terminologia, enquanto um objeto de estudo, ou seja, o conjunto de termos de uma comunidade discursiva encontra respaldo nos estudos de Cabré (1995; 2005).

Essa discussão sobre a especificidade discursiva de uma determinada comunidade está intimamente ligada à questão da análise de domínio que, no âmbito da Ciência da Informação, encontra respaldo nos trabalhos de Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (2002). Os estudos que envolvem as dimensões sociais e culturais na representação do

conhecimento ainda são incipientes, em particular, no que tange às relações discursivas entre os participantes de um determinado grupo ou subcultura.

Hjørland e Albrechtsen (1995, p. 400) destacam a possibilidade de entender essa problemática através da análise de domínio dentro dessas comunidades discursivas, uma vez que elas refletem semelhanças em seus pensamentos e idéias. Nesse sentido, o autor infere que, "a organização do conhecimento, a estrutura, as parcerias de cooperação, a linguagem e as formas de comunicação, os sistemas de informação e os critérios de relevância são reflexos dos objetos de trabalho dessas comunidades e seu papel na sociedade."

Então, como identificar uma comunidade discursiva? Swales (1990, p. 22) ensina que para identificar uma comunidade discursiva é necessário levar em consideração seis características: as metas comuns, os mecanismos participativos, as trocas de informação, os etilos específicos, a terminologia especializada e o alto nível de especialização. Essas características são observadas na comunidade homossexual, tais como: apresenta documentos onde se materializam a produção do seu conhecimento; promove encontros de grupos que discutem suas necessidades e interesses, onde existe troca de informações; articula encontros denominados de paradas onde buscam visibilidade para suas mensagens e necessidades; possui um vocabulário específico e característico do grupo e muitos de seus membros possuem níveis avançados de conhecimento.

Com base nesse aspecto, ou seja, no entendimento de que a comunidade homossexual é reconhecida como uma comunidade discursiva e, portanto, objeto da análise de domínio, como justificar o seu estudo no âmbito da representação do conhecimento? Para Hjørland e Albrechtsen (1995, p. 400), o paradigma da análise de assunto é social, trabalhando com vertentes da psicologia social, da Sociolingüística, da sociologia do conhecimento e está concatenada com a Ciência da Informação, inclusive porque essa última faz parte das Ciências Sociais. Além disso, o autor observa que a análise de domínio possui dois aspectos: o funcionalista e o realístico-filosófico, sendo o primeiro para entender a funções implícitas e explícitas da informação e comunicação; e o segundo, para entender os fatores que são externos às percepções subjetivas e individuais dos usuários.

Dessa forma, Hjørland (2002, p. 450) propõe onze abordagens para a análise de domínio, a saber:

> 1) *Produção de guias literários e portais de assuntos*. Os guias literários organizam as fontes de informação de um domínio de acordo com sua tipologia e função. Eles enfatizam as descrições ideográficas das fontes de informação e como elas se complementam.

2) *Produção de tesauros e classificações especializadas*. Esses instrumentos, especialmente os facetados, organizam as estruturas lógicas das categorias e dos conceitos de um domínio, bem como, as suas relações semânticas.

3) *Pesquisa sobre indexação e recuperação especializadas*. Trata da organização de documentos únicos ou de coleções no intuito de maximizar sua recuperação e a visibilidade dos 'potenciais epistemológicos' específicos.

4) *Estudos empíricos de usuários*. Os estudos de usuários organizam os domínios de acordo com as preferências, comportamento e modelos mentais de seus usuários.

5) *Estudos bibliométricos*. Trata da organização de modelos sociológicos de reconhecimento explícito entre os documentos.

6) *Estudos históricos*. Permite a organização das tradições, dos paradigmas, bem como, dos documentos e suas formas de expressão, além de suas mútuas influências.

7) *Estudos de gênero e documentais*. Esses estudos revelam a organização e a estrutura de diferentes tipos de documento em um domínio.

8) *Estudos críticos e espistemológicos*. Possibilita a organização do conhecimento de um domínio em 'paradigmas' de acordo com suas suposições básicas sobre conhecimento e realidade.

9) *Estudos terminológicos, LPE (Linguagens para Propósitos Especiais) e Estudos de discursos*. Essa abordagem permite a organização de palavras, textos e enunciados de acordo com os critérios pragmáticos e semânticos.

10) *Estudos de estruturas e instituições de comunicação científica*. Trata da organização de atores e instituições levando em consideração a divisão de trabalho naquele domínio.

11) *Análise de domínio em cognição profissional e inteligência artificial*. Essa abordagem fornece modelos mentais de um domínio ou métodos de elicitação do conhecimento para produzir sistemas especialistas.

Percebe-se que essas abordagens corroboram para os estudos de domínio quando se envolve uma comunidade discursiva, cuja terminologia emprega é específica e, por vezes, pouco compreendida. Dessa maneira, chama-se a atenção para a produção de tesauros, para as pesquisas em indexação, estudos de gênero e terminológicos para o domínio, que no âmbito deste trabalho se refere à homossexualidade masculina.

Nesse sentido, a partir do entendimento que a terminologia é mais dinâmica em contextos específicos, como promover o substrato da precisão que é a especificidade ou, ainda, como promover a própria precisão? Foskett (1973, p. 44) responde que, "pode-se argumentar que quanto maior for o grau de organização que impusermos à coleção de informações, menos probabilidade teremos de conseguir aquela oportuna concatenação de assuntos, antes não relacionados entre si".

Sob esse aspecto, observa-se que a terminologia de uma área é perpassada pela dimensão metafórica (presença de figuras de linguagem que atribuem novos sentidos conotativos paralelamente a um sentido denotativo inicial). Tais figuras são, por vezes, mal interpretadas ou carregadas de conotações pejorativas e, nesse momento, o papel do indexador é de tornar a representação de forma que o usuário pertencente àquela cultura se sinta refletido pelo sistema, não sendo recomendado que esse profissional interponha (ou mesmo imponha) suas idéias ou seus preconceitos. Segundo Foskett (1973, p. 45), um mal pode ocorrer se uma determinada cultura impõe sua visão sobre outra, resultando em diversos problemas e, dessa forma, "o indexador deve ter o cuidado de não introduzir tendenciosidade desnecessária e o usuário deve ser avisado de sua possível existência".

Ao fazer essa explicação, Foskett (1973, p. 45) destaca um exemplo de eufemismo encontrado no tesauro da base de dados ERIC (*Education Resources Information Center*) mantida pelo *Institute of Education Sciences* do *U. S. Department of Education*, a saber: Voluntariado ocioso USE Não participantes da força de trabalho. As linguagens de indexação não estão isentas dessas tendenciosidades; entretanto, o indexador deve fazer uso delas de forma a que as representações daí resultantes possam ser eticamente aceitáveis.

Considerando, portanto, que os distintos sentidos denotativos dados a um determinado termo podem servir à propagação de preconceitos ou de tendenciosidades, cabe averiguar como se constroem e atuam as denominadas figuras de linguagem que, via de regra, servem de veículo para as referidas conotações, mormente no domínio ora estudado: o da homossexualidade masculina. Para tanto, destacam-se, em especial, duas figuras de linguagem: a metáfora e o eufemismo.

4.2 Figuras de Linguagem: Metáfora

As explicações acerca da metáfora tiveram sua especial inserção no mundo Ocidental notadamente a partir de Aristóteles, mais especialmente por meio da *Arte Retórica*, que trata do discurso público e da comunicação e, da *Arte Poética*, que trata da evocação imaginária. A Retórica de Aristóteles é uma das mais influentes obras da Antigüidade, tendo penetrado profundamente os estudos literários e filosóficos até os nossos dias, para além da incidência que exerceu sobre as áreas da lógica, da psicologia e da moral. É o livro do emissor de mensagens. A Poética de Aristóteles aborda a produção poética em si mesma, separando certos aspectos da poesia de forma a estudá-los e explicá-los e sua importância para a produção poética. Trata também de compreender e problematizar a singularidade do fenômeno poético, evocando a tragédia, a epopéia e a comédia (ARISTÓTELES, 1998, 2002).

Quando o ser humano expressa verbalmente seus pensamentos ocorre o que Aristóteles designou de léxis. Filipak (1984, p. 20) esclarece que, "a léxis de Aristóteles, para nós, é o que Hjelmslev chamou de plano de expressão, Chomski de competência e Saussure, de significante lingüístico. A função é revelar o plano de conteúdo, o campo semântico".

Tem-se, então, a constatação da léxis na Retórica e na Poética. Na Retórica, a expressão verbalizada do pensamento resulta em argumentos (*elocutio*), transformando-se em poder de persuadir; dessa forma, o discurso público tem a intenção de persuasão. Na Poética, a léxis está a serviço do dizer no campo da subjetividade, trabalhando com o conceito de imitação (*mímesis*), pois aqui, sua função é exteriorizar e explicitar a ordem interna da fábula através dos versos.

A metáfora pode ser encontrada tanto na Retórica, quanto na Poética sob a chancela da léxis, entretanto com funções distintas. Para Aristóteles (2006, p. 265-268) "a metáfora é a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por analogia". Essa definição atenta para o foco da léxis e as suas partes, bem como à palavra que se dá a substituição.

Pela concepção de Aristóteles tem-se a metáfora como uma transposição passível de ser aplicada a qualquer figura de estilo. O que é transposto é o nome; então a metáfora deve ser considerada uma figura de palavra, sendo a substituição feita de um nome para outro, através de um desvio, ou, ainda, através de empréstimo. Quando se deseja explicar o uso de uma metáfora qualquer, pretende-se descobrir o termo apropriado que está ausente e que foi substituído pelo termo figurado.

Nesse sentido, Filipak (1984, p. 18-19) constata que,

> na retórica, a metáfora, um dos procedimentos da *léxis* (a expressão), é de cunho intelectual, lógico, com vistas à persuasão do receptor [...]. Na poética, a metáfora, transposição da palavra, se relaciona, através da léxis (expressão em versos), com a tragédia, poética do drama trágico.

Dessa maneira, a função da léxis na Retórica é denotativa, lógica, intelectual e, portanto, produzirá metáforas lingüísticas denotativas. Conseqüentemente, a léxis na Poética tem função de imitação, alógica, emocional, pois ela é conotativa e, sendo assim, produzirá metáforas lingüísticas conotativas (ARISTÓTELES, 1998).

Ricoeur (1977, p. 23) diz que a metáfora, que possui relações tanto na Retórica quanto na Poética de Aristóteles, não se configura apenas em um enunciado (metáfora-enunciado), mas também em segmentos dele, como um nome ou uma palavra, resultando, então, na metáfora-palavra.

Nesse contexto, destacam-se duas correntes que trabalham com a metáfora. Uma delas que defenderá a metáfora enquanto metáfora-palavra[35], ou seja, é a vertente que defende que *focus* metafórico recai sobre uma palavra, podendo ser um substantivo, adjetivo, verbo e advérbios. Seus principais representantes são Aristóteles, Pierre Fontanier, Karl Bühler, Hedwig Konrad, Pierre Guiraud e Umberto Eco. A outra defenderá a metáfora-enunciado[36] que é uma metáfora frase, sócio-cultural, onde todos os termos, pela interanimação das palavras, são metafóricos, por exemplo, *cair no conto do vigário*, cujo significado é de que alguém foi trapaceado. Seus principais representantes são Ivor Armstrong Richards, Max Black e Monroe Beardsley (FILIPAK, 1984, p. 21). Para o estudo desta tese consideram-se as duas modalidades de metáforas, pois elas não são excludentes e também porque ambas se manifestam no *corpus* investigativo da pesquisa.

Filipak (1984, p. 22) esclarece que "a função poética e a função retórica da metáfora não coincidem. Uma é a *léxis* (estilo) da prosa (Retórica), [...] outra é a *léxis* (estilo) da poesia".

A metáfora é diferenciada pelo uso de palavras que possuam clareza, amplidão e conveniência, que são derivadas de coisas belas, em especial, pela significação; por isso, tanto a metáfora-enunciado quanto a metáfora-palavra são de interesse para a área de Organização e Representação do Conhecimento, pois se inserem no âmbito de suas atividades centrais, visto que o profissional necessitará reconhecer se a transferência do significado está no âmbito da parte (palavra) ou do todo (enunciado).

---

[35] Os *tá mérê* são as partes da elocução, constituintes da segmentação de responsabilidade da lingüística, a saber: nome, palavra, adjetivo, verbo etc. (RICOEUR, 1977, p. 23).

Além disso, ao profissional da informação é pertinente entender as questões terminológicas nas quais suas atividades estão inseridas, particularmente, na representação do conhecimento, justamente porque isso se deve ao fato de que essa compreensão na maioria das vezes resultará em trabalhos de terminografia, ou seja, na prática de elaboração de vocabulários especializados (BARROS, 2004, p. 22).

As pesquisas terminológicas e terminográficas resultam no conhecimento e na compreensão de uma área do conhecimento vinculando-se ao domínio de sua linguagem, ou seja, no seu núcleo específico, que é seu vocabulário que organizado e normalizado de forma lógica e semântica resulta na terminologia da área (KOBASHI; SMIT; TÁLAMO, 2001).

Barros (2004, p. 21, 34) esclarece que Terminologia é a "disciplina científica que estuda as chamadas línguas (ou linguagens) de especialidade e seu vocabulário". Já como objeto de estudo, terminologia "é o conjunto de termos de um domínio e dos conceitos (ou noções) por eles designados"[37].

Nesse sentido, a terminologia parte de uma linguagem real, com dados oriundos da documentação, para dar conta da denominação especializada; por isso, baseia-se nas palavras daquela especialidade, materializadas através do registro funcional da base temática (CABRÉ, 1995, p. 7). No que se refere à aplicação da terminologia, Cabré (1995, p. 12) explica que ela serve à representação e à transferência. Na função de representação, a terminologia serve a algumas áreas como a documentação, a engenharia lingüística e, nesse sentido, seus objetivos versam sobre a organização do processo terminográfico. Em relação à documentação, a terminologia é um elemento-chave para representar o conteúdo dos documentos e para acessá-los. Na função de transferência, a terminologia serve fundamentalmente à comunicação direta, à mediação comunicativa e à planificação lingüística.

Entende-se, dessa forma, que o estudo das figuras de linguagem existentes no universo da homossexualidade masculina com vistas à representação do conhecimento passa pela identificação de seu sistema lingüístico, do seu universo léxico, o que resulta em conjuntos terminológicos, visto que serão termos utilizados por aquele comunidade/subcultura, ou seja, um conjunto vocabular-cultural.

---

[36] O *tá skhêmata* é o nível da elocução, ou seja, do discurso, do enunciado (elocução-discurso-enunciado) (RICOEUR, 1977, p. 23).

[37] Segundo Barros (2004, p. 34), a definição de terminologia ainda não está resolvida, pois é empregado tanto no sentido de disciplina científica quanto de um conjunto de termos de uma língua de especialidade, ou seja, é a ciência e o próprio objeto de estudo. Por vezes, para distingüi-los emprega-se a letra maiúscula (T) para designar a ciência e a letra minúscula (t) para o objeto.

No que tange à metáfora, a origem da palavra vem do grego *metá* que significa trans e, *phérein* que quer dizer levar, dessa maneira, metáfora é uma mudança de sentido, é uma transferência, uma transposição (PEREIRA, 1976, p. 369). Nesse sentido, as metáforas podem adotar várias formas, dependendo do efeito que se deseja, do conteúdo que se quer veicular, do tempo disponível, do interlocutor ou do grupo de ouvintes.

Sob o rótulo de metáfora, Aristóteles coloca todo o tipo de figura de transferência de significado, isto é, as sinédoques particularizante e generalizante, a metonímia e a metáfora.

Em relação à sinédoque, Le Guern (1976, p. 34) ensina que,

> é uma espécie de metonímia mediante a qual se outorga uma significação particular a uma palavra que, em sentido próprio, tem uma significação mais geral; ou, ao contrário, se dá uma significação geral a uma palavra que em sentido próprio, só tem uma significação particular.

Fontanier (1977, p. 87) conceitua sinédoque como "um tropo[38] pelo qual se diz o mais pelo menos ou o menos pelo mais", destacando sua dicotomia. A sinédoque particularizante destaca e acentua as partes em relação ao todo, ou seja, raízes, tronco, folhas e frutas são a árvore. Já a sinédoque generalizante, ao contrário, toma e realça o todo em relação às partes, ou seja, ipê-amarelo, jabuticabeira e mangueira são árvores. Portanto, a sinédoque participa da formação do vocabulário figurado, pois toma a parte para o todo e o todo para a parte, imprimindo um sentido figurado.

Dessa forma, D'Onofrio (1978, p. 120), considerando as relações todo/parte e gênero/espécie, estabeleceu uma tipologia de quatro formas de sinédoques, sendo duas particularizantes e duas generalizantes:

1) *Sinédoque particularizante:* destaca o significado de uma parte em relação ao todo;

2) *Sinédoque particularizante:* destaca uma espécie em relação ao seu gênero;

3) *Sinédoque generalizante:* destaca o todo em relação às partes;

4) *Sinédoque generalizante:* destaca o gênero em relação às espécies.

Em relação à metonímia tem-se a mudança de um nome por outro nome. De acordo com Filipak (1984, p. 179-180), "é uma figura de significado que amplia ou reduz o sentido da palavra, em conseqüência de uma relação de causalidade. É uma transnominação. A metonímia, contrário à metáfora, trabalha sempre no mesmo campo semântico".

---

[38] Do grego *Trópos* que significa a maneira de expressar, um estilo. Aplica-se a todas as figuras que envolvem um desvio de sentido da palavra. Dentre os tropos destacam-se a metáfora, a metonímia e a sinédoque (PEREIRA, 1976, p. 583).

Fontanier (1977, p. 79) estabeleceu a seguinte tipologia de metonímia:

1) Metonímia de Causa

a) de causa suprema e divina. Quando se emprega o nome de *Baco* pelo vinho;

b) de causa ativa, inteligente e moral. Ocorre quando o indivíduo expressa que parou de ler o seu *Montaigne* ou invés de dizer que parou de ler a obra *Ensaios*;

c) de causa instrumental e passiva. Ocorre quando se faz referência a um grande escritor dizendo que ele é *caneta de ouro*;

d) de causa física e natural. Quando se diz que determinada pessoa tem uma *boca boa*, no sentido de que ela gosta de comer;

e) de causa abstrata e metafísica. Ocorre quando se diz as *injustiças do mundo* pelos atos de injustiças.

2) Metonímia de Instrumento. Ocorre quando os instrumentos do ofício originam a metonímia, por exemplo, ele é um *grande pincel* para um grande pintor.

3) Metonímia de efeito. Ocorre quando se diz os *filhos de Marte* em lugar de guerreiros.

4) Metonímia de Continente. Emprega-se no momento em que se diz que determinada pessoa bebeu um cálice de vinho, ou seja, o objeto pelo seu conteúdo. Além disso, emprega-se também quando se faz referência ao nome do país, por exemplo, a *Casa Branca* continua com o embargo a Cuba, ao invés do Governo Norte-Americano.

5) Metonímia de Lugar. Emprega-se o nome do lugar pelo objeto que ali é fabricado, por exemplo, fumar um *Havana* ao invés de fumar um charuto.

6) Metonímia do Signo pela Coisa Significada. Aqui se tem o emprego de *trono* ao invés de poder real, *toga* pela magistratura.

7) Metonímia do Físico. Designam-se afetos, sentimentos, hábitos, qualidades morais pelas partes físicas do corpo, por exemplo, aquela pessoa não tem *coração* por não ter piedade, ou ainda, o time precisa ter *raça* por resistência.

8) Metonímia da Coisa. Atribuem-se objetos para designar o sexo das pessoas, por exemplo, cartola e bengala para banheiro masculino e sombrinha e salto alto para banheiro feminino.

A diferença entre metáfora e metonímia está no fato de que a primeira volta-se para a similaridade e a segunda, bem como a sinédoque, para a contigüidade. Por isso, a metáfora não é apenas uma substituição de sentido, mas uma modificação do conteúdo semântico do termo, que resulta da conjunção de duas operações básicas: adição e supressão de semas[39] (D'ONOFRIO, 1978).

---

[39] Segundo Dubois (1978, p. 526), "sema é a unidade mínima da significação, não suscetível de realização independente e, portanto, sempre realizada no interior de uma configuração semântica ou semema".

Por isso, essa diferença esta se vincula no fato de que uma língua possui dois tipos de relações: as de similaridade, que asseguram sua participação nos contextos pressupostos, os quais têm como característica a sua organização como classes de sentido sobre o eixo paradigmático, e as relações de contigüidade[40], onde os elementos irão integrar o contexto, que se construirá ao longo do eixo sintagmático, durante a fala.

Dessa maneira, tanto o uso do sentido denotativo quanto do sentido conotativo de uma língua estarão presentes diferentes referências sintagmáticas e paradigmáticas. Se a referência for paradigmática com relações de similaridade impróprias, aparecerá então a metáfora. Para Saussure (1995, p. 143), certos elementos da língua se encontram na memória do falante. As palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim formam grupos. Esses grupos constituem o que Saussure denomina paradigma. Dessa forma, há, na memória do falante, um paradigma de palavras similares que ele escolhe para promover mudança na sua fala o que resulta na metáfora.

Então, como explicar a diferença entre metáfora e comparação? A comparação apresenta como traço essencial um caráter discursivo e, dessa forma, é necessário que existam dois termos igualmente presentes no discurso. No caso da metáfora, os termos são vistos como um só. Existe um termo de partida, um de chegada, e, ainda, um terceiro intermediário que tem por função marcar a intersecção entre os dois termos. A comparação diz isto é como aquilo, a metáfora diz isto é aquilo (RICOEUR, 1977). A comparação é longa e não traz à vista nenhum conhecimento novo, fato que não acontece com a metáfora. Entretanto, uma observação se faz importante, haja vista, que a semelhança que há entre a metáfora e a comparação está no fato de ambas fazerem uma transferência de uma denominação.

Para Aristóteles a comparação é uma metáfora desenvolvida, pois trata de argumentação e de demonstrar aquilo que se passa na mente, sendo por isso, denotativa. A metáfora, por sua vez, pode ser tanto denotativa quanto conotativa.

---

[40] Para Filipak (1984, p. 169), "Contigüidade é uma relação que se fundamenta sobre a objetividade física, ontológica e concreta das coisas. É o conceito no qual o lingüista russo Roman Jakobson estrutura as bases das figuras de significado, a metonímia e a sinédoque".

Filipak (1984, p. 31), contudo, explica que a distinção formal entre a metáfora e a comparação reside em duas formas de predicação "ser e ser como", a comparação (analítica) se diferencia da metáfora (sintética) pela presença de termos indicadores de comparação, quais sejam, o *como*, o *semelhante a*, o *parecido com* etc.

Henry (1975, p. 74-76) estabeleceu uma tipologia da comparação, a saber:

a) comparação sememática: usa todos os componentes do campo associativo da comparação;

b) comparação semântica: caracterizada pela introdução do termo *tipo*;

c) comparação taxemática: introduz os pontos de comparação através dos termos *como, quanto, assim como, tanto ... quanto, tal ... qual*, e;

d) comparação-enunciado: caracteriza-se pela simples justaposição.

O ser humano comunica-se através da linguagem denotativa e conotativa. A primeira é direta, lógica e produz metáforas lingüísticas ou denotativas. A segunda carrega consigo um grau emocional e, por isso, produz metáforas conotativas.

Cícero[41] estabelece a metáfora como produto de algumas operações lógicas, simples transferências de noções. Quintiliano[42], em *Institutio Oratoria* afirma que um tropo é uma transposição de uma palavra ou de uma frase da sua significação própria para outra significação no intuito de produzir certo efeito. Giambattista Vico[43], na *Scienza Nuova* de 1725, vincula a compreensão da metáfora através do uso do animismo primitivo onde o ser humano transfere o nome de partes do seu corpo para realidades externas (FILIPAK, 1984, p. 35).

Le Guern (1976, p. 81) explica que a retórica tradicional, a retórica de Cícero e a retórica de Santo Agostinho atribuem à linguagem a mesma trilogia funcional, a saber: *docere, placere e movere*. *Docere* induz a uma informação lógica e, por isso, denotativa, ajustando-se a metáfora lingüística. *Placere* induz a uma metáfora de invenção e, dessa forma, restrita ao campo da literatura, resultando em ornamento e estilo. *Movere*, por sua vez, visa a provocar uma metáfora afetiva, onde se enquadram as metáforas conotativas.

Konrad (1958, p. 19-20) lembra que o precursor dos estudos sistemáticos sobre a metáfora foi Pierre de Ronsard, em *L'Art Poétique*, onde o estudioso pode identificar uma transposição de palavras de uma esfera sociológica a outra. O autor acrescenta, ainda, que os

---

41 Marco Túlio Cícero, em latim *Marcus Tullius Cicero* (Arpino, 3 de janeiro de 106 a.C. – Formia, 7 de dezembro de 43 a.C.), foi filósofo, orador, escritor, advogado e político romano.

42 Marcus Fabius Quintilianus nasceu em Caagurris (Calahorra, atual Espanha) e viveu de 30 a 95 d.C. Foi escritor e retórico latino, tendo estudado em Roma, onde exerceu a advocacia. Tornou-se conhecido por ter sido professor de retórica.

43 Vico (1668-1744), filósofo, historiador e jurista italiano.

critérios para a metáfora são a consciência do ato da transposição e a comparação necessária e refletida de dois conceitos em questão. A metáfora deve causar certo efeito, uma sensação emotiva junto a quem a entende e, dessa maneira, é uma transferência individual de sentido.

Entretanto, estudiosos não deixam de vincular a origem da metáfora ao mito. Cassirer (1972, p. 102-104) afirma que a metáfora "é o vínculo intelectual entre a linguagem e o mito", e nesse sentido, destaca duas espécies de metáforas: a metáfora lingüística e a metáfora mítica. Para o autor,

> a fonte autêntica da metáfora é procurada nas construções da linguagem na fantasia mítica [...] a Mitologia converteu-se conseqüentemente no produto da linguagem. Procurou-se interpretar 'a metáfora radical' subjacente a toda formação do mito, como forma essencialmente lingüística.

E, para ressaltar o caráter lingüístico da metáfora, Cassirer (1972, p. 104) declara:

> Portanto, por metáfora não mais se deve entender simplesmente a atividade deliberada de um poeta, a transposição consciente de uma palavra que passa de um objeto a outro. Esta é a moderna metáfora individual, que é fruto da fantasia, metáfora poética, enquanto que a metáfora antiga era mais freqüentemente uma questão da necessidade e, na maior parte dos casos, foi mais a transposição de uma palavra levada de um conceito a outro do que a criação ou determinação mais rigorosa de um novo conceito, por meio de um velho nome.

Entende-se que Cassirer fundamenta a substituição consciente de um conteúdo denotativo por um substituto que possuam alguma semelhança. De qualquer maneira, Filipak (1984, p. 41) esclarece que "o conceito metafórico que preside ao de Cassirer é o aristotélico, que encara a metáfora não como espécie, mas como gênero".

Konrad (1958, p. 85-86) também segue o entendimento aristotélico sobre a metáfora, ou seja, é tratada como gênero e não como espécie e, com isso, estabelece uma teoria lógico-lingüística, que opera através de três processos gradativos:

a) abstração: é o processo inicial onde a palavra a ser substituída perde a sua referência para outra e assume um valor geral;

b) generalização: o atributo dominante da palavra confere-lhe um traço genérico, e;

c) concretização: o termo metaforizado é imbuído de um novo significado.

A teoria da metáfora lógico-lingüística proposta por Konrad recorre à lógica para construir seus princípios e fundamenta-se na relação de causa e efeito (metonímia), da parte para o todo (sinédoque) e de similaridade (metáfora). Dessa maneira, a realização da metáfora

se dá dentro de um enunciado, através de um foco metafórico, ou seja, o termo no qual se incide a carga metafórica e do restante do enunciado, denominado de *frame*. Por isso, os três processos nos quais ela está baseada (abstração, generalização e concretização) possibilitam sua operação por meio da relação de contigüidade que, segundo Filipak (1984, p. 44), são os grandes responsáveis pelas figuras lingüísticas, no campo da denominação, de cunho acentuadamente metonímico e sinedóquico, que permitem a construção da metáfora-palavra.

Entende-se, consoante a teoria de Konrad que o núcleo da metáfora é uma palavra que faz parte de um enunciado, o que demonstra que apenas a palavra metaforizada possui uma carga conotativa, permitindo que o restante do enunciado permaneça denotativo.

Fontanier (1977, p. 99) admite a incidência da carga metafórica em algumas categorias de palavras (substantivo, adjetivo, verbo, advérbio e particípio), como nos exemplos abaixo:

a) substantivo: Uma longa caminhada pelo tubo digestivo.

b) adjetivo: Mantive os meus olhos no seu olhar amoroso.

c) verbo: A casa banhada pelo sol nascente.

d) advérbio: Sirva o prato carinhosamente.

e) particípio: Ontem, eu estava espumando de raiva.

Sob esse aspecto, Filipak (1984, p. 45) esclarece que,

> o monismo aristotélico, reduzindo o campo metafórico à metáfora-palavra, preteriu um grande recurso de expressão proporcionado pela metáfora-enunciado. Sendo a retórica a ciência da prova, da argumentação, da didática ela necessita dos [...] esquemas, conjuntos proposicionais de expressão para atingir os objetivos retóricos no campo da expressão cognitiva, científica, lógica, em suma, denotativa.

Nesse sentido, a metáfora-palavra surge na tentativa de substituir paradigmas, transpondo um nome para outro equivalente estranho, isto é, de outra área semântica que, por sua vez, provoca uma impertinência. A metáfora denotativa é uma predicação[44] falsa enquanto que a metáfora conotativa corrige a falsidade dando-lhe um novo sentido (FILIPAK, 1984, p. 46).

Dessa maneira, parece existir uma incompatibilidade aparente entre a metáfora-palavra e a metáfora-enunciado, a primeira por primar pelo foco metafórico, ou seja, a palavra e, a segunda, por primar pela frase, pois a metáfora se desenvolve no enunciado, na

[44] Predicação é a atribuição de propriedades aos seres e/ou objetos por meio de frase predicativa (DUBOIS, 1978).

predicação. Tem-se, então, um embate do ponto de vista paradigmático e sintagmático, respectivamente.

A teoria de Saussure (1995) apresenta quatro célebres dicotomias: língua *versus* fala, definindo-as e mostrando como se relacionam, que está no fato da fala ser condição de ocorrência da língua; significado *versus* significante (signos lingüísticos), onde é explicado que a língua é a união de um significado e um significante e, ao formar signos possibilitaram a construção de uma visão de mundo; diacronia *versus* sincronia, que trata das mudanças da língua através dos tempos; e, paradigma *versus* sintagma, onde se define os vários elementos lingüísticos que podem aparecer no enunciado, bem como, a relação de combinação que segue regras definidas no sistema.

Essa teoria, voltada ao sistema, prima pelo léxico e, dessa forma, dá força à metáfora-palavra que, segundo Filipak (1984, p. 48), "atrelou o pólo sintagmático ao pólo paradigmático e vinculou a metáfora à única possibilidade de substituição, no nível da *langue* e não da *parole*".

Entretanto, o modelo interativo da metáfora-enunciado questiona essa primazia da palavra. Filipak (1984, p. 48) explica que "as retóricas antiga (Aristóteles), clássica (Cícero, Quintiliano), moderna (Konrad, Bühler e Cassirer) e a neo-retórica (Jacques Dubois) presas ao processo da metáfora-substituição reduziram-na ao processo da denominação, à pragmática lingüística dentro da lexicalização".

Dessa maneira, entende-se que o processo de denominação é o *calcanhar de Aquiles* da metáfora-palavra, uma vez que uma das suas funções também é criar enunciados para preencher as lacunas lingüísticas. Por Denominação, ressalta Filipak (1984, p. 50), entende-se que,

> é um processo metassemêmico[45] de lexicalização diacrônica e sincrônica, epifórica dos pólos paradigmático e sintagmático que consiste em substituir um termo por outro, um enunciado por outro, pela relação de contigüidade nas metonímias e sinédoques e pela relação de similaridade de forma e de função nas metáforas, criando nomes, substantivos e enunciados que preenchem vazios lingüísticos.

Por isso, a metáfora-enunciado complementa o processo da denominação dando-lhe vazão através do pólo sintagmático, semântico. Ivor Armstrong Richards elabora a teoria da interação própria da metáfora-enunciado, a partir do seu livro *The Philosophy of Rhetoric*. Dessa maneira, tem-se uma explicação para a metáfora onde todos os componentes são

[45] Metassemema é um conceito equivalente a tropo e estuda as mudanças de sentido.

metafóricos, visto que a metáfora-enunciado não é monolítica, não é singular, não é monística, mas sim, global, contextual e interativa (FILIPAK, 1984, p. 113). Se na metáfora-palavra o foco recai sobre uma palavra, na metáfora-enunciado o foco metafórico está em todas as palavras, pois suas características estão no enunciado que é cultural, dentro do esquema de predicação. Portanto, as palavras só têm uma parcela de significação dentro do contexto.

Por isso, a explicação para as metáforas *quem lê, viaja* e *cair no conto do vigário* está no fato de que a primeira o foco metafórico está em uma categoria, no caso, o verbo viajar e, no segundo, todo o enunciado é metafórico, tem-se, então, uma metáfora-palavra e uma metáfora-enunciado, respectivamente. A primeira traz o prolongamento da idéia romântica da viagem através da leitura e, na segunda, todo o enunciado é metafórico, pois seus elementos interagem e são indivisos, pois cair não tem sentido físico e conto do vigário tem sentido cultural de perder dinheiro, sendo que uma das diversas explicações para a origem do termo é que vítimas são escolhidas e iludidas com supostas quantias em dinheiro a receber, como, por exemplo, heranças, prêmios, e no mais das vezes envolvia a figura de um vigário. Portanto, *cair no conto do vigário* significa dizer que a pessoa foi vítima de um estelionato[46].

De acordo com Richards (1981, p. 96), "segundo uma formulação elementar, a metáfora mantém dois pensamentos de coisas diferentes simultaneamente ativas no seio de uma palavra ou de uma expressão simples, cuja significação é a resultante de sua interação." Para o autor a presença do *tenor*, que se refere à idéia subjacente e, do *veículo* que conduz à apreensão do signo é que se realiza a metáfora, ou seja, ela se estabelece mediante a ação conjunta desses dois fatores.

Black (1981, p. 27-28) explica a metáfora-enunciado através de três vertentes, sendo que a primeira se sustenta pelo fato da metáfora se constituir de um enunciado inteiro, mas com atenção para uma só palavra cuja presença deixa todo o enunciado metafórico e, nesse sentido, existe uma interação da palavra metaforizada com o enunciado; a segunda é explicada pelo autor através de uma teoria substitutiva que troca uma expressão literal por uma expressão criativa, retomando o esquema uma palavra por outra; a terceira, através da teoria da comparação, estabelece uma analogia como razão da metáfora, pois é formulada uma semelhança que existia anteriormente (BLACK, 1981, p. 37).

---

[46] A denominação estelionato vem do latim *stellionatus*, onde *stellio* significa nome de uma espécie de lagarto cuja característica principal é mudar de cor para se proteger de um ambiente agressivo. Estelionato na Espanha é designado por *estafa*, em Portugal por *burla*, na Alemanha por *betrug* e, na França por *escroquerie*.

Beardsley (1958 *apud* RICOUER, 1977, p. 139) distingue na metáfora-enunciado dois tipos de linguagem, que são: a *linguagem cognoscitiva*, de significação primária e a *linguagem emocional*, de significação secundária. A primeira mostra o significado e a segunda apenas o sugere, ou seja, denotativa e conotativa. Com isso, tem-se que a metáfora não se limita ao primeiro plano da significação, pois possui outros significados que não estão latentes, visto que se sugere algo distinto daquilo que se afirma. Outra tática próxima é a ironia que sugere o contrário do que está latente (RICOUER, 1977, p. 140).

A metáfora-enunciado provoca uma interação de campos e acontecimentos semânticos e, dessa maneira, todas as palavras recebem um sentido. Ricouer (1977, p. 150-151) relata que no enunciado metafórico, a ação contextual cria uma nova significação que tem estatuto de acontecimento, o qual ocorre somente naquele contexto e, por esse motivo, pode ser considerada como uma criação lingüística que, se for adotado por uma comunidade lingüística, pode transformar-se em uma significação usual e aumentar a polissemia das unidades lexicais. Portanto, para os defensores da metáfora-enunciado tem-se que esta é um caso de atribuição e, com isso, necessita de um sujeito e um modificador.

A denominação metafórica opera nos processos de eufemismos e disfemismos também, uma vez que, sua característica é, segundo Guiraud (1975, p. 61), "a motivação que designa seres ou objetos pouco conhecidos e os associa a outros mais conhecidos que se assemelham pela forma".

Sob o cenário relatado até o momento, destaca-se a contribuição de *Metaphors we live by* de George Lakoff e Mark Johnson, cuja publicação foi em 1980, de maneira a lançar as bases para uma nova teoria da metáfora, destacando que ela é essencial e onipresente na linguagem e no pensamento e não apenas um dispositivo poético e de rebuscamento retórico. Lakoff e Johnson (1980) apresentam nessa obra que a razão tem uma base corpórea e de experiência. Conforme essa proposta, mais do que um dispositivo lingüístico, a metáfora é um importante instrumento da cognição, que é ativado automaticamente quando se trata de definir um conceito abstrato. Nesse sentido, busca-se explicar porque as pessoas falam usando metáforas, isto é, as pessoas não usam linguagem metafórica com objetivos retóricos, mas sim porque o ser humano é capaz de atribuir conceitos aos objetos, eventos e as suas experiências.

4.3 Figuras de Linguagem: Eufemismo e Disfemismo

Um eufemismo (do grego *euphemismos* que significa "bem dizer") é utilizado como uma alternativa para uma expressão não preferida, a fim de evitar a possível perda da característica ou, mediante uma atribuição ofensiva, seja pelo ouvinte ou de uma terceira parte, ou seja, é uma figura de retórica que visa à substituição de um termo desagradável por outro que o amenize, entretanto, tal troca não alterará seu sentido. Usa-se o eufemismo para disfarçar os sentimentos desagradáveis, os pensamentos cruéis ou as palavras consideradas como tabu[47], que são evitadas no intuito de suavizá-las, sem perder o sentido original de vista. De alguma forma, o eufemismo retrata uma forma puritana de expressão que quer fugir da representação da realidade que pode vir a ser cruel ou agradável (CEIA, 2005).

De acordo com Casares (1959, p. 372), eufemismo é o "modo de dizer ou sugerir de forma dissimulada ou com decoro idéias cuja reta e franca expressão seriam duras ou soariam mal".

Por isso, Benveniste (1988, p. 340) considera que, o termo eufemismo possui uma explicação singular e ao mesmo tempo paradoxal, uma vez que ela trata de sentidos opostos, quais sejam: "dizer palavras de bom augúrio" e "evitar palavras de mau augúrio".

Por outro lado, um disfemismo é uma expressão com conotações que são ofensivas, quer sobre o *denotatum* (objeto ao qual se refere à expressão lingüística) ou sobre o público, ou ambos, e é substituído por uma expressão eufemística neutra para isso. Segundo Mascarenhas (2005),

> *Dysphemia* era para os gregos a palavra de mau agouro, ato de pronunciar palavras de mau agouro, palavras más, de desgraça. Considera-se disfemismo o uso de palavras ou expressões de caráter rude, repugnante, desagradável, agressivo ou horrível. O disfemismo, contrariamente ao eufemismo que suaviza e atenua o que é considerado obsceno ou de mau gosto, visa ferir determinados tabus de ordem religiosa, moral e social. É por tal motivo que as expressões (dis)femísticas são consideradas formas de desbragamento lingüístico. Deve-se sublinhar o fato de, porque o disfemismo está intimamente ligado a fatores de natureza sociocultural e ideológica, o que em dada época é entendido como eufemístico, pode mais tarde ser considerado disfemístico.

Chamizo Domínguez (2004, p. 45) explica que uma determinada palavra será entendida como um eufemismo a partir do momento em que o contexto permita isso, e dessa forma, não dependerá da palavra em si, mas do contexto e do uso que se faz dela através das

---

[47] Segundo Moreno Fernández (1992, p. 201), tabu "é a proibição de certas ações ou objetos baseada tanto em razões religiosas, quanto em outros preconceitos, convenções ou atitudes sociais, enquanto que o tabu lingüístico é a palavra cujo uso se deve evitar, geralmente por motivos sociais, políticos, sexuais ou religiosos".

intenções dos emissores. Nesse sentido, estende-se essa explicação para os disfemismos, uma vez que a fronteira entre tais conceitos é muito limítrofe.

Como a ambigüidade é um fator de destaque para o eufemismo, as palavras consideradas candidatas deverão necessariamente conter tal duplicidade de sentido, dessa maneira, Chamizo Domínguez (2004, p. 46) relata que, do ponto de vista sincrônico, tal fator implica em dizer que um eufemismo não pode ser re-enquadrado por nenhuma outra palavra e continuar sortindo os mesmo efeitos cognitivos, estilísticos e sociais devido à inexistência de sinônimos na sua língua natural.

Então, um eufemismo não pode ser re-enquadrado por um termo tabu equivalente, ou seja, não se pode substituir *camisinha* por *borrachuda* e esperar conseguir os mesmo efeitos comunicativos e cognitivos.

Outro aspecto detectado pelo autor refere-se à necessidade de compreender os eufemismos no contexto de seu proferimento, visto que seu entendimento dependerá dos conhecimentos, gestos, usos sociais ou crenças dos interlocutores no ato lingüístico, então, mesmo que uma palavra não seja considerada um tabu, ela poderá se converter em uma inconveniência movida pelo contexto, ocorrendo efeitos indesejáveis. Esse entendimento revela que, devido ao contexto de proferimento bem como as crenças e os valores dos indivíduos envolvidos no ato lingüístico, uma palavra poderá ser entendida de forma literal, metafórica, eufemística, disfemística ou ironicamente.

Conseqüentemente, quando um indivíduo participante não coopera ou não quer cooperar o efeito eufemístico do ato lingüístico desaparece.

Chamizo Domínguez (2004, p. 46) relata, ainda, três fases distintas da existência dos eufemismos, agora, do ponto de vista diacrônico, a saber: a primeira delas é a do **eufemismo romântico**, que é aquele que se estabelece em um determinado momento, mas sem a percepção e a previsibilidade da temporalidade de sua criação, entretanto, ele é compreendido pelos ouvintes que conhecem o contexto em que ele foi concebido; a segunda delas é a do **eufemismo semi-lexicalizado**, que é aquele que faz parte de uma língua e é compreendido e utilizado como tal de maneira habitual pelos falantes dessa língua.

Entretanto, existe a possibilidade de distinguir seu significado literal do eufemístico, o que fica evidente no uso da palavra *doutor*[48] que apesar de alcançar um alto grau de lexicalização permanece polissêmica, usado por bacharéis como médicos, veterinários, advogados e detentores do título em nível de doutoramento, bem como por pessoas que são bem sucedidas e, por tal motivo, denominadas dessa maneira, ou ainda, com a expressão *fazer amor* (*make love*, em inglês), que nos anos 1950 e 1960 tratava-se de um sinônimo de pretender à alguém e que, atualmente, possui um significado que remete à relação sexual. Por último, o autor traz a fase dos **eufemismos lexicalizados ou mortos,** que são aqueles os quais os falantes não têm a consciência da sua origem eufemística uma vez que não se perdeu a origem de seu significado literal original, assim, se a palavra *moça* ou *donzela* (*maid*, em inglês) possuía o significado de virgem ou solteira, era de se esperar que a palavra aeromoça fosse virgem servindo nos aviões, entretanto, o emprego dela não converge para esse aspecto, inclusive atualmente, usa-se outra denominação para essa profissão, a de comissária de bordo.

De qualquer forma, a lexicalização não tem uniformidade entre os falantes de uma língua, por isso, um eufemismo pode encontrar subsídios em alguns indivíduos e em outros não, especialmente quando se trata de questões de dialeto, diferenças de gerações ou, ainda, geográficas. Por exemplo, no Recife (PE) usa-se a palavra *frango* enquanto um eufemismo para designar homossexuais.

A lexicalização de um eufemismo geralmente o converte em um tabu, visto que anula sua característica ambígua e ressalta a polissêmica, resultando em um desaparecimento de sua literalidade e originalidade, por exemplo, *cretino* que originalmente significava cristão no dialeto suíço do francês agora é usado como estúpido, perdendo o seu sentido eufemístico. Da mesma maneira, tem-se a palavra inglesa *nice* (do latim *nescius*) cujo significado é ignorante, estúpido, afeminado, delicado, preciso, equilibrado, agradável e aprazível (CHAMIZO DOMÍNGUEZ, 2004, p. 47).

Para Chamizo Domínguez (2004, p. 47) os eufemismos e disfemismos são estudados do mesmo modo que as metáforas, por isso, eles fazem parte de redes conceituais, ou seja, estruturam e integram de alguma maneira nosso pensamento e nosso fazer. Quando se refere à morte como uma viagem: *morrer é fazer uma última viagem*, ou enquanto sonho e descanso: *morrer é dormir o sono eterno*.

---

[48] Enquanto forma de tratamento, Kröll (1984, p. 28) destaca que, "doutores são vagamente os bafejados pela sorte dos privilégios, conglobados numa aparência de aristocracia burguesa. *Doutor*, como forma de tratamento, é empregado para qualquer pessoa com aparência de intelectual".

No primeiro caso Sontag (2007, p. 32) explica que a enfermidade era um modo de tornar as pessoas atraentes, o que resultava num enfoque romântico da morte, assim, a comparação com a viagem surge a partir do momento em que o paciente para ser curado necessita ser isolado em um determinado espaço ou local, ou seja, retirado de sua rotina, resultando em uma metáfora em que se prolonga a idéia de romantismo aplicada à morte. No segundo caso, o exemplo está muito ligado ao conceito de cemitério que originalmente em grego era um eufemismo, cujo significado era dormitório. Em relação aos homossexuais masculinos encontra-se o caso de uma substituição em termos de gênero: um homossexual é uma mulherzinha.

Com isso, Chamizo Domínguez (2004, p. 48) destaca que, o eufemismo possui funções sociais que diferem das da metáfora em geral. Sua principal função consiste em poder nomear um objeto desagradável ou os seus efeitos desagradáveis. Ademais, possui também funções secundárias, como no uso de:

- cortesia, como em: está é minha senhora, ao invés de está é minha mulher;

- dignidade da profissão ou ofício, tem-se, então, *barman* para atendente, *chef*[49] para chefe de cozinha ou cozinheiro, doutor para médico, secretária do lar para empregada doméstica;

- dignificar um doente ou situação penosa, o que ocorre no caso de ser trissômico do par 21 ou sofrer da síndrome de Down para mongolóide, terceira idade para velho ou ancião, portadores de necessidades especiais para deficientes físicos, ou ainda, dormir no Senhor para morrer;

- politicamente correto, como, por exemplo, em terceiro mundo para países pobres;

- evitar agravos étnicos ou sexuais, como afro-descendente para negro(a), caucasiano(a) para branco(a), homossexual masculino para *gay* e homossexual feminina para lésbica;

[49] *Chef* e chefe são etimologicamente as mesmas palavras, pois são originadas do latim caput através do francês, por isso, suas diferenças semânticas revelam apenas os distintos momentos em que foram introduzidas na língua portuguesa.

- nomear um objeto ou ação tabu, tal como ocorre em *Deus e religião* (corpo e sangue para pão e vinho), *objetos ou ações sexuais* (ficar com, possuir alguém, passar a noite com para relação sexual), *fluídos corporais ou partes do corpo* (transpirar para suar, expectorar para tossir, descer a regra para menstruar, axila para sovaco e partes íntimas para genitália), *lugares* (necrópole para cemitério, casa noturna para bordeis e danceterias, casa de massagem para casas de prostituição) e *morte*, que já foi relatada anteriormente.

Nesse sentido, uma pergunta não deve deixar de ser realizada: como surgem os eufemismos e os disfemismos? São variados os mecanismos lingüísticos que os formam, além disso, eles têm origem em uma ou mais figuras de linguagem. Por exemplo, as formas latinas *mecum*, *tecum* ou *vobiscum* foram concebidas por analogia com *nobiscum* que, por sua vez, foi concebida para evitar efeitos disfêmicos que poderia ter a forma *cum nobis*, já que esta última soava a um falante latino de forma muito parecida com *cunnus bis* (CHAMIZO DOMÍNGUEZ, 2004, p. 50).

Chamizo Domínguez (2004, p. 48) destaca alguns desses mecanismos, a saber:

- a circunlocução, quando se utiliza de rodeios para expressar aquilo que se pretende e, por isso, tem-se, secretária do lar para empregada ou crescimento negativo para perdas;

- a hipérbole, que é o emprego do exagero na expressão lingüística, por exemplo, um amor em cada porto para mulherengo;

- a metonímia/sinédoque, a primeira amplia e reduz o sentido da palavra e a segunda imprime um sentido figurado, com isso, tem-se, sodomia para homossexualidade masculina e sofismo/lesbianismo para homossexualidade feminina;

- a metáfora, quando se dá o nome de uma coisa que pertence à outra e, por isso, tem-se, pinto para genitália masculina;

- a antonomásia é uma variação de uma metonímia onde se substitui o nome de um objeto, pessoa ou entidade por outra denominação comum (*Don Juan* para conquistador, *bon vivant* para alguém vive os prazeres da vida, Quixote para sonhador, maquiavélico[50] para alguém que está tramando algo ruim);

---

[50] Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi um historiador renascentista que viveu em Florença na Itália, cuja obra de destaque foi *O Príncipe*, onde figura uma de suas frases mais conhecidas *os fins justificam os meios*. Chamava-se maquiavélica a pessoa que era assertiva, firme em seus propósitos. Entretanto, tanto a frase quanto a palavra tiveram seus significados deturpados, e agora são associadas a ser malvado, agir de forma injusta e terrível. Tal inversão da palavra é atribuída aos jesuítas que o acusaram de ser contra a Igreja, uma vez que Maquiavel rompe com o homem teocrático (ou teológico), caindo no senso comum. O Papa Paulo IV colocou-o no *Index Librorum Prohibitorum* em 1559.

- a ironia, recurso lingüístico onde se diz o contrário daquilo que se quer dizer, por exemplo, *moça linda, bem tratada, três séculos de família, burra como uma porta* (Mário de Andrade);

- a meiose, quando se diz que determinada pessoa está um pouco alta referindo-se a ela como embriagada;

- a aliteração, que é a repetição de letras idênticas, como no caso de, *o rato roeu a roupa do Rei de Roma*;

- o diminutivo, que expressa uma idéia de redução (como regra geral o diminutivo tem função eufemística enquanto que o aumentativo tem função disfêmica), por exemplo, quando uma criança faz uma travessura e se diz que ela é *espertinha*;

- a alusão, quando se faz uma menção ou referência a alguém ou algo. Em um programa humorístico televisivo, a personagem da atriz brasileira Zezé Macedo tinha uma fala bem característica que fazia alusão à relação e aos órgãos sexuais: "*você só pensa, naquilo!*"

- a personificação, que traz o indivíduo enquanto um símbolo ou representante de algo como, por exemplo, onanismo[51] para masturbação e priapismo[52] para ereção;

- as siglas e as abreviaturas, ou seja, letras iniciais ou redução de palavras, como por exemplo, AIDS para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

Com os mecanismos expostos é possível fazer uma análise de como e do por que da criação dos eufemismos, já que eles revelam o funcionamento da imaginação dos falantes em um contexto específico, além disso, eles permitem que mesmo diante de variações sócio-culturais a língua permaneça viva e passível de adaptação.

Por esse motivo, uma palavra pode ser usada eufemisticamente em uma língua e em outra não produzir o mesmo efeito (CHAMIZO DOMÍNGUEZ, 2004, p. 48). Com isso, a expressão *entregar o jogo de bandeja para o time adversário* pode não ter o mesmo sentido eufemístico com a palavra inglesa *dish*, ou seja, o significado literal de bandeja possui equivalente nas duas línguas naturais – língua portuguesa e inglesa – entretanto, o mesmo poderá não ocorrer com os seus significados eufemísticos ou disfemísticos. Outra materialização de exemplo se dá na palavra francesa *phoque* que significa, literalmente, foca

---

[51] Aqui cabe um esclarecimento, haja vista, a confusão histórica. Na Bíblia, no livro dos Gênesis, capítulo 38, tem-se que Onã (de onde veio a palavra onanismo) é obrigado a manter relações sexuais com a cunhada após a morte de seu irmão, tudo para gerar um descendente. Entretanto, Onã preferiu ejacular fora da vagina da cunhada. Portanto, onanismo é distinto de masturbação, mas a confusão em usar a palavra enquanto um sinônimo se estabeleceu pelo fato de ambas as práticas levarem a perda do sêmen.

[52] O nome priapismo vem da mitologia grega, no qual Príapo, filho de Afrodite, era conhecido pelo seu falo longo e ereto.

em português, mas seu significado eufemístico/disfemístico é diferente nas duas línguas, ou seja, em francês é homossexual masculino e em português é jornalista iniciante ou recém-formado[53]. Já em espanhol seu significado eufemístico/disfemístico é de pessoa obesa.

Esses exemplos mostram como uma palavra usada como eufemismo pode funcionar em uma língua e em outra ter significado totalmente diferente e que, apesar dos eufemismos e disfemismo compartilharem diversas características com as metáforas, eles possuem funções cognitivas e sociais distintas.

Por outro lado, muitas palavras e expressões são vistas como tabu, justamente porque elas são usadas para descrever o ato sexual, o corpo e suas funções, e muitas delas são utilizadas ainda para insultar outras pessoas. Considera-se, então, que esse artifício é uma proibição de comportamento que afeta a vida cotidiana que, geralmente, incluem assuntos relativos ao corpo humano e seus fluídos (suor e menstruação, por exemplo), órgãos e atos sexuais, bem como, sobre a morte e doenças (ALLAN; BURRIDGE, 2006, p. 1). Dessa maneira, o tabu motiva uma mudança na linguagem através da criação de novas expressões, por vezes, lúdicas, resultando em novos significados para expressões antigas fazendo com que essas deixem de ser usadas. Nesse sentido, tem-se uma influência impositiva por parte do tabu no comportamento e nas falas das pessoas (ALLAN; BURRIDGE, 2006, p. 2).

Para Radcliffe-Brown (1939, p. 5), "nas línguas da Polinésia a palavra [tabu] significa simplesmente "proibir", "proibido", e pode ser aplicada a qualquer tipo de proibição". Por isso, essa proibição de comportamento aplicada a um grupo determinado de pessoas e também em contextos específicos pode influenciar no comportamento lingüístico, resultando na criação de eufemismos/disfemismo que, por sua vez, pode vir a esconder alguns tipos de preconceitos. *Frango* (para nomear o homossexual masculino) e *macaco* (para nomear um negro) são considerados insultos, além do mais, são comportamentos lingüísticos passíveis de sanções legais e sociais. De certa forma, existe uma interação entre o tabu, o preconceito[54] e a criação de eufemismo e disfemismo.

Allan e Burridge (2006, p. 29) discorrem sobre a relação existente entre a censura na linguagem por conta dos tabus e a cortesia e descortesia decorrentes dessa censura, categorizando o grupo de palavras e/ou expressões resultantes dessa relação em um coletivo de termos denominado *n*-femismos, onde se tem a união do eufemismo, do disfemismo e do ortofemismo. Para os autores, o eufemismo trata das palavras com sonorização suave,

---

[53] Interessante notar que o equivalente eufemístico em inglês para jornalista iniciante ou recém formado é *cub* cujo significado é filhote ou escoteiro novato, conhecidos como lobinhos.

[54] Segundo Casares (1959, p. 674), preconceito "é a ação e efeito de pré-julgar. Juízo que se forma sem fundamento suficiente, ou que se afasta do justo ou razoável".

evasivas e extremamente educadas, o disfemismo acolhe as palavras de tom rude e ofensivas e o ortofemismo (do grego *ortho* que significa normal, próprio, direito e *phémé* que significa falando) que abarca as palavras e expressões que se dão de forma direta e formal.

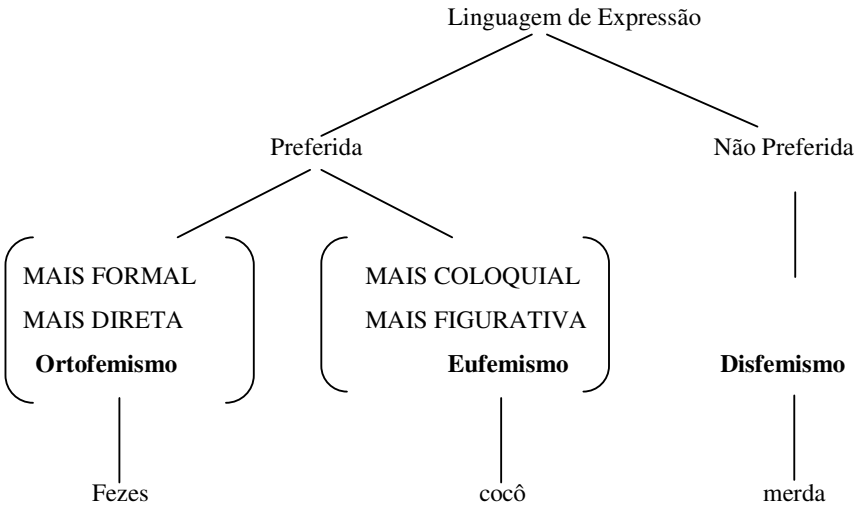


Figura 1: Distinção entre os *n*-femismos.

Fonte: Allan e Burridge (2006, p. 34, tradução nossa)

Conforme mostra a figura 1, tem-se, então, a distinção que configura entre as categorias tanto preferia quanto a não preferida das palavras ou expressões. Essa configuração resulta em um conceito importante que é o de **variações sinonímicas cruzadas**, ou seja, palavras que possuem o mesmo significado que outras palavras usadas em contextos diferentes (ALLAN; BURRIDGE, 2006, p. 29).

No exemplo anterior, as palavras fezes, cocô e merda são variações sinonímicas cruzadas porque denotam a mesma coisa, mas possuem conotações diferentes, pois marcam os diferentes estilos utilizados em diferentes circunstâncias. Obviamente que essas circunstâncias têm a ver com a noção de civilidade que se tem, bem como o senso de cortesia, entretanto, o comportamento lingüístico dependerá de vários fatores, a saber: a relação entre os falantes, as pessoas que estão no alcance da voz, o assunto, a situação, bem como a escrita e a fala usadas. Dessa maneira, o contexto possui influência de destaque nesse comportamento, bem como o espaço e o tempo.

Essa explicação encontra respaldo na Sociolingüística[55], que traz a questão de que a língua possui variações em toda a parte e, por isso, não é algo rígido. Essas variações ocorrem tanto no contexto estrutural da língua (interno) quanto no social (externo) e, dessa maneira, tem-se a língua como um sistema que muda de acordo com a mudança da estrutura social, cujo reflexo se dará em seu contexto interno. Os estudos sociolingüístas exploram as relações existentes entre a língua e a condição social do falante, analisando os fatores socioculturais (PRETI, 2000).

Para Preti (2000, p. 12), "a língua é o suporte de uma dinâmica social que compreende não só as relações diárias entre os membros da comunidade como também uma atividade intelectual que vai desde o fluxo informativo dos meios de comunicação de massa até a vida cultural, científica ou literária".

A diversidade lingüística abordada pela Sociolingüística encontra-se relacionada a vários fatores, dentre eles destacam-se três: a dimensão do emissor, a do receptor e a da situação ou contexto (*setting*). Essas dimensões sofrem influência da variedade lingüística e, dessa maneira, ao tratar de problemas comparativos entre a estrutura lingüística com a estrutura social, a Sociolingüística relaciona algumas variedades, que são: 1) As *variedades geográficas*: ocorrem no plano horizontal da língua, na concorrência das comunidades lingüísticas como, por exemplo, o regionalismo; 2) As *variedades socioculturais:* ocorrem no plano vertical, dentro da linguagem de uma comunidade específica, cujos fatores estão ligados diretamente ao *falante* ou ao grupo que pertence (idade, sexo, raça ou cultura, profissão, posição social, grau de escolaridade e local de residência) e à *situação* (ambiente, tema, estado emocional e grau de intimidade) (PRETI, 2000, p. 15-16, 41).

As variedades lingüísticas em determinados grupos os identifica e os diferencia dos demais e nessa esfera encontram campo fértil as figuras de linguagem como, por exemplo, o eufemismo e o disfemismo, no sentido de que as discussões acerca do falante se voltam para o binômio culto/popular e, da situação, acerca do formal/coloquial. Além disso, muitas reflexões sociolingüísticas podem ser iniciadas a partir de um termo que designe um conceito que, não raramente, possa ser polêmico e objeto de discussões (BARROS, 2004, p. 45).

---

[55] A Sociolingüística considera a importância social da linguagem, estudando suas variações. De acordo com Mollica (2004, p. 9), "A Sociolingüística é uma das subáreas da Lingüística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos lingüísticos e sociais. [...] focalizando precipuamente os empregos lingüísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo."

Por isso, o eufemismo e o disfemismo estão ligados aos fatores da diversidade lingüística, ou seja, emissor, receptor e o contexto[56]. Segundo Allan e Burridge (2006, p. 31), o disfemismo é o oposto do eufemismo e, em geral, é tabu. O eufemismo muitas vezes é motivado pelo medo e o desgosto, bem como pelo ódio e o desprezo, dessa maneira, os falantes de uma língua recorrem ao disfemismo para falar sobre pessoas e coisas que os frustram e os irritam que eles desaprovam e querem denegrir, humilhar e degradar. Os disfemismos são, portanto, característicos de grupos que se dirigem ao seu oponente. Expressões disfêmicas incluem palavrões, xingamentos, e qualquer tipo de comentário depreciativo dirigidos aos outros, a fim de insultar ou ferir. Com isso, considera-se também que o disfemismo é uma forma de desabafar, por exemplo, quando são emitidos palavrões que aliviam a frustração ou a raiva.

Por isso, o ortofemismo e o eufemismo são palavras ou frases usadas como uma alternativa para as expressões não preferidas. Elas são consideradas as mais adequadas e o disfemismo, por sua vez, pode vir a ser considerada uma expressão tabu. Portanto, àqueles que possuem a compreensão lingüística para formular eufemismo e ortofemismo possuem um *savoir faire* social, visto que a interação social está orientada para a manutenção da nossa face[57] e da face do outro (ALLAN; BURRIDGE, 2006, p.33).

Considera-se, então, que o ortofemismo é mais direto e formal (literal) que o seu correspondente eufemístico, que por sua vez, é mais coloquial e figurativo (indireto).

Conseqüentemente, também existem disfemismos eufêmicos e eufemismos disfêmicos, que são expressões em desacordo com as intenções que se escondem por trás delas, ou seja, a locução (a forma das palavras) está em contradição com o ponto de referência do enunciado, por exemplo, a expressão *"Eu fiz merda!"* reflete a raiva, a frustração ou a angústia do falante e, mesmo assim, é considerada um disfemismo, entretanto, ele não quis ferir nenhuma outra pessoa e a emitiu em um momento determinado e específico, resultando em um disfemismo eufêmico. O ato de usar os "palavrões" é convencionalmente visto como um disfemismo e, portanto, um tabu, mas ao se usar uma expressão que não é intrinsecamente ofensiva, a intenção disfêmica do falante pode ser realizada eufemisticamente, dessa forma,

---

[56] A esse respeito, Mollica (2004, p. 13) discorre sobre o fato de que a Sociolingüística "incorpora questões como a escolha do estilo que se impõe ao falante para acomodar-se ao seu interlocutor, o apoio contextual na produção de enunciados, o grau de complexidade cognitiva exigida no tema e a familiaridade do falante com a tarefa comunicativa realizada".

[57] Face, aqui, é entendida como uma auto-imagem pública. "A questão da expressão por meio de eufemismos insere-se nos estudos de pragmática, e algumas teorias predominantemente orientadas para a análise dos fenômenos conversacionais revelam-se bastante pertinentes, uma delas é a noção de preservação da face (*work-face*) de Erving Goffman" (SILVESTRE, 2003, p. 224).

tem-se o uso da censura da linguagem com a finalidade de evitar um tabu, entretanto, o resultado nem sempre é satisfatório (ALLAN; BURRIDGE, 2006, p.39).

Veja-se, por exemplo, as expressões *'¿Dónde coño estás?'* ou *'Where the hell/fuck are you?'* ou *'Cadê você, caralho?'*, que são tabus e, portanto, disfêmicas. Nessas expressões o falante tem a intenção de chamar ou localizar uma pessoa que não consegue encontrá-la e, dessa maneira, acrescenta à sua fala uma palavra tabu, mas sem necessariamente evitá-la. Não há a intenção de denegrir o outro, mas de expressar a raiva sentida. Com isso, o ortofemismo e o eufemismo estão mais ligados à polidez e o disfemismo ligado à impolidez.

Segundo Allan e Burridge (2006, p. 47), os *n*-femismos são variações sinonímicas cruzadas, uma vez que, *fezes*, *cocô* e *merda* significam a mesma coisa, entretanto, são usadas em contextos específicos e diferentes, pois dividem a mesma denotação, mas diferem em conotação que, por sua vez, surgem dos conhecimentos enciclopédicos, das crenças e dos preconceitos sobre os contextos em que a palavra é normalmente usada. Então, se o sentido conotativo dos *n*-femismos surge do conhecimento sobre determinado preconceito que atua no contexto, irremediavelmente, eles irão conter tal carga negativa. De certa forma, isso sugere que existe uma maleabilidade do indivíduo agindo em circunstâncias distintas que determinam suas decisões quanto à ofensividade ou polidez da sua expressão. Por isso, um eufemismo para uma pessoa pode soar como um disfemismo para outra e vice-versa.

Contudo, existe uma probabilidade muito grande dos eufemismos carregarem ou esconderem algum tipo de preconceito, provocado principalmente por essa carga ofensiva escondida atrás dos eufemismos atribuída pelos falantes. Se o disfemismo, por si só, já carrega a ofensividade e, portanto, todo o tipo de mazela e, o ortofemismo abarca a fala direta e formal, então, o eufemismo por sua característica de fala suave é que poderá através desse viés vir a disseminar algum tipo de prejuízo a determinados indivíduos, escondendo-se da sanção social.

A questão de como poderia o eufemismo esconder algum tipo de preconceito é para que se faça o silêncio, que o sentido negativo da palavra não seja manifestado. Segundo Benveniste (1988, p. 341), "é preciso, para apreciar um eufemismo, reconstituir tanto quanto possível as condições do emprego no discurso [...] se a noção é uma dessas que a norma social e moral reprovam o eufemismo não dura".

Por isso, Benveniste (1988, p. 341, grifo nosso) ressalta que, "no estudo do vocabulário cultual, como de todos os vocabulários especiais, é preciso realmente separar os dois aspectos do problema para compreender a *natureza das ações que aí se cruzam*", ou seja,

é necessário identificar e separar qual dos dois aspectos a palavra ou expressão traz a do "bom agouro" ou a do "calar-se".

Nesse sentido, o eufemismo pode esconder um preconceito, na medida em que, ele se realiza enquanto um processo pelo qual se substitui uma palavra ou expressão carregadas com conotações negativas oriundas de um conceito tabu, cujo resultado é inadequado ou ofensivo em um determinado contexto comunicativo.

Para Silvestre (2003, p. 224), "o tabu impõe uma proibição sobre determinadas palavras, implicando o seu abandono e a introdução de um substituto menos ofensivo, o eufemismo. Este processo conduz a um ajustamento do significado do substituto, e, por conseguinte, a mudanças semânticas".

Contudo, cabe retomar o conceito de tabu para que fique clara a sua influência na formação do eufemismo e, para tanto, recorre-se a Houaiss (2001, p. xxviii) que diz:

> Tabuísmos: são palavras, locuções, ou acepções tabus, consideradas chulas, grosseiras ou ofensivas demais na maioria dos contextos; trata-se dos palavrões e afins, vocábulos que se referem em geral ao metabolismo orgânico (*merda, cagar*), aos órgãos e funções sexuais (*caralho, esporra, pica, boceta* ('vulva'), *colhão, cona, foder, pívia, crica, pachoucho* etc.), mais disfemismos pesados como *puta, veado* ('homossexual'), *cabrão* ('traído'), *paneleiro* ('homossexual'); expressões tabuizadas (*puta que pariu*) etc.

As mudanças semânticas no intuito de ajustar um significado estão presentes em alguns exemplos como o da palavra inglesa *queer*. O seu significado pode ser traduzido por estranho, ridículo, excêntrico, raro e extraordinário, contudo, é sinônimo de homossexual podendo designar um comportamento excêntrico ou desviante. O significado dessa palavra possui duas matrizes, onde a primeira refere-se a uma série de expressões consolidadas no senso comum homofóbico, portanto, pejorativa; e a segunda refere-se ao contexto anglo-saxão cujo significado tem a ver com algo esquisito, insólito, raro, estranho.

Holder (2002, p. 324) identificou, no contexto norte-americano, quatro significados para a palavra *queer*, a saber: pessoa bêbada ou alcoolizada, uma pessoa alienada mental (implicando uma condição inofensiva e suave), um homossexual masculino (tanto no substantivo como no adjetivo) e, por fim, notas de dinheiro falsas. O autor salienta que o primeiro significado a ela atribuído, ou seja, de uma pessoa alcoolizada, está obsoleto.

Com os estudos envolvendo a "teoria *queer*", Louro (2004), por usa vez, afirma que *queer* refere-se ao indivíduo marginalizado devido a sua orientação sexual por uma que seja predominante. Dessa maneira, o significado da palavra tornou-se positivo, uma vez que

era pejorativa. De disfemística ela tornou-se eufemística, mas esconde uma carga de preconceito haja vista seus demais significados.

Nesse sentido, Silvestre (2003, p. 229, grifo nosso) é incisivo em descrever que,

> os eufemismos construídos com base em adjetivos e nomes como torpe, sensualidade, luxúria, pecado, iníquo, açoite, vício não se limitam a substituir um termo considerado inadequado ou disfêmico. *O eufemismo, ainda que retoricamente elaborado, conserva a carga simbólica negativa que se associa ao termo interdito.*

Outro exemplo trata-se da palavra inglesa *gay*. Literalmente, podemos traduzi-la como alegre ou feliz. Holder (2002, p. 160) informa que, no século 19, uma prostituta poderia ser chamada de uma moça ou senhora alegre ou feliz e que, até a década de 1960, *gay* era sinônimo de alegre com uma ligeira indicação de embriaguez ou intoxicação, porém, atualmente seu significado remete a uma pessoa de orientação homossexual.

Em que pese o contexto norte-americano[58], existem diversos eufemismos para designar o homossexual masculino com características femininas, como por exemplo, *butterfly* (termo que faz alusão ao inseto diurno – borboleta), *sissy* ou *cissy* (termos provavelmente originários de uma corrupção de *sister* via *sissy* ou *sis* - irmã), *campy* (afrescalhado, entretanto, sua origem é obscura, esse termo revela uma responsabilidade natural das quais se podem reprovar), *cupcake* (apesar de não muito clara, a explicação para esse termo vem da característica inofensiva, ou seja, um macho inofensivo, ineficaz), *degenerate* (significa deixar de ser capaz de funcionar como antes, dessa maneira, levando em consideração que o sexo funciona como a propagação da espécie, pode haver uma ligação com os homossexuais, entretanto, possui uma imagem de degradação e degeneração), *divergence* (aquele que se afasta da regra), *effeminate* (que possui características de mulher), *fag* (provavelmente por considerar os fumantes como afeminados), *faggot* (originário de *fag*, como verbo significa copular e, como substantivo, prostituta), *freak* (um evento irracional ou monstruoso), entre outros.

Esses exemplos demonstram a carga negativa que as expressões ou a palavras carregam, dessa forma, em muitos casos é impossível separar o eufemismo do disfemismo, pois não há uma divisão nítida, caracterizada principalmente pelas mudanças de contexto lingüístico, ou seja, o que é um eufemismo hoje pode ser um disfemismo amanhã.

---

[58] Baseado, principalmente, em Holder (2002, *passim*).

Interessante, notar, a carga que determinadas palavras e expressões carregam. Na Língua Portuguesa, Kröll (2002) realiza um profundo estudo sobre os eufemismos e disfemismos dividindo-os em sete categorias: superstição, delicadeza e respeito, defeitos morais e mentais, situação financeira, decência: o corpo e decência: amor. No âmbito da decência: amor encontra-se efeminação e pederastia.

De acordo com Kröll (2002, p. 106, 111), na efeminação tem-se o eufemismo *maricas,* derivado de Maria, para designar um homem efeminado e covarde e que, ao lado dele, há uma série de sinônimos formados a base de Maria, tais como: *maricocas*, *maricola*, *mariquinha*, *marocas*, (e o termo espanhol *maricón*) também como eufemismo para homossexuais. Pederasta, por usa vez, remete a homens e mulheres que sentem atração sexual por pessoas do mesmo sexo, tal qual homossexual. Para o autor, a maior parte das palavras, da Língua Portuguesa européia, designativas das relações carnais homossexuais masculinas são nitidamente disfêmicas, como, por exemplo, *abafar a costela, apanhar cavacas, ir ao cu* e *levar na anilha*, tal qual ocorre também com *bicha, bichona* e *borboleta.*

Portanto, como no exposto, o eufemismo e o disfemismo se entrelaçam e, por vezes, podem esconder algum tipo de preconceito explícito ou não, sendo que no caso de não estar explícito pode ser uma tentativa de abafar o sentido negativo da expressão ou palavra. Portanto, ao voltar à atenção para o âmbito social onde se têm diversas ocupações, imperfeições físicas e defeitos morais, relações comerciais e diversas orientações sexuais podem-se encontrar exemplos de ambas as tendências, qual seja, a de esconder e de mostrar os preconceitos através das expressões de linguagem.

Ainda, assim, os eufemismos podem de certa forma estar inseridos em discursos que foram permeados pelo 'politicamente correto'. Politicamente correto (*politically correct*, em inglês) é uma expressão que foi originada do discurso stalinista da década de 1950, subentendendo um julgamento de intolerância ou endossamento irrefletido de valores (SEMPRINI, 1999, p. 61).

Entretanto, atualmente, seu entendimento é outro, significando estar em conformidade em relação às crenças atuais sobre a correção na linguagem e no comportamento no que diz respeito às políticas sobre sexo, raça, idade entre outros temas. É uma política que consiste em tornar a linguagem neutra em termos de discriminação e evitar que possa ser ofensiva para certas pessoas ou grupos sociais. Nesse caso, destaca-se o politicamente correto no âmbito da homossexualidade. Segundo Semprini (1999, p. 62),

> ele [politicamente correto] quer acrescentar ao idioma expressões e termos novos, a fim de valorizar os indivíduos e os grupos cuja importância é ignorada não somente pela atitude monocultural dos grupos dominantes, mas também pela linguagem, que não prevê termos para designá-los de maneira específica ou aceitável.

Entretanto, o politicamente correto está sujeito a tensões ou desdobramentos; além disso, a linguagem do politicamente correto, por vezes, demonstra atos de censura porque busca uma mudança social. Por um lado busca-se uma mudança na linguagem, mas por outro, choca-se com os hábitos e práticas dos falantes de uma determinada língua. O politicamente correto deve ser entendido como um conjunto de comportamentos lingüísticos aparentemente isentos de críticas, constrangimentos e abusos. Acontece que muitos termos, afastados de seu significado original, são utilizados com significados totalmente novos. *Gay* nos Estados Unidos é um termo preferido em vez de *Homosexual*, porque esse último remete a uma terminologia médica que designava o indivíduo como portador de uma patologia. Entretanto, o termo homossexual é preferido no Brasil ao invés de *gay*, sendo este último utilizado muitas vezes com conotação pejorativa. Dessa maneira, o termo *gay* será usado em um contexto mais politizado ao contrário de *homosexual*, contudo, é possível inserir nos discursos politicamente corretos frases eufêmicas, porque assim não ficaria explícita a conotação pejorativa.

O eufemismo é impulsionado por várias razões diferentes, como por exemplo, o desejo de não ofender, para demonstrar uma identidade de grupo ou, ainda, dissimular a realidade e, dessa maneira, evitar as conseqüências que resultariam de sua fala danosa. Obviamente, que existe discordância quando ao fato de que o politicamente correto pode esconder eufemismos. A frase “aquele garoto é sensível/educado/delicado” dita por um heterossexual pode mascarar o que ele realmente gostaria de dizer sobre a pessoa referenciada. Sensível, educado e delicado, nesse caso, podem ser eufemismos para afeminado e, conseqüentemente, *gay*.

5 MÉTODO

A presente pesquisa, de natureza exploratória e documental, inicia seu percurso metodológico com uma revisão teórica sobre a homossexualidade masculina, a ética em representação do conhecimento e a precisão na representação do conhecimento, mais especificamente no que tange às figuras de linguagem (notadamente a metáfora e o eufemismo) incidentes na representação do conhecimento em temáticas afetas à homossexualidade masculina. Dessa forma, e tendo me vista o objeto investigado – a representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina – apresenta, em sua dimensão aplicada, características qualitativas e indutivas, na medida em que desenvolve sua análise a partir de um *corpus* composto de termos extraídos de periódicos especializados na temática abordada (*Journal of Homosexuality*, *Sexualities* e *Journal of Gay & Lesbian Mental Health)*, situando-os em um universo específico, qual seja, o das três mais abrangentes linguagens de indexação brasileiras (Vocabulário Controlado Básico do Senado Federal, o Vocabulário Controlado da USP (Universidade de São Paulo) e a Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional). Nesse sentido, destaca-se que foi usada a linguagem natural oriunda das palavras-chave atribuídas aos artigos por seus autores e foi usada a linguagem controlada das linguagens de indexação.

Desse modo, apresenta-se, a seguir, a caracterização do *corpus* e das ferramentas da pesquisa.

5.1 *Corpus* da Pesquisa

A *Journal of Homosexuality* é dedicada à pesquisa acadêmica sobre a homossexualidade, incluindo os subtemas como práticas sexuais e papéis de gênero e sua diversidade cultural, histórica, interpessoal e contextos sociais modernos. Além disso, os artigos publicados procuram explorar as implicações políticas, sociais e morais da pesquisa sobre a sexualidade humana. Especificamente, a *Journal of Homosexuality* tem os seguintes objetivos: servir a grupos disciplinares e profissionais representados pela Antropologia, Arte, História, Direito, Literatura, Filosofia, Política, Religião e Sociologia, bem como a pesquisa

básica em Ciências Biológicas, Medicina, Psiquiatria e Psicologia, além disso, servir como um fórum para discussão de pontos de vista sobre os aspectos sociais da homossexualidade.

Dessa maneira, a revista serve como fonte de referência para acadêmicos no âmbito de pesquisas e programas educacionais para a discussão sobre a homossexualidade, especialmente em estudos sobre lésbicas e *gays*, caracterizando-se como um veículo de divulgação das pesquisas sobre a homossexualidade em todo o mundo.

A revista possui uma freqüência de 10 fascículos por ano e é publicada pela Routledge do Grupo Editorial Taylor & Francis, e o editor-chefe é o Dr. John Elia, professor associado do *Department of Health Education* da *San Francisco State University.* Segundo a *Journal Citation Reports*, possui fator de impacto 0,590 e um índice de imediaticidade 0,148. A primeira seção contém artigos temáticos e, por vezes, de interesse geral. A segunda seção é dedicada a resenhas de livros e a terceira seção é uma bibliografia anotada de referências selecionadas pela sua importância para a investigação sobre a sexualidade humana, preferência sexual, sexo e papéis sociais. A seção utilizada na pesquisa foi a primeira e os termos identificados foram sobre homossexualidade masculina, excluindo-se àqueles sobre outros aspectos que resultariam em um aumento de domínio e, por conseqüência, um prejuízo na análise. Essa parte do *corpus* da pesquisa versou sobre os artigos publicados entre os anos de 2005 a 2009, o que corresponde aos volumes de número 48 a 56, em um total de 279 artigos.

Desses artigos foram extraídas palavras-chave, a partir das quais foram identificados os termos (quadro 1), cotejados, por sua vez, com as três linguagens de indexação brasileiras para diagnosticar como essa área de conhecimento será representada, identificando sua especificidade ou generalidade.

TERMOS	**Incidência**
Amor homoerótico	1
Armário (Closet)	2
Assumir-se	3
Atitudes anti-gay	2
Atitudes de apoio à homossexualidade	12
Ativismo gay	3
Bares gays	2
BDSM	7
Bispos gays	2
Bissexual	17
Bissexualidade	5
Casamento gay	20

Comunidade gay	3
Coro gay	1
Couro (Leather)	6
Crossdresser	1
Cruising	1
Direitos gays	5
Drag Queen	1
Estereótipo	9
Estigma	5
Estudos gays	3
Estudos LGBT	2
Estupro masculino	2
Fag hag (mulher amiga do gay)	1
Família adotiva gay	5
Frango (homem jovem)	1
Gay	50
GLBT	1
Homens gays	40
Homoerotismo	4
Homofobia	32
Homonegatividade	4
Homossexual	13
Homossexualidade	57
Identidade de gênero	12
Identidade gay	15
Imagem dos homossexuais	4
Intersexo	3
Inversão de gênero	3
LGBT	1
Linguagem homofóbica	1
Masculinidade	8
Masoquismo	2
Movimento gay	3
"Não pergunte, não fale"[59]	2
Orientação sexual	15
Pederastia	4
Pedofilia	6
Política gay	6
Preconceito anti-gay	10
Preconceito sexual	10
Prostituição masculina	6
Relacionamento romântico entre o mesmo sexo	10
Sadomasoquismo	16
Sexualidade	16
Sodomia	2

[59] *"Don't ask, don't tell",* termo usado em artigos de temática militar.

Subcultura gay	4
Teoria Queer	23
Trabalho sexual masculino	11
Transexual	4
Transexualidade	1
Transgênero	15
Travesti	2
União civil gay	5
Urso (Bear)	1
Total	**544**

Quadro 1: Termos da *Journal of Homosexuality* 2005-2009.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A revista científica *Sexualities* é de alcance internacional e se estabeleceu como uma fonte de pesquisa e de publicação de artigos no âmbito dos estudos sobre a sexualidade humana. Nesse sentido, o escopo da revista, através de uma perspectiva interdisciplinar, cobre as áreas de Ciências Sociais, História Cultural, Antropologia Cultural, bem como, os estudos de gênero, feminismo e os estudos sobre *gays* e lésbicas.

Sexualities possui uma freqüência de 6 fascículos por ano e é publicada pela SAGE e o editor-chefe é Ken Plummer, professor da *University of Essex*, no Reino Unido. Por não estar inserida na *Journal Citation Reports*, não foi possível vislumbrar o seu fator de impacto e nem o seu índice de imediaticidade. Essa segunda parte do *corpus* da pesquisa versou sobre os artigos publicados entre os anos de 2005 a 2009, o que corresponde aos volumes de número 8 a 12, em um total de 132 artigos. Dessa forma, a partir das palavras-chave dos artigos, chegou-se ao conjunto de termos destacados no quadro 2, a seguir.

TERMOS	Incidência
Anti-gay	1
Assumir-se	6
Barebacking (Sexo praticado sem preservativo)	2
Bissexualidade	2
Casamento gay	7
Dogging (Ato sexual em lugar público)	1
Efeminofobia	1
Estereótipo	1
Filmes gays	4
GLBT	1
Homens Gays	16
Homens que fazem sexo com homens	6
Homofobia	5
Homossexual	1

Homossexualidade	10
Homossocialidade	1
Identidade gay	3
Identidades queer	2
Intersexo	1
Masculinidade	17
Masoquismo	1
Militares gays	2
Movimento gay	2
Pais gays	1
Parceiros gays	1
Parceria civil	4
Política gay	1
Pornografia	10
Queer	11
Lolito (Dude)	1
Sadismo	1
Sadomasoquismo	2
Saunas gays	1
Sexo em instalações públicas	1
Sexualidade	31
Teoria Queer	3
Transexualismo	4
Transgênero	5
Transexual	2
Total	**172**

Quadro 2: Termos da *Sexualities* 2005-2009.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A *Journal of Gay & Lesbian Mental Health* é um canal de comunicação científica interdisciplinar que agrega os profissionais e pesquisadores da área de saúde mental de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros etc., publicando artigos, revisões, casos clínicos e revisões críticas dessa literatura. Essa revista trimestral cobre questões como psicoterapia, problemas de saúde mental, diversidade e as necessidades da comunidade de *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros etc. Dessa maneira, procura abordar questões da fase da vida e seus efeitos sobre a saúde mental como, por exemplo, o envelhecimento, a adolescência, problemas médicos e seu impacto nesse público-alvo de estudo, envolvendo profissionais como psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros entre outros da área de saúde.

A revista possui uma freqüência de 4 fascículos por ano e é publicada pela Routledge da Taylor & Francis Group e os seus editores-chefes são Mary E. Barber,

professora assistente de Psiquiatria Clínica da *Columbia College of Physicians and Surgeons,* e Alan Schwartz do *William Alanson White Psychoanalytic Institute.*

Por não estar inserida na *Journal Citation Reports*, não foi possível vislumbrar o seu fator de impacto e nem o seu índice de imediaticidade. Essa terceira parte do *corpus* da pesquisa versou sobre os artigos publicados entre os anos de 2005 a 2009, o que corresponde aos volumes de número 09 a 13, em um total de 108 artigos. Dessa forma, a partir das palavras-chave dos artigos, chegou-se ao conjunto de termos destacados no quadro 3, a seguir.

TERMOS	**Incidência**
Anti-homossexualidade	1
Armário (Closet)	7
Assumir-se	7
Bareback (Sexo sem preservativo)	2
Bissexual	22
Bissexualidade	4
Casamento gay	3
Desenvolvimento da identidade gay	1
Direitos gays	20
Dois espíritos	1
Efeminação	1
Estereótipo	1
Estigma	7
Gay	63
Homens que fazem sexo com homens	10
Homoerotismo	1
Homofobia	15
Homonegatividade	1
Homossexual	5
Homossexualidade	55
Identidade de gênero	14
Intersexo	4
Intersexualidade	1
LGBT	2
Não pergunte, não fale	1
Orientação sexual	18
Parentalidade gay	15
Psicologia LGBT	4
Queer	1
Relacionamento gay	3
Sexualidade	5
Transexual	10
Transexualismo	1
Transgênero	21

Total	**327**

Quadro 3: Termos da *Journal of Gay & Lesbian Mental Health* 2005-2009.
Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2 Linguagens de Indexação Utilizadas

As linguagens de indexação brasileiras utilizadas para a 'operação de tradução' do *corpus* analisado foram: o Vocabulário Controlado Básico do Senado Federal, o Vocabulário Controlado da USP – Universidade de São Paulo e a Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional, que estão disponíveis publicamente pela internet através dos endereços, respectivamente:

http://webthes.senado.gov.br/thes/default-vcbs.htm

http://143.107.73.99/Vocab/SIBIX652.dll/Index

http://www.bn.br/site/pages/catalogos/terminologiaAssuntos/content.htm

A escolha da primeira se deu pelo fato de que o Vocabulário Controlado Básico é utilizado para a indexação dos registros bibliográficos da rede de bibliotecas coordenada pela Biblioteca do Senado Federal, originando-se de tipos de literaturas diferentes pertencentes às bibliotecas da rede, cujos acervos variam de especialização.

A escolha da segunda se deu por ser uma produção nacional emanada dos acervos de tal universidade (39 bibliotecas da USP que pertencem ao Sistema Integrado de Bibliotecas), que representa uma parte da produção nacional e reflete o trabalho de profissionais brasileiros. A escolha da terceira foi motivada por ter como base a LCSH, entretanto não se trata de uma tradução fiel, uma vez que os ajustes são elaborados pela Coordenadoria de Serviços Bibliográficos da Biblioteca Nacional, bem como determinadas terminologias, quando necessário, além disso, inúmeros assuntos têm tratamento muito diferenciado na realidade brasileira em relação à norte-americana. Para tanto, o quadro 4, a seguir, mostra a caracterização de cada uma dessas linguagens de indexação.

	VCB	VCUSP	TAFBN
Estrutura	Linguagem de indexação	Linguagem de indexação	Linguagem de indexação
Gerenciamento	Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI (a partir de 2002). Secretaria de Biblioteca - Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho - Senado Federal - Brasília - Brasil	Departamento Técnico do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP com o apoio de bibliotecas e especialistas de áreas específicas	Tem-se como base a LCSH, contudo não se trata de uma tradução fiel já que inúmeros assuntos têm tratamento muito diferenciado na realidade brasileira em relação à norte-americana. Os ajustes são elaborados pela Coordenadoria de Serviços Bibliográficos da Biblioteca Nacional, bem como por determinadas terminologias, quando necessário.
Data de criação	1980	A Lista de Assuntos USP contava inicialmente com cerca de 8.000 entradas. Entre 1988 e 1989 foram incluídos novos termos à lista, totalizando 8.300 cabeçalhos autorizados	Em 1990 começou a ser criada fora do padrão MARC em base de dados MICROISIS. Em 1997, migrou-se para a plataforma de software adquirida pela BN e fez-se a conversão dos dados para o formato MARC
Local a que se destina originalmente	- Advocacia Geral da União. Coordenação de documentação e biblioteca. Biblioteca Teixeira de Freitas. - Câmara dos Deputados. Centro de documentação e informação. Coordenação de biblioteca. - Câmara Legislativa do Distrito Federal. - Ministério da Justiça. Coordenação de documentação e biblioteca. Divisão de biblioteca. - Ministério do trabalho e emprego. Coordenação de documentação e informação. - Procuradoria Geral da República. Coordenadoria de documentação e biblioteca. - Senado Federal. Secretaria especial de informática do senado federal. Prodasen. Biblioteca técnica. - Senado Federal. Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.	39 bibliotecas da Universidade de São Paulo (Sistema Integrado de Bibliotecas da USP) - São Paulo - Brasil	Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro - Brasil

	- Superior Tribunal de Justiça. Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. - Superior Tribunal Militar. Diretoria de documentação e divulgação. Biblioteca. - Supremo Tribunal Federal. Secretaria de documentação. Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal. - Tribunal de Contas da União. Biblioteca Ministro Ruben Rosa. - Tribunal de Contas do Distrito Federal. Biblioteca Cyro dos Anjos. - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Biblioteca Desemb. Antônio Mello Martins. - Tribunal Superior do Trabalho. Subsecretaria de documentação. Biblioteca Délio Maranhão		
Outras unidades que a utilizam	-	-	Várias unidades de informação como bibliotecas públicas e universitárias a utilizam para consulta e outras unidades consorciadas (Consórcio Eletrônico de Bibliotecas) a utilizam para *download* de registros. O *download* pode ser feito em formato .txt, ANSI, ISO e MARCXML
Período de atualização	Fluxo contínuo - o relatório de atualizações é disponibilizado no *site* da Biblioteca do Senado	Fluxo contínuo - o relatório de atualizações é disponibilizado no *site* do VCUSP	Fluxo contínuo
Última atualização	11/2006	28/11/2008	-
Abrangência temática	Todos os campos do conhecimento científico, com destaque para as Ciências Sociais e Humanas e, neste campo, ênfase no Direito, refletindo as áreas de atuação das bibliotecas participantes da RVBI	Áreas do conhecimento inerentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade de São Paulo	Todos os campos do conhecimento
Áreas núcleos	- Administração pública	100 Ciências agrárias	-

	- Ciência e tecnologia - Ciência militar - Direito - Economia: Agricultura Indústria Pecuária Pesca Turismo - Fiscalização e controle das finanças públicas - História e geografia do Brasil - História militar do Brasil - Informática e processamento de dados - Infraestrutura: Assentamentos humanos Construção civil Energia e mineração (recursos) Habitação e urbanismo Obras públicas Recursos hídricos Saneamento Telecomunicações Transporte - Patrimônio histórico e artístico de Brasília - Política: Ciência política Defesa nacional Política e governo Relações exteriores - Sociologia - Questões sociais: Comunicação Educação, cultura e esporte Indigenismo Meio ambiente Previdência e assistência social/	200 Biociências 300 Ciências da saúde 400 Medicina veterinária e zootecnia 500 Ciências exatas 600 Ciências exatas aplicadas 700 Ciências humanas	

	Seguridade social Proteção social Saúde pública Silvicultura Trabalho e profissões		
Áreas periféricas	- Administração de empresas - Antropologia - Arquitetura - Artes - Astronomia - Biblioteconomia - Biografias - Biologia - Cartografia - Ciência da informação - Climatologia - Conhecimento - Contabilidade - Ecologia - Educação física - Engenharia - Estatística - Filosofia - Física - Genealogia - Geografia geral - Geologia - Hidrologia - História geral - Jornalismo - Línguas - Linguística - Literatura - Marketing - Matemática - Medicina - Meteorologia - Nutrição - Oceanografia	110 Agronomia 120 Engenharia de pesca 210 Biologia 220 botânica 230 Imunologia 240 Microbiologia 250 Zoologia 310 Educação física e esportes 320 Enfermagem 330 Medicina 340 Nutrição 350 Odontologia 360 Psicologia 370 Saúde pública 380 Farmácia e cosmetologia 390 Fonoaudiologia 410 Medicina veterinária 420 Zootecnia 510 Astronomia 520 Física 530 Geociências 540 Geofísica 550 Matemática 560 Química 610 Ciência da computação 620 Engenharia 630 Estatística e probabilidade 640 Meteorologia 710 Administração, economia, economia doméstica e contabilidade 720 Arqueologia, mitologia e pré-história 730 Arquitetura, planejamento	-

	- Pedologia - Psicologia - Publicidade - Química - Recursos naturais - Religião - Retórica	territorial urbano e habitação 740 Artes e comunicações 750 Ciência da informação e museologia 760 Direito, filosofia, religião, ciências sociais e ciência militar 770 Educação, lazer e recreação 780 História geral, história do Brasil e geografia 790 Linguística, línguas, teoria literária e literaturas	
Número de descritores	Aproximadamente 9500 descritores	Assuntos gerais (30796) Geográfico e histórico (11432) Gênero e forma (43) Profissões e ocupações (1070) Qualificadores (575)	Catálogo: Terminologia de Assuntos (37949) Índices: Assunto tópico (128077) Assunto geográfico (20360) Subdivisões de assunto (2819) Nome como assunto (381) Título como assunto (377)
Compõe-se por	Lista auxiliar de nomes geográficos; Lista auxiliar de profissões e cargos; Lista auxiliar de doenças; Lista auxiliar de povos; Lista auxiliar de idiomas; Listas de especificadores	Lista geral alfabética; Lista geral sistemática (hierárquica); Tabela de qualificadores; Tabela de locais geográficos e históricos; Tabela de gênero e forma; Tabela de profissões e ocupações	Terminologia de Assuntos; Assunto tópico; Assunto geográfico; Subdivisões de assunto; Nome como assunto; Título como assunto
Relações entre conceitos e termos	Descritor; Não-descritor; Termo geral; Termo específico; Termo equivalente; Qualificador; Relação de equivalência; Relação de denominação; Relação hierárquica; Relação partitiva e associativa; Nota explicativa; Definição	Termo preferencial (sinônimo ou quase sinônimo foram mantidos como remissivas); Qualificador; Nota de escopo; Operador de equivalência (VER)	Descritor; Não-descritor; Termo geral; Termo específico; Termo equivalente; Qualificador; Relação de equivalência; Relação de denominação; Relação hierárquica; Nota explicativa; Definição
Disponível em	Meio eletrônico e virtual	Meio virtual	Meio virtual
Observações	Utilizam-se como documentos de	-	A área do Direito, por exemplo, tem sua terminologia

	apoio os esquemas de classificação: CDD e Classificação Decimal de Direito, especificamente para a área de Direito		adaptada ao direito brasileiro que segue a linha dos direitos de tradição romano-germânica diferentemente dos Estados Unidos que é um dos países que utiliza o sistema de *Common Law*. Além disso, as áreas da História e Geografia do Brasil e também vários campos, tais como: Botânica, Folclore, Zoologia e todos os que dizem respeito à realidade brasileira, têm sua terminologia adaptada

Quadro 4: Caracterização das linguagens de indexação

Fonte: Elaborado pelo autor.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os extratos das linguagens de indexação brasileiras utilizadas na pesquisa, bem como a indexação e a comparação dos termos extraídos das revistas e essas linguagens, trazendo consigo uma abordagem qualitativa e indutiva. Os termos extraídos das revistas foram comparados às linguagens de indexação com intuito de diagnosticar a especificidade da temática no âmbito do instrumento. Logo em seguida, fez-se uma análise para identificar a adequação dos termos junto às linguagens com base na literatura apresentada anteriormente.

6.1 Vocabulário Controlado Básico do Senado Federal

Descritor	Homossexualismo
Não Use	**Homossexualidade** -- NÃO AUTORIZADO
Termo específico	Homossexualismo masculino
	Lesbianismo
Termo relacionado	Comportamento sexual
	Homofobia
	Sexualidade

Descritor	Homofobia
Não Use	Discriminação a homossexuais -- NÃO AUTORIZADO
	Discriminação ao **homossexualismo** -- NÃO AUTORIZADO
	Discriminação por orientação sexual -- NÃO AUTORIZADO
	Homossexual, discriminação -- NÃO AUTORIZADO
	Homossexualismo, discriminação -- NÃO AUTORIZADO
Termo relacionado	Discriminação
	Lesbianismo
	Homossexualismo
	Homossexualismo masculino
Definição	Rejeição ou aversão a homossexual e a homossexualidade (DICIONÁRIO Houaiss).

Descritor	Sexualidade
Termo relacionado	Educação sexual
	Homossexualismo
	Sexologia

Descritor	**Homossexualismo** masculino
Termo geral	Homossexualismo
Termo relacionado	Homofobia
	Lesbianismo

Descritor	Comportamento sexual
Não Use	Costumes sexuais -- NÃO AUTORIZADO
Termo geral	Comportamento humano
Termo relacionado	Abuso sexual
	Assédio sexual

Educação sexual
Ética sexual
Homossexualismo
Prostituição
Relação sexual
Sexo

Nota explicativa Usar, também, como especificador subordinado a categorias de pessoas. Ex.: Soldado, comportamento sexual.

6.2 Vocabulário Controlado de Assunto da USP

CB360 - PSICOLOGIA
CB360.3 - ETOLOGIA HUMANA
CB360.3.1 - COMPORTAMENTO
CB360.3.1.13 - COMPORTAMENTO PSICOSSEXUAL <==
CB360.3.1.13.1 - BISSEXUALIDADE
CB360.3.1.13.2 - COMPORTAMENTO DE CÔRTE (HUMANO)
CB360.3.1.13.3 - DISTÚRBIOS DA FUNÇÃO SEXUAL
CB360.3.1.13.4 - EXCITAÇÃO SEXUAL
CB360.3.1.13.5 - HOMOSSEXUALIDADE
CB360.3.1.13.6 - MASTURBAÇÃO
CB360.3.1.13.7 - ORGASMO
CB360.3.1.13.8 - PAPÉIS SEXUAIS
CB360.3.1.13.9 - PROMISCUIDADE
CB360.3.1.13.10 - PROSTITUIÇÃO
CB360.3.1.13.11 - RELAÇÃO SEXUAL
CB360.3.1.13.12 - RELAÇÃO SEXUAL PRÉ-CONJUGAL
CB360.3.1.13.13 - SEDUÇÃO
CB360.3.1.13.14 - TRANSEXUALISMO
CB360.3.1.13.15 - TRAVESTISMO
CB360.3.1.13.16 - VIRGINDADE
CB360.3.1.13.17 - PORNOGRAFIA
CB360.3.1.13.18 - HETEROSSEXUALIDADE
CB360.3.1.13.19 - HIPERSEXUALIDADE
HOMOSSEXUALISMO ver HOMOSSEXUALIDADE

CB360 - PSICOLOGIA
CB360.9 - PSICOLOGIA APLICADA
CB360.9.18 - PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO
CB360.9.18.1 - DESENVOLVIMENTO HUMANO
CB360.9.18.1.13 - PSICOGÊNESE
CB360.9.18.1.13.2 - DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL
CB360.9.18.1.13.2.3 - DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL
CB360.9.18.1.13.2.3.2 - IDENTIDADE SEXUAL

CB360 - PSICOLOGIA
CB360.2 - DISTÚRBIOS PSICOLÓGICOS
CB360.2.10 - TRANSTORNOS DA ANSIEDADE
CB360.2.10.3 - FOBIAS
CB360.2.10.3.4 - HOMOFOBIA <==

CH741 - ARTES
CH741.2 - ARTES DO ESPETÁCULO
CH741.2.2 - REPRESENTAÇÃO

CH741.2.2.6 - PERSONAGENS
CH741.2.2.6.44 - HOMOSSEXUAIS <==

BISSEXUALIDADE
BISSEXUALIDADE (MASCULINO) AMÉRICA LATINA; CARIBE
HOMOFOBIA
HOMOSSEXUAIS (ASPECTOS LEGAIS)
HOMOSSEXUAIS (ASPECTOS LEGAIS) ESTADOS UNIDOS
HOMOSSEXUAIS (ASPECTOS POLÍTICOS)
HOMOSSEXUAIS BRASIL
HOMOSSEXUAIS (EDUCAÇÃO) SÃO PAULO
HOMOSSEXUAIS (MASCULINO)
HOMOSSEXUAIS NEW YORK (NY)
HOMOSSEXUAIS (PSICOLOGIA)
HOMOSSEXUAIS SÃO PAULO
HOMOSSEXUAIS (SOCIOLOGIA) SÃO PAULO (SP); RIO DE JANEIRO (RJ)
HOMOSSEXUALIDADE
HOMOSSEXUALIDADE 1919-1931 MONTEVIDÉU
HOMOSSEXUALIDADE AMÉRICA LATINA
HOMOSSEXUALIDADE (ASPECTOS LEGAIS) ESTADOS UNIDOS
HOMOSSEXUALIDADE (ASPECTOS RELIGIOSOS)
HOMOSSEXUALIDADE (ASPECTOS RELIGIOSOS) ORIENTE MÉDIO
HOMOSSEXUALIDADE (ASPECTOS SOCIAIS)
HOMOSSEXUALIDADE (ASPECTOS SOCIAIS; ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS)
HOMOSSEXUALIDADE (ASPECTOS SOCIAIS; ASPECTOS POLÍTICOS) SÃO PAULO (SP)
HOMOSSEXUALIDADE BRASIL
HOMOSSEXUALIDADE (COMENTÁRIOS) BRASIL
HOMOSSEXUALIDADE (CONGRESSOS)
HOMOSSEXUALIDADE (CRÍTICA)
HOMOSSEXUALIDADE (DISCRIMINAÇÃO)
HOMOSSEXUALIDADE (EDUCAÇÃO)
HOMOSSEXUALIDADE (ESTADO DA ARTE)
HOMOSSEXUALIDADE (FEMININO)
HOMOSSEXUALIDADE (FILOSOFIA)
HOMOSSEXUALIDADE (HISTÓRIA; ASPECTOS SOCIAIS) ESTADOS UNIDOS
HOMOSSEXUALIDADE (HISTÓRIA) BRASIL
HOMOSSEXUALIDADE (HISTÓRIA) EUROPA
HOMOSSEXUALIDADE (HISTÓRIA) GRÉCIA
HOMOSSEXUALIDADE (HISTÓRIA) PORTUGAL
HOMOSSEXUALIDADE (HISTÓRIA) RIO DE JANEIRO (RJ)
HOMOSSEXUALIDADE JAPÃO
HOMOSSEXUALIDADE (MASCULINO)
HOMOSSEXUALIDADE (MASCULINO) AMÉRICA LATINA; CARIBE
HOMOSSEXUALIDADE (MASCULINO; ASPECTOS PSICOLÓGICOS)
HOMOSSEXUALIDADE (MASCULINO) BRASIL
HOMOSSEXUALIDADE (MASCULINO) SÃO PAULO
HOMOSSEXUALIDADE (PEÇA DE TEATRO) SÃO PAULO
HOMOSSEXUALIDADE (PSICOLOGIA)
HOMOSSEXUALIDADE (REPRESENTAÇÃO)
HOMOSSEXUALIDADE ROMA ANTIGA
HOMOSSEXUALIDADE SÃO PAULO
HOMOSSEXUALIDADE SÃO PAULO (SP)
HOMOSSEXUALIDADE SÃO PAULO (SP)
HOMOSSEXUALIDADE SÉCULO 20 BRASIL
HOMOSSEXUALIDADE SÉCULO 20 SÃO PAULO
HOMOSSEXUALIDADE (SOCIEDADE) GRÉCIA ANTIGA
HOMOSSEXUALIDADE (SOCIOLOGIA) BRASIL
HOMOSSEXUALIDADE (SOCIOLOGIA) ITÁLIA

HOMOSSEXUALISMO See HOMOSSEXUALIDADE
IDENTIDADE SEXUAL
IDENTIDADE SEXUAL (ASPECTOS SOCIAIS)
IDENTIDADE SEXUAL (ASPECTOS SOCIAIS; ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS)
IDENTIDADE SEXUAL (EDUCAÇÃO)
IDENTIDADE SEXUAL FRANÇA
IDENTIDADE SEXUAL (PSICOLOGIA)
TRAVESTIS
TRAVESTISMO
TRAVESTISMO (PSICOLOGIA) ESTADOS UNIDOS
TRAVESTISMO RIO DE JANEIRO (RJ)

6.3 Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional

Adoção por homossexuais
eng LC Gay adoption
⊗ UP Adoção por gays
⊗ UP Adoção por lésbicas
⊗ UP Lesbian adoption
⊗ UP Same-sex adoption
⊟ TG Adoção
nota Q Usado para obras que tratam da acolhida legal, em caráter irrevogável, pela qual homossexuais perfilham o filho alheio passando a ter seu pátrio poder.
V LCSH

Atores e atrizes homossexuais de cinema
eng LC Gay motion picture actors and actresses
⊟ TG Atores e atrizes de cinema
V LCSH

Casamento entre homossexuais
eng LC Same-sex marriage
⊗ UP Casamento entre gays
⊗ UP Casamento entre lésbicas
⊗ UP Gay marriage
⊗ UP Homosexual marriage
⊗ UP Lesbian marriage
⊗ UP Same-sex unions
⊟ TG Casamento
V LCSH

Companheiros homossexuais
eng LC Gay couples
⊗ UP Casais homossexuais
⊗ UP Domestic partners
⊗ UP Homosexual couples
⊟ TG Companheiros
V LCSH

Crime contra os homossexuais masculinos
⊗ UP Crime contra os gays
⊗ UP Gay men -Crimes against
⊗ UP Homossexuais masculinos -Crime contra
V FBN

Críticos homossexuais
eng LC Gay critics
TG Críticos
V LCSH

Direitos dos homossexuais
eng LC Gay rights
UP Direitos das lésbicas
UP Gay and lesbians rights
UP Gay men -Civil rights
UP Gays -Civil rights
UP Homossexuais -Direitos civis
UP Lesbian rights
UP Lesbians -Civil rights
UP Lésbicas -Direitos civis
UP Rights of gays
UP Rights of lesbians
TG Direitos fundamentais
V LCSH

Diretores e produtores homossexuais de cinema
eng LC Gay motion picture producers and directors
TG Diretores e produtores
V LCSH

Educação sexual para homossexuais masculinos
eng LC Sex instruction for gay men
UP Homossexuais masculinos -Educação sexual
UP Sex instruction for homosexual men
TG Homossexuais masculinos
V LCSH

Escritos de homossexuais
eng LC Gay's writings
UP Homosexuals' writings
UP Textos escritos por homosseuxuais
UP Writings of gays
UP Writings of homosexuals
TG Literatura
V LCSH

Escritos de homossexuais latino-americanos
eng LC Gays' writings, Latin American
UP Homosexuals' writings, Latin American
UP Latin American gay's writings
TG Literatura latino-americana
V LCSH

Homens bissexuais
eng LC Bisexuals men
UP Bissexuais masculinos
UP Male bisexuals
UP Men bisexuals
TG Homens
V LCSH

Homofobia
eng LC Homophobia
UP Anti-gay bias
UP Anti-homossexual bias

⊗ UP Discriminação aos homossexuais
⊗ UP Discrimination against gays
⊗ UP Homossexuais -Discriminação
⊗ UP Sexual orientation discrimination
⊟ TG Discriminação
⊟ TG Fobias
nota Usado para obras que tratam das atividades discriminatórias e atitudes de aversão dos heterossexuais aos homossexuais.
LCSH

Homossexuais
eng LC Gays
⊗ UP Gay people
⊗ UP Gay persons
⊗ UP Homosexuals
⊞ TE Homossexuais cristãos
⊞ TE Homossexuais masculinos
⊞ TE Lésbicas
⊞ TE Obras da Igreja junto aos homossexuais
⊞ TE Ordenação de homossexuais
⊞ TE Pais de homossexuais
⊟ TG Minorias sexuais
⊟ TG Pessoas
⊗ VT Também a subdivisão - Homossexuais sob nomes de serviços militares.
LCSH

Homossexuais como consumidores
eng LC Gay consumers
⊟ TG Consumidores
LCSH

Homossexuais cristãos
eng LC Christian gays
⊗ UP Cristãos homossexuais
⊗ UP Gay Christians
⊟ TG Homossexuais
LCSH

Homossexuais masculinos
eng LC Gay men
⊗ UP Gays, Male
⊗ UP Homosexuals, Male
⊗ UP Male gays
⊗ UP Urnings
⊞ TE Educação sexual para homossexuais masculinos
⊞ TE Pais de homossexuais
⊟ TG Homens
⊟ TG Homossexuais
LCSH

Homossexuais masculinos - Identidade
eng LC Gay men - Identity -
⊟ TG Identidade (Psicologia)
LCSH

Homossexuais masculinos - Linguagem
eng LC Gay men - Language -
LCSH

Homossexuais nas forças armadas

eng LC Gays in the military -
⊗ UP Gay Armed Forces members -
⊗ UP Gay soldiers -
⊗ UP Gays in military service -
⊗ UP Gays in the Armed Forces -
⊗ UP Gays nas forças armadas -
⊗ UP Gays no serviço militar -
⊗ UP Homossexuais no serviço militar -
⊗ UP Soldados homossexuais -
⊟ TG Forças armadas
⊗ VT Também a subdivisão - Homossexuais sob serviços militares
V LCSH

Homossexualismo
eng LC Homosexuality
⊞ TE Homossexualismo masculino
⊞ TE Lesbianismo
⊟ TG Orientação sexual
⇔ TR Bissexualidade
⊞ TE Psicanálise e homossexualismo
⊞ TE Astrologia e homossexualismo
V LCSH

Homossexualismo - Estudo e ensino
eng LC Gay and lesbian studies
⊗ UP Gay men -Study and teaching
⊗ UP Gay studies
⊗ UP Gays -Estudo e ensino
⊗ UP Gays -Study and teaching
⊗ UP Homophile studies
⊗ UP Homosexuality -Study and teaching
⊗ UP Homosexuality, Male -Study and teaching
⊗ UP Homossexualidade -Estudo e ensino
⊗ UP Lesbian and gay studies
⊗ UP Lesbian studies
⊗ UP Lesbianism -Study and teaching
⊗ UP Lesbianismo -Estudo e ensino
⊗ UP Lesbians -Study and teaching
⊟ TG Currículos
V LCSH

Homossexualidade assumida
eng LC Coming out (Sexual orientation)
⊗ UP Coming out (Sexual identity)
⊗ UP Identidade sexual assumida
V LCSH

Identidade de gênero
eng LC Gender identity
⊗ UP Identidade sexual
⊗ UP Sex identity (Gender identity)
⊗ UP Sexual identity (Gender identity)
⊟ TG Identidade (Psicologia)
⊟ TG Sexo (Psicologia)
⇔ TR Teoria Queer
nota Q Usado para obras que tratam do conceito que uma pessoa tem de si mesma de ser masculino, feminino ou ambivalente, baseado em parte, em características físicas, respostas dos pais e pressões psicológica e social.
V LCSH

Jovens homossexuais

eng LC Gay youth
TG Juventude
V LCSH

Lésbicas
eng LC Lesbians
UP Female homosexuals
UP Gay women
UP Gays, Female
UP Homosexuals, Female
UP Women, Gay
UP Women homosexuals
UP Mulheres homosexuais
TE Educação sexual para lésbicas
TE Judias lésbicas
TG Homosexuais
TG Mulheres
V LCSH

Literatura homoerótica
eng LC Gay erotic literature
UP Homoerotic literature
TG Literatura erótica
V LCSH

Movimento de Libertação Gay
eng LC Gay liberation movement
UP Gay and lesbian liberation movement
UP Gay and lesbian movement
UP Gay and lesbian right movement
UP Gay lib
UP Gay movement
UP Gay rights movement
UP Homophile movement
UP Homosexual liberation movement
UP Homosexual movement
UP Homosexual rights movement
UP Lesbian liberation movement
UP Lesbian rights movement
UP Movimento de libertação dos gays e lésbicas
UP Movimento de libertação dos homossexuais
UP Movimento dos direitos dos homossexuais
TG Movimentos sociais
V LCSH
V www.esquerda.net/index.php?option=com_contet&task=view&id=3218&itemid=64
V www.br.geocities.com/clubesafobrasil/orgulhogay.html

Ordenação de homossexuais - Igreja Batista, [Igreja Católica, etc.]
eng LC Ordination of gay - Baptists, [Catholic Church, etc.] -
V LCSH

Minorias sexuais
eng LC Sexual minorities -
UP Gender minorities -
UP GLBT people -
UP GLBTQ people
UP LBG people
UP Lesbigay people
UP LGBT people
UP LGBTQ people

⊗ UP Non-heterosexual people
⊗ UP Non-heterosexuals
⊗ UP Sexual dissidents
⊞ TE Homossexuais
⊞ TE Hermafroditas
⊟ TG Minorias
V LCSH

Pai homossexual
eng LC Gay fathers
⊟ TG Pai
V LCSH

Pais de homossexuais
eng LC Parents of gays
⊗ UP Parents of gay man
⊟ TG Homossexuais
⊟ TG Homossexuais masculinos
V LCSH

Teoria Queer
eng LC Queer theory
⇔ TR Identidade de gênero
V LCSH

6.4 Indexação dos Termos Obtidos e Comparação dos Resultados

Do *corpus* da pesquisa, ou seja, das três revistas científicas apresentadas anteriormente somaram-se 1705 termos[60] candidatos à indexação e, desse total, destacaram-se 93 termos que estão diretamente ligados ao universo homossexual masculino sonegando os demais por tratarem de questões que, de certa forma, ampliariam o universo pesquisado. No quadro 5, a seguir, os termos destacados foram comparados a três linguagens de indexação brasileiras.

	Termos	VCB Senado Federal	VCA USP	Terminologia FBN
1	Amor homoerótico	-	-	-
2 **3** **4**	Anti-gay Anti-homossexualidade Atitudes anti-gay	Homofobia	Homofobia Homossexualidade (Discriminação)	Homofobia
5	Armário (Closet)	-	-	-
6	Assumir-se	-	-	Homossexualidade assumida
7	Atitudes de apoio à homossexualidade	-	-	-
8	Ativismo gay	-	Homossexuais	Movimento de

[60] Destaca-se que esta soma não se confunde com a soma dos quadros 1, 2 e 3, porque neles trata-se da incidência dos termos.

			(aspectos políticos)	Libertação Gay
9	Bareback (Sexo sem preservativo)	Comportamento sexual	-	-
10	Bares gays	-	-	-
11	BDSM[61]	-	-	Sadomasoquismo
12	Bispos gays	-	-	Ordenação de homossexuais
13	Bissexual	-	-	Homens bissexuais
14	Bissexualidade	-	Bissexualidade	Bissexualidade
15	Casamento gay	-	União Civil de Pessoas do Mesmo Sexo	Casamento entre homossexuais
16	Comunidade gay	-	Homossexualidade (Aspectos sociais)	-
17	Coro gay	-	-	-
18	Couro (Leather)	-	-	-
19	Crossdresser	-	-	Travestis
20	Cruising[62] (Caçar)	-	-	-
21	Desenvolvimento da identidade gay	-	Homossexualidade (Psicologia)	Homossexuais masculinos - identidade
22	Direitos gays	-	Homossexuais (Aspectos legais)	Direitos dos homossexuais
23	Dogging[63] (Banheirão)	-	-	-
24	Dois espíritos[64]	-	-	-
25	Drag Queen	-	-	Travestis
26	Efeminação	-	-	-
27	Efeminofobia	-	-	-
28	Estereótipo	-	Estereótipos (Psicologia)	-
29	Estigma	-	Estigma	Estigma (Psicologia Social)
30	Estudos gays	-	-	Homossexualismo – Estudo e ensino
31	Estudos LGBT	-	-	Homossexualismo – Estudo e ensino
32	Estupro masculino	-	Estupro	Estupro
33	Fag hag (mulher amiga do gay)	-	-	-
34	Família adotiva gay	-	-	Adoção por homossexuais
35	Filmes gays	-	-	-
36	Frango[65] (Chicken)	-	-	Jovens homossexuais
37	Gay	Homossexualismo masculino	Homossexuais (masculino)	Homossexuais masculinos
38	GLBT	-	-	Minorias sexuais
39	Homens gays	Homossexualismo masculino	Homossexuais (masculino)	Homossexuais masculinos
40	Homens que fazem sexo com homens	Homossexualismo masculino	Homossexuais (masculino)	Homossexuais masculinos
41	Homoerotismo	-	-	-
42	Homofobia	Homofobia	Homofobia	Homofobia

[61] Sigla para a expressão Bondage, Disciplina, Sadismo e Masoquismo.
[62] Ato de dirigir-se até uma localidade em busca de um parceiro sexual.
[63] Ato sexual em lugar público.
[64] Termo originário de tribos ameríndias que desempenham vários papéis de gênero. Muito comum em tribos indígenas nativas americanas e canadenses. Atualmente, o termo é usado pelos homossexuais para descrever a si próprios e o papel que reivindicam.
[65] Homossexual masculino jovem.

			Homossexualidade (Discriminação)	
43	Homonegatividade	Homofobia	Homofobia Homossexualidade (Discriminação)	Homofobia
44	Homossexual	Homossexualismo masculino	Homossexuais (masculino)	Homossexuais Homossexuais masculinos
45	Homossexualidade	Homossexualismo masculino	Homossexualidade	Homossexualismo
46	Homossocialidade[66]	-	-	-
47	Identidade de gênero	-	Identidade sexual	Identidade de gênero
48	Identidade gay	-	-	Homossexuais masculinos - Identidade
49	Identidades queer	-	-	Teoria Queer
50	Imagem dos homossexuais	-	-	-
51	Intersexo	-	-	-
52	Intersexualidade	-	-	-
53	Inversão de gênero	-	-	-
54	LGBT	-	-	Minorias sexuais
55	Linguagem homofóbica	Homofobia	Homofobia	Homofobia
56	Lolito (Dude)	-	-	Jovens homossexuais
57	Masculinidade	Masculinidade (Psicologia)	Masculinidade	Masculinidade
58	Masoquismo	Masoquismo	Masoquismo	Masoquismo
59	Militares gays	-	-	Homossexuais nas forças armadas
60	Movimento gay	-	Homossexuais (aspectos políticos)	Movimento de Libertação Gay
61	Não pergunte, Não fale	-	-	-
62	Orientação sexual	-	Orientação sexual	Orientação sexual
63	Pais gays	-	-	Pai homossexual
64	Parceiros gays	-	-	Companheiros homossexuais
65	Parceria civil	-	-	Casamento entre homossexuais
66	Parentalidade gay	-	-	Pai homossexual
67	Pederastia	-	-	-
68	Pedofilia	-	Pedofilia	Pedofilia
69	Política gay	-	Homossexuais (aspectos políticos)	Movimento de Libertação Gay
70	Pornografia	Pornografia	Pornografia	Pornografia
71	Preconceito anti-gay	Homofobia	Homofobia	Homofobia
72	Preconceito sexual	Discriminação sexual	-	Discriminação de sexo
73	Prostituição masculina	Prostituição	Prostituição	Prostituição masculina
74	Psicologia LGBT	-	-	-
75	Queer	-	-	Teoria Queer
76	Relacionamento gay	-	-	-
77	Relacionamento romântico entre o mesmo sexo	-	-	-
78	Sadismo	Sadismo	Sadismo	Sadismo
79	Sadomasoquismo	-	Sadomasoquismo	Sadomasoquismo
80	Saunas gays	-	-	-

[66] Fortes laços de consenso entre os homens, que quando se erotizam dá-se lugar à homossexualidade.

81	Sexo em instalações públicas	-	-	-
82	Sexualidade	Sexualidade	Sexualidade	-
83	Sodomia	-	-	-
84	Subcultura gay	-	-	-
85	Teoria Queer	-	-	Teoria Queer
86	Trabalho sexual masculino	Prostituição	Prostituição	Prostituição masculina
87	Transexual	-	-	Transexuais
88	Transexualidade	-	Transexualismo	Transexualismo
89	Transexualismo	Transexualismo	Transexualismo	Transexualismo
90	Transgênero	-	-	-
91	Travesti	-	Travestis	Travestis
92	União civil gay	-	União Civil de Pessoas do Mesmo Sexo	Casamento entre homossexuais
93	Ursos (Bears)	-	-	-

Quadro 5: Termos extraídos do *corpus* pesquisado e comparados com as linguagens de indexação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o quadro comparativo, foi possível verificar que o Vocabulário Controlado Básico do Senado Federal foi receptivo para 22,58% (21) dos termos destacados; o Vocabulário Controlado da USP, por sua vez, conseguiu um índice de 40,86% (38) de incorporação dos termos e a Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional foi a que mais termos conseguiu abarcar, perfazendo um total de 63,44% (59).

Essa primeira análise sugere que linguagens de indexação analisadas ainda não possuem uma adequação e nem tampouco uma especificidade suficiente para a representação da temática em questão e isso não é somente pela baixa proporção com a qual conseguem "traduzir" ou normalizar os termos, mas também por alguns fatores que se verificam, discutidos a seguir.

Em primeiro momento, ressalta-se que a Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional está baseada na *Library of Congress Subject Heading* e esse é um fator primordial para entender porque essa linguagem abarcou mais termos que as outras. Como o *corpus* da pesquisa foi composto por termos oriundos de revistas científicas norte-americanas é fácil entender que a adaptação de uma linguagem de indexação dessa mesma cultura lingüística possa ser mais susceptível a uma indexação mais pertinente, entretanto, isso não ocorreu com a totalidade dos termos.

Acontece que, por vezes, a tradução dos termos para a cultura lingüística brasileira necessitou de adaptação, como foi o caso de *dude* para *lolito*, *dogging* para *banheirão*, *cruising* para *caçar* e *bareback* para *sexo sem proteção*. Contudo, destaca-se que *queer* e *hag fag* permaneceram sem tradução. Em comparação com as outras duas linguagens

o percentual foi baixo para a indexação e isso deve ser destacado quando se trabalha com a precisão na recuperação da informação.

Em relação ao termo *hag fag,* acrescenta-se que foram localizados sinônimos na literatura, tais como: *fruit fly*, *homo honey*, *fruit loop*, *Goldilocks*, *flame dame* e *fairy godmother.* Em contrapartida, se um homem possui amizade com um *gay* o termo identificado na literatura de confirmação foi *fag stag*. Todos esses termos estão envolvidos na problemática da tradução e conseqüente adaptação.

Em segundo momento, deve-se levar em consideração que, no contexto lingüístico norte-americano, o termo *gay* está livre da conotação pejorativa advinda do contexto médico-jurídico e por isso aceitável pela comunidade falante, inclusive, porque seu uso está intimamente ligado ao âmbito das lutas para reconhecimento dessa subcultura. Por sua vez, o termo *homosexual* carrega consigo, nessa ambiência lingüística norte-americana, toda a carga pejorativa advinda do contexto médico e, especialmente, por realizar uma distinção primária através da sexualidade. Os falantes da língua inglesa empregam com mais precisão o termo *gay* referindo-se a pessoas conscientes de sua orientação afetiva, emocional e sexual por pessoas do próprio sexo (BOSWELL, 1998, p. 66).

Além disso, Foucault (1999) acrescenta que a palavra *gay* contribui para uma avaliação positiva da homossexualidade e dos homossexuais e, dessa maneira, a idéia de uma cultura *gay* seria responsável pela criação de formas de relação mais significativas.

Contudo, no contexto brasileiro, ao contrário do norte-americano, o termo *gay* possui uma carga pejorativa e, nesse sentido, observa-se nas linguagens de indexação brasileiras a preferência pelo uso do termo homossexual ao invés de *gay*. Constata-se, mais especificamente no quadro 5, que o termo *gay* possui correspondente em *homossexuais masculinos* nas linguagens analisadas.

Verifica-se também, por exemplo, que dos termos destacados todos os substantivos que carregam consigo o termo *gay* como qualificativo, ou seja, como adjetivo, possuem correspondente na linguagem de indexação como homossexual ou não possuem correspondente. Vejam-se os termos: *Ativismo gay, Bares gays, Bispos gays, Casamento gay, Comunidade gay, Coro gay, Direitos gays, Estudos gays, Família adotiva gay, Filmes gays, Homens gays, Identidade gay, Militares gays, Movimento gay, Pais gays, Parentalidade gay, Política gay, Relacionamento gay, Saunas gays, Subcultura gay, União civil gay*. A exceção dos termos *Ativismo gay*, *Movimento gay* e *Política gay* todos os outros que encontraram termos correspondentes o fizeram de forma a substituir *gay* por homossexual. A exceção se deu porque o cabeçalho proposto pela Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca

Nacional foi por *Movimento de Libertação Gay*, preservando o adjetivo da linguagem de indexação norte-americana.

Com isso, percebe-se que não existe um entendimento em relação ao emprego do termo *gay* e do termo homossexual. Entende-se que no contexto brasileiro *gay* resulta em algo pejorativo, mas mesmo assim foi empregado. Ocorre que no contexto norte-americano o termo *gay* tem caráter eufemístico, diferentemente do contexto brasileiro onde esse mesmo termo possui caráter disfêmico e, dessa maneira, a tradução não carregou consigo esses aspectos das figuras de linguagem. Homossexual, no contexto lingüístico brasileiro, possui caráter ortofêmico. O multilingüísmo, enquanto um valor no âmbito da organização e representação do conhecimento, considera que deve haver um equivalente equânime nas linguagens de indexação multilíngües. Ora, se o termo é eufêmico deve-se considerar um correspondente eufêmico na outra língua amparada pela linguagem.

Nesse caso, o aspecto do politicamente correto interveio na condução de um termo para representar o conceito na linguagem de indexação brasileira. Como isso pode ser exemplificado? Mesmo não fazendo parte do *corpus* analisado, alguns termos encontrados durante o percurso da fundamentação teórica exemplificam bem a tradução de um termo disfêmico para outro correspondentemente disfêmico em outra língua, são alguns deles: *pansies* (bichas), *faggots* (viados) e *sissy* ou *cissy* (marica). Sugere-se, então, que no âmbito da sociabilidade encontra-se um correspondente disfêmico; entretanto, quando esse vocábulo passa pela literatura científica e, conseqüentemente, para uma linguagem de indexação através da garantia literária, ele sofre a influência do politicamente correto.

Outra questão considerada além do politicamente correto é que esses substantivos que carregam o adjetivo fazem parte de um conjunto de termos que não possuem um equivalente exato. O fato é que eles vivenciam um aspecto importante nas linguagens de indexação, a saber: a tensão constante entre o minoritário e o universalizante. Essa tensão, relatada por Campbell (2000) e Christensen (2008), trata da contradição de ver a definição de homossexual, por um lado, como um assunto importante para uma minoria homossexual (visão minoritária) e, por outro lado, como um assunto de importância determinante na vida das pessoas através do espectro das sexualidades (visão universalizante).

Nesse sentido, é necessário destacar que o assunto "homossexualidade masculina" está dividido entre dois aspectos nas linguagens de indexação: integrar-se com o todo universal ou separar-se em uma minoria visível. Esses dois aspectos podem ser resumidos a uma questão de se ter uma representação destacada ou sem destaque. A visão minoritária pede uma representação destacada, onde a terminologia e a estrutura da linguagem chamem a

atenção para a diferença, fazendo com que a parte distinga-se do todo. A visão universalizante, por sua vez, pede uma representação sem destaque, onde a terminologia e a estrutura da linguagem não chamem a atenção para as diferenças, enfatizando o todo unificado (CHRISTENSEN, 2008, p. 236).

Em um terceiro momento, percebe-se, contudo, que os termos destacados representam a especificidade com a qual a temática tem se desenvolvido. Isso pode ser percebido pela representatividade com a qual os termos não encontraram correspondentes nas três linguagens de indexação brasileiras, isto é, 29 termos ou 31,18% tenderiam a ter um termo mais geral para poder representá-los, perdendo em precisão.

Nesse aspecto, chama-se a atenção para os termos *Efeminação*, *Efeminofobia, Pederastia* e *Sodomia* que possuem ligação direta com a questão homossexual e, por vezes, um entendimento inadequado da questão às voltas pela discriminação. *Efeminação, Pederastia* e *Sodomia* resultaram em diversos termos de conotação pejorativa e, nesse sentido, entende-se que a presença deles em linguagens de indexação, com a respectiva explicação e direcionamento corretos, contribuirá para dirimir formulações incorretas sobre a questão, além de se destacar eticamente no processo de recuperação da informação pelo usuário.

Para isso, usa-se a estrutura para estabelecer políticas de análise ética estabelecida por Beghtol (2005, p. 910) onde no nível da descoberta é destacada a necessidade de avaliar a linguagem quanto aos preconceitos existentes e, em seguida, avaliar as representações a partir desses preconceitos. No caso em questão, percebe-se a nítida omissão quanto aos quatro termos, onde, uma possível contribuição seria a explicação dos conceitos e as relações necessárias para dirimir tal problemática ética.

Da mesma maneira ocorre com os termos *Amor homoerótico* e *Relacionamento romântico entre o mesmo sexo* que, de certa forma, podem ser considerados sinônimos e revelam um aspecto importante da homossexualidade até então relegada ao simples ato sexual entre duas pessoas do mesmo sexo. Representá-los em linguagens de indexação é uma possibilidade de realizar essa diferença do que foi entendimento anteriormente para o que é atualmente, perfazendo uma questão ética.

Salienta-se, então, o já discutido por Caro Castro e San Segundo Manuel (1999, p. 105) no sentido de que se faz necessário que comunidades discursivas marginalizadas sejam incluídas nas linguagens de indexação, abrangendo questões de cunho étnico, lingüístico, político, religioso, social, ideológico e econômico, por exemplo. Esses aspectos auxiliarão a essa comunidade discursiva minoritária na representação constante nas linguagens artificiais, permitindo um entendimento de como ela está estruturada. Nesse sentido, Milani (2010, p.

118) ressalta que, a linguagem de indexação reflete a sociedade que a utiliza e modificá-la a partir de uma pretensa exclusão de preconceitos ou incorreções seja de estrutura ou significados pode não mais refletir essa sociedade ou essa subcultura, refletindo apenas a materialização do politicamente correto. Por isso que as explicações da evolução dos conceitos, bem como, a forma como eles se relacionam, no âmbito da homossexualidade, é importante, porque isso refletirá a evolução com a qual a sociedade entende atualmente a homossexualidade, nesse caso a masculina.

Outro ponto de destaque é o do termo *Homossexualidade* que encontra respaldo em apenas uma linguagem de indexação – o Vocabulário Controlado de Assunto da USP - porque nas outras duas linguagens – Senado e Biblioteca Nacional – o termo correspondente encontrado é Homossexualismo. Interessante notar que o radical da palavra juntamente com o sufixo *–ismo* não é o preferido justamente por refletir uma posição que não é a entendida atualmente. Ressalta-se novamente que esse sufixo remete a uma posição científica que atrelou ao conceito a idéia de patologia e que hoje não é mais entendida como tal. Portanto, ocorre nesse caso um exemplo típico de problema ético que deve buscar soluções dentro da política de gestão da linguagem de indexação. Identificar e avaliar esse problema, bem como propor uma solução é função dos profissionais que gerenciam as linguagens e dos bibliotecários que estão à frente dessa área de representação.

Deve ser lembrado que aqui não é um caso de exclusão, mas de modificação e atualização do conceito, para que essa subcultura possa ser refletida pela linguagem de indexação. O fato é que quando se é a norma, ou seja, numa linguagem onde a heterossexualidade é a norma, não se nota ou não se tem consciência disso e, dessa maneira, quando se é tomado como norma num ambiente social não é necessário pensar sobre isso. Por outro lado, quando não se é a norma, ou seja, o caso da homossexualidade, não se tem o privilégio de não se notar o que se é, justamente, porque é marginal. Isso ocorre porque as linguagens de indexação refletem a visão de mundo do seu idealizador que, por sua vez, pode considerar a homossexualidade como um assunto marginal; entretanto, cabe ao profissional da informação procurar preservar, durante a indexação, os direitos humanos fundamentais.

Destacam-se, também, as siglas como termos candidatos à indexação – GLBT e LGBT – que em muitas linguagens possuem restrições quanto à sua incorporação. De qualquer forma, é salutar que elas façam parte da linguagem de indexação porque essas siglas refletem a identidade da subcultura estudada. O seu teor representativo carrega consigo uma gama de informações que, por vezes, podem auxiliar o usuário no entendimento da formação da identidade desse grupo. Essa sigla congrega as várias expressões da sexualidade que

compõe o universo homossexual – que não é homogêneo e que, por sua vez, busca reconhecimento junto à sociedade – são eles: *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, trangêneros e intersexo. A mudança e a ampliação dessa sigla demonstram a complexidade e a especificidade do assunto que não cabe e não se restringe apenas sob o rótulo de homossexualidade. Essa especificidade é substrato da precisão.

É perceptível que a terminologia, nesse contexto específico, é dinâmica e a mudança da sigla representativa do grupo é um exemplo disso. E é nessa sigla que se retoma a questão do termo *gay*. Ela é usada e reconhecida por movimentos políticos brasileiros, ela está presente na produção intelectual e discursiva dessa subcultura no contexto brasileiro que, assume a letra g como representativa de homossexuais masculinos, assume a letra g como inicial de *gay* e em nenhum momento ela é mudada para h (para homossexuais) ou, ainda, hm (homossexuais masculinos). Depara-se, então, com uma questão de identidade, mas que no contexto brasileiro perde o foco sob um rótulo geral – homossexualidade – que se presume representar o todo.

Sob esse aspecto, ressaltam-se os termos *Identidade de gênero, Identidade gay* e *Identidade queer* que podem auxiliar na explicação da formação da identidade do grupo e no âmbito da indexação, auxiliar na recuperação de informações específicas, ou seja, são importantes para explicar a homossexualidade.

A agregação de *Queer* e *Teoria Queer* reflete também essa mudança e busca por reconhecimento da identidade. Assim como *gay*, *queer* possui origem eufemística, mas que foi apropriado pelo grupo e, dessa maneira, teve seu significado alterado para dar visibilidade às várias identidades. O fato é que não cabe apenas uma discussão binária sobre a sexualidade porque os posicionamentos sobre gênero e sexo mudaram e se multiplicaram e que se tornou uma discussão fronteiriça.

Em um quarto momento, destacam-se as figuras de linguagens presentes como termos candidatos à indexação, são elas: *Armário, Assumir-se, Bareback, Couro, Cruising, Dogging, Dois espíritos, Fag hag, Frango, Lolito, Não pergunte, Não fale* e *Ursos.* A exceção de *Lolito* e *Frango* que encontraram respaldo na Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional, nenhum outro termo foi passível de inclusão na indexação. A hipótese mais provável é por serem considerados termos de cunho figurativo, o que é muito comum nessa comunidade discursiva. Obviamente que não é possível subverter as categorias das linguagens de indexação, mas nenhum dos termos retirados dos artigos científicos conseguiu especificidade nas linguagens analisadas.

As figuras de linguagem nessa comunidade discursiva contribuem para a construção da sua identidade, ou seja, as metáforas e os eufemismos, por exemplo, estabelecem relações entre as esferas de significação e, dessa forma, auxiliarão na construção da identidade desse grupo, ou seja, é no discurso dessa comunidade que essas figuras de linguagem ganham significados (ORRICO, 2001, 2006).

Cada um desses termos representa uma questão de cunho metafórico ou eufemístico, como por exemplo, *Armário* expressa a condição de um homossexual que não se assumiu publicamente para seus entes e amigos, condição essa muito comum quando da não aceitação da homossexualidade pela sociedade em geral. É uma metáfora para alguém que está escondido, trancado.

Assumir-se ou *Coming out* (em inglês) é uma metáfora para o ato de sair do armário, ou seja, assumir publicamente sua orientação sexual. *Bareback* não possui uma tradução para o português, pois sua tradução literal – cavalgar sem cela – apenas confundiria o sentido metafórico, assim, no contexto homossexual significa a prática sexual sem o uso de preservativo. *Bareback* é muito comum também como adjetivo, materializando-se, inclusive, em títulos de filmes justamente para alertar que a prática sexual contida naquela produção tem esse caráter específico.

Couro ou *Leather* (em inglês) é uma categoria dentro do grupo homossexual para congregar àqueles indivíduos que possuem afinidades com esse material durante a prática sexual ou, ainda, que se estimulam sexualmente com esse material. Então, para além do material é um termo que expressa um grupo de indivíduos.

Cruising e *Dogging*, ambos sem tradução, mas com significados eufemísticos. *Cruising* significa o ato de ir à busca de uma pessoa para práticas sexuais que, em português, também em sentido eufemístico seria "caçar". *Dogging* cujo sentido eufemístico significa a prática sexual em lugares públicos que, mesmo não possuindo um termo em português, o que mais se aproxima no universo homossexual e que também possui sentido eufemístico seria o "banheirão".

Dois espíritos, enquanto uma expressão eufemística, busca no âmbito da cultura ameríndia dar significado ao que se entenderia por homossexual, ou seja, uma pessoa que possui tanto o caráter masculino quanto o feminino.

Fag hag, por sua vez, longe de ter um significado em português (*fag* = viado, *hag* = bruxa), é um termo eufemístico que se refere a uma mulher que está em companhia constante de um homossexual masculino, seja por amizade ou relacionamento amoroso.

Frango e *Lolito,* respectivamente, *Chicken* e *Dude*, em inglês, se aproximam muito em seus significados, sendo o primeiro um eufemismo que designa um homossexual masculino jovem que, inclusive, é um termo muito usado de maneira pejorativa na região Nordeste do Brasil (Recife-PE, especificamente); e o segundo usado metaforicamente de forma a comparar o homossexual masculino jovem com a personagem do clássico romance do escritor russo Vladimir Nobokov. Assim, ambos buscam a referência de um homossexual masculino jovem através de figuras de linguagem e foram os únicos termos que encontraram um termo que mais se aproxima dessa significação.

Não pergunte, não fale (Don´t ask, don´t talk, em inglês) é uma expressão eufemística que designa o ato sexual entre homossexuais que pertencem ao círculo militar, e por isso, é considerada uma expressão exclusiva que reflete a necessidade de esconder e dissimular a relação homossexual nessa ambiência.

Ursos (*Bears*, em inglês), longe de se referir ao animal, pois se trata de um eufemismo que congrega homossexuais masculinos que possuem determinadas características físicas e, dessa forma, a busca por interesses comuns. Está no mesmo caminho de significação de *Couro*.

Como se pode perceber nessas figuras destacadas do *corpus* da pesquisa existem muitos termos metafóricos e eufemísticos que são utilizados pelos indivíduos dessa subcultura. Orrico (2001, 2006), em sua pesquisa, trabalha a questão da metáfora com o intuito de aumentar a precisão das respostas de uma demanda específica por informação e, para isso, é proposto um metafiltro cujo eixo norteador é o semântico, pois entende que o ser humano representa a si mesmo e o mundo usando metáforas. Nesse trabalho, a autora baseia-se em duas esferas fundamentais que é a do discurso e a da identidade, ou seja, é no discurso e através das figuras de linguagem que o grupo pode construir sua identidade, assim, a metáfora pode estabelecer relações de significação.

Segundo Orrico (2001, p. vi),

> conceber a metáfora como núcleo semântico capaz de recuperar informações implica admitir que um conjunto de representações metafóricas, bem como suas manifestações lingüísticas, faça parte do universo semântico-conceitual de uma comunidade discursiva, tendo em vista que é na troca interativa de discursos que os significados se constroem.

No universo homossexual os discursos são permeados por figuras de linguagens – metáforas e eufemismos – muitas vezes de caráter pejorativo – disfemismos – que foram apropriadas pelos próprios indivíduos para descaracterizá-las e assumir um novo significado.

Ignorar isso, seria ignorar a própria formação de identidade desse grupo e, por isso, deve ser um aspecto considerado pelos profissionais da informação no momento de representá-los. Essa apropriação de termos significa o entendimento de que o grupo é marginalizado e esse fator é combatido com uma nova interpretação do termo. Neste universo pesquisado destacam-se algumas dessas figuras de linguagem, entretanto, sugere-se que existam muitas outras.

A proposta de metafiltro realizada por Orrico (2001, p. 125) vem no intuito de solucionar a problemática que envolve a representação das metáforas porque leva em consideração a ambigüidade da linguagem, as necessidades dos usuários e os assuntos dos documentos. Tal proposta – para a área específica de Transportes – tem como condições fundamentais a Essência, a Função e o Modo, onde, a Essência corresponde à chave principal enquanto uma metáfora ontológica, seguida por um grupo de metáforas que representam a Função recebendo influência direta da Essência e, por último, uma função de realização que é o Modo.

Sob esse aspecto, Orrico (2001, p. 134) reconhece que,

> o uso de metáforas funcionaria em um plano meta-estrutural semântico que nortearia a organização de outros planos: o do item — que estabelece relação direta entre o termo e a inscrição-documental —; o do metaconceito — que congrega categorias de um conjunto de elementos correlatos —; e o do domínio — que delimita o campo e significação em que se situa a metáfora.

Nesse sentido, entende-se que as figuras de linguagem no âmbito do universo homossexual são importantes e podem configurar na representação do conhecimento realizada a partir desse domínio específico. Por isso, Orrico (2001, p. 84) destaca que,

> o que propomos, em última instância, é que as representações metafóricas sobre determinada área de conhecimento, como forma de o homem identificar o mundo, obedecem a algumas regras estabelecidas pela comunidade que com ela lida. Essas representações, portanto, 'obedecem' a regularidades que podem servir para organizar os conceitos da área.

No que tange aos termos destacados, em um quinto e último momento, destacam-se os termos que representam grupos específicos dentro do universo homossexual. Grupos que buscam suas identidades dentro do aspecto da homossexualidade masculina, que são: *BDSM, Couro, Drag Queen, Intersexo, Transexual, Transgênero, Travesti* e *Ursos*. Cada termo representa um agregado de indivíduos que possuem características que formam sua identidade dentro do grupo da homossexualidade masculina. *BDSM* (*Bondage*, Disciplina, Sadismo e

Masoquismo) reflete a escolha ou o estilo que duas ou mais pessoas usam para compartilhar suas experiências de dor e poder para criar tensões sexuais. Os demais termos foram explicados no capítulo sobre a homossexualidade.

Antes de finalizar a análise, observa-se que as revistas possuem um escopo definido, mas mesmo com esse direcionamento, e por mais interdisciplinares que sejam, proporcionaram, apesar da grande opção de atribuição dos termos realizada por meio dos autores, uma incidência de termos mais gerais. Explica-se: na revista *Sexualities* o termo com maior incidência foi *sexualidad*e, na revista *Journal of Homosexuality* o termo de maior incidência foi *homossexualidade* e no *Journal of Gay & Lesbian Mental Health* o termo de maior incidência foi *gay*. Presume-se, aqui, uma tentativa do autor de enquadrar seu artigo no âmbito do escopo da revista. Veja-se, por exemplo, através da tabela 1, uma comparação dos termos de maior incidência (≥ 10) encontrados nas revistas.

Tabela 1: Comparação dos termos de maior incidência nas revistas.

Journal of Homosexuality	**Inc.**	**Sexualities**	**Inc.**	**Journal of Gay & Lesbian Mental Health**	**Inc.**
Atitudes de apoio à homossexualidade	12	Homens gays	16	Bissexual	22
Bissexual	17	Homossexualidade	10	Direitos gays	20
Casamento gay	20	Masculinidade	17	Gay	63
Gay	50	Pornografia	10	Homens que fazem sexo com homens	10
Homens gays	40	Queer	11	Homofobia	15
Homofobia	32	Sexualidade	31	Homossexualidade	55
Homossexual	13			Identidade de gênero	14
Homossexualidade	57			Orientação sexual	18
Identidade de gênero	12			Parentalidade gay	15
Identidade gay	15			Transexual	10
Orientação sexual	15			Transgênero	21
Preconceito anti-gay	10				
Preconceito sexual	10				
Relacionamento romântico entre o mesmo sexo	10				
Sadomasoquismo	16				
Sexualidade	16				
Teoria Queer	23				
Trabalho sexual masculino	11				
Transgênero	15				

Ao final desta análise, tem-se como perspectiva que os termos destacados demonstrem, por meio das explicações e discussões havidas, que a especificidade na qual o domínio se encontra traz consigo uma importante necessidade de prover a precisão, não apenas por ser um valor ético, mas porque o profissional bibliotecário deve permear seu fazer nessa análise ética.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da modernidade, especificamente final do século XVIII, os princípios da organização e representação do conhecimento tornam-se mais arbitrários e, conseqüentemente, mais controladores da vida cotidiana do ser humano. Esse caráter arbitrário foi objeto de questionamento por parte de alguns ensaístas, justamente pela rigidez e impossibilidade de organizar todo o conhecimento.

O ensaísta e crítico argentino Jorge Luis Borges (1899-1986) traz em algumas de suas obras essa impossibilidade de descrever e inventariar todo o conhecimento e, nesse sentido, ironiza os métodos de organização e representação, revelando que o mundo, os saberes, o conhecimento não podem ser satisfatoriamente eficazes para dar conta de toda a segmentação inerente à sua produção. A produção do conhecimento é por si só múltipla e, dessa maneira, não pode ser segmentado rigidamente. Em seu conto a *Biblioteca de Babel* é descrito uma biblioteca de ordens e estruturas rígidas, entretanto, ele insere nela conhecimentos de todos os livros, ou seja, o autor cria um paradoxo, denunciando a impossibilidade de catálogos, inventários e índices de organizar o todo.

Em *Funes, o Memorioso* é a história de um rapaz cuja memória era infinita e, por isso, não consegue esquecer nada que ele havia presenciado e feito em seus mínimos detalhes. Entretanto, o personagem não consegue 'organizar' todas essas lembranças em sua memória. Em *O Aleph*, tem-se o personagem que observa tudo ao mesmo tempo de um local específico e passa a listar aquilo que consegue, entretanto, o resultado é uma lista incompleta devido à impossibilidade de descrever tudo o que foi visto na cena. Em *Tlön, Uqbar, Orbis Tertius* tem-se a intenção de produzir uma enciclopédia cujo objetivo era inventariar um mundo em seus diversos aspectos. Esses contos revelam que Borges ironiza essa tentativa de descrever, ordenar, listar e inventariar o todo devido à sua incompletude e precariedade.

Sob esse mesmo prisma, cita-se a obra do artista plástico brasileiro Arthur Bispo do Rosário (1911-1989), no sentido de aproximá-la do universo ficcional do escritor argentino Jorge Luis Borges. Pobre, negro e psicótico, Bispo passou meio século em um manicômio, onde se dedicou a compor o que chamava de "registros de minha passagem pela terra", ou seja, um inventário completo das coisas do mundo, o qual seria entregue a Deus no dia do "juízo final". Sobre suportes de madeira e papelão, passou a catalogar sapatos, botas, canecas, garrafas, latas, ferramentas, talheres, com extraordinário rigor formal, além de bordar listas minuciosas de palavras e imagens em panos e faixas, formando verdadeiros índices. Com esse

trabalho de enumerações e inventários, deixou uma obra ousada e criativa, que pode ser associada – resguardadas as óbvias diferenças – às catalogações e ordenações insólitas de Borges presentes, sobretudo nos contos *Funes, o Memorioso*, *Tlön, Uqbar, Orbis Tertius, O Aleph* e *A Biblioteca de Babel* (BORGES, 2007; 2008).

Ainda nessa linha, tem-se o escritor francês Georges Perec (1936-1982) cujas obras são permeadas por reflexões sobre a categorização. Em um dos seus romances *A vida: modo de usar*, o autor traz a possibilidade de descrever nos mínimos detalhes um edifício localizado no centro de Paris e essa descrição é tão minuciosa que cada andar, cada apartamento, cada objeto dentro dos apartamentos são relatados, tudo isso visando à possibilidade de contar a vida de cada pessoa que ali habita; entretanto, são tantos pormenores que as descrições são intermináveis. Em sua outra obra *Pensar/Clasificar* (Pensar/Classificar) algumas perguntas são apresentadas: como classifico aquilo que penso? E, como penso quando quero classificar? Nesse sentido, classificar é segmentar é rotular e essas atividades nunca são feitas de maneira neutra ou ingênua (PEREC, 2008; 2009).

O poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade que faleceu em 1987 também era muito afeito às lógicas organizacionais do mundo cotidiano e, por isso, se valeu de catálogos e listas com a finalidade memorialista, ou seja, contar a vida a partir desses instrumentos e inventários com viés memorialista.

Na tentativa de retomar as, por muitos, denominadas *classificações hegemônicas*, e de forma a ironizá-las, esses autores retomam as classificações do século XVIII, contribuindo para reconfigurar os modelos atuais através de seus conhecimentos híbridos, trans e pluridisciplinares. A indexação, por sua vez, surge atuando de forma flexível no viés científico, mas cujo uso não foi descartado em bibliotecas e unidades de informação mais gerais. Ao invés de ser geral, a indexação busca, por meio da especialização ou de domínios auxiliar na organização e na recuperação da informação. A indexação busca uma nova dinâmica para os registros do conhecimento que, por sua vez, resistem à cronologia e às categorias previsíveis. A indexação deve, assim, ser a materialização de uma dinâmica de natureza ética, um fazer cujos procedimentos, instrumentos e produtos são perpassados por um vasto e cambiante universo de valores, que devem ser sempre trazidos à tona, mormente quando as pontes (entre o conhecimento registrado e aqueles que se apropriarão desse conhecimento para gerarem outro) refletem universos culturalmente distintos. Desse modo, deve-se buscar, na prática profissional de indexador, permitir que os domínios trans e pluridisciplinar sejam recuperados de forma mais precisa, sem fazer de seus produtos – os índices – instrumentos disseminadores de preconceitos ou idéias errôneas.

Nesse sentido, a identificação de termos relativos à homossexualidade masculina tem implicações imediatas nos procedimentos de recuperação da informação e também na elaboração de linguagens de indexação, que são indispensáveis em trabalhos de implantação de bases de dados e na organização temática dos documentos, inclusive pelo reconhecimento da terminologia.

Além disso, a identificação da terminologia está diretamente relacionada à natureza e aos propósitos da comunidade discursiva. No caso desta pesquisa, as linguagens de indexação brasileiras analisadas não são suficientemente precisas em relação à representação da temática da homossexualidade masculina, especialmente porque tal assunto não está devidamente estruturado nessas linguagens. O fato é que a homossexualidade foi tratada pela sociedade de forma periférica, isto é, às margens e, por vezes, como desvio moral. Isso, de certa forma, reforça a visão que se tem sobre a essa comunidade discursiva ou subcultura. Nesse sentido, destaca-se a presença dos termos *sodomia* e *pederastia* relacionados, por diversos fatores, ao de *homossexualidade*; além disso, outros termos denotam o estereótipo do homossexual como, por exemplo, *efeminação*. Por isso, ao se reforçar essa visão, a linguagem de indexação tende a propagá-la e, portanto, passível de desvios dessa natureza.

Em relação aos termos *gay* e *homossexual*, apesar de o primeiro não ser preferido nas linguagens de indexação brasileiras, é usado e, dessa forma, contata-se uma incongruência. A falta de controle terminológico é percebida também quanto ao uso do qualificativo ‘pessoas do mesmo sexo’, entendido aqui como sinônimo para homossexuais. Entende-se, nesse caso, que a visão heterossexista interfere através do viés do politicamente correto, uma vez que homossexual possui caráter ortofêmico. Esse é um tipo de desvio ao qual foi referido durante o trabalho. De certa forma, entende-se que gay é uma das manifestações dos homossexuais, ou seja, no âmbito da representação é entendido como uma relação do tipo gênero/espécie.

Vislumbrou-se que alguns termos da temática analisada são figuras de linguagem que, por vezes, foram apropriadas pelo grupo e com seus significados reconsiderados como, por exemplo, *gay* e *queer,* significados esses que antes possuíam caráter pejorativo são tomados com outro sentido, no intuito de minimizar uma ambiência hostil. Dessa forma, não pode haver uma disvinculação dos campos discursivos daqueles que serão organizados, pois se entende que a utilização de figuras de linguagens também deve ser considerada no momento da organização e representação de determinada comunidade discursiva.

Os desvios ou preconceitos oriundos dessa representação precisam ser evitados ou, na sua impossibilidade, o usuário deve ser alertado de tal fato. Esse pode ser um possível

caminho para a democratização da organização e representação do conhecimento, no que se refere ao pressuposto da inclusão social, para que a pluridisciplinaridade dos assuntos seja considerada, através do reforço das notas explicativas e o destaque das relações associativas.

As traduções dos termos para o contexto brasileiro foram realizadas de forma a deixá-los mais próximos de seu significado no contexto norte-americano, em que pese o argumento de Schopenhauer (2009, p. 148-150) de que "não se encontra, para cada palavra de uma língua, um equivalente exato em todas as outras línguas. Portanto, nem todos os conceitos designados pelas palavras de uma língua são exatamente os mesmos que as palavras das outras expressam", para o *corpus* desta pesquisa buscou-se o que o filósofo designou de "uma aproximação do significado não de modo concêntrico, mas nas fronteiras nas quais o significado se encontra". Sob esse prisma, exemplifica-se com os termos *circle jerk*, *top* e *bottom*. Apesar desses termos não serem encontrados no *corpus* da pesquisa, foram detectados na literatura onde os demais foram confirmados, onde no primeiro não se encontra outro equivalente à Língua Portuguesa e os demais significam, respectivamente, ativo e passivo, enquanto eufemismos para os papéis sexuais desempenhados pelos parceiros. *Circle jerk*[67] designa uma categoria específica de satisfação do desejo sexual, onde o foco se volta para a masturbação coletiva.

Nesse sentido, esta pesquisa destacou cinco momentos durante a comparação dos termos com as linguagens de indexação brasileiras. O primeiro refere-se à adequação dos termos ao contexto brasileiro que, por sua vez, encontraram uma aproximação de significados. O segundo trouxe à tona a falta de precisão que os termos são usados, onde em alguns casos, a interferência do 'politicamente correto' demonstra indícios de preconceitos. Obviamente que o 'politicamente correto' é fruto de forças de tensões e, por isso, possibilita diversas reflexões. Em seguida, no terceiro momento, a especificidade da temática analisada apontou que as linguagens de indexação brasileiras representam-na de forma inadequada e, por vezes, imprecisa. No quarto momento tem-se a presença de figuras de linguagem subjacentes à comunidade discursiva que não encontram respaldo nas linguagens de indexação analisadas, além disso, em um quinto momento, verificou-se a presença de termos, que são figuras de linguagem, representando categorias dentro da própria temática analisada.

Portanto, esta pesquisa sugere que a falta de precisão das linguagens de indexação brasileiras podem prejudicar a recuperação da informação pelos usuários interessados na

---

[67] Esse termo alcançou proporções fora do meio homossexual e também designa um discurso de autopromoção que não resulta em progressos ou feitos e, além disso, significa o enaltecimento do ego alheio. Além disso, tem-se, também a expressão *"a jerkoff"* cujo significado refere-se a uma pessoa cretina.

temática analisada. Esse usuário possui uma identidade seja como quem busca, usa ou produz informação, inclusive, como comunidade discursiva. O usuário deve ter suas crenças refletidas pela indexação, dessa forma, sua confiança e segurança no sistema aumentaram. Essa constatação advém da análise feita dos termos oriundos de revistas científicas e que pode ser verificada através da falta de especificidade que as linguagens demonstraram. O resultado dessa inadequada organização e representação da temática pode incorrer em uma disseminação de preconceitos que pode ser evitada por parte de um profissional indexador que reconheça a necessidade ética de sua atuação e de seu fazer.

Sob esse aspecto, recomenda-se que as atividades de representação do conhecimento sejam permeadas pela vontade ética do profissional que, através do estudo do campo de domínio, possa organizá-lo e representá-lo da forma mais equânime desejável (THELLEFSEN; THELLEFSEN, 2004). Além disso, que os instrumentos usados para a representação sejam usados de forma crítica, e não apenas pelo caráter técnico. Assim, sugere-se também que as relações associativas sejam intensificadas, que os conceitos sejam contextualizados no âmbito das notas explicativas e que se destaquem os subgrupos existentes na temática, bem como as figuras de linguagens que os identificam. Assim, com todas as características dos termos que compõem a temática será possível torná-la mais específica e, portanto, passível de melhor organização temática.

Este estudo reitera, também, o que os ensaístas da literatura já indicavam, ou seja, em face da impossibilidade de se representar e organizar todo o conhecimento humano, que se considere, ao menos, a sua pluralidade e, considerando-a, que os produtos da representação sejam eticamente aceitáveis, uma vez que são dispositivos da memória científica. Assim, os estudos sobre a ética na representação do conhecimento, através do pressuposto da inclusão social, tendem a auxiliar a área no desenvolvimento de instrumentais teóricos e metodológicos para o aperfeiçoamento de suas atividades, processos e produtos.

REFERÊNCIAS

ADELSTEIN, A.; CABRÉ, M. T. The specificity of units with specialized meaning: polysemy as explanatory factor. **D.E.L.T.A,** São Paulo, v. 18, n. esp., p. 1-25, 2002.

ALLAN, K.; BURRIDGE, K. **Forbidden words:** taboo and the censoring of language. New York: Cambridge University Press, 2006.

ALMEIDA, J. R. P. **Homossexualismo:** a libertinagem no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Laemmert, 1906.

ANTUNES, A. A. **Safo:** tudo que restou. Além Paraíba, MG: Interior, 1987.

ARISTÓTELES. **Poética.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. (Biblioteca de Autores Clássicos).

ARISTÓTELES. **Retórica.** 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006. (Biblioteca de Autores Clássicos).

BADINTER, E. **XY:** sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BAIR, S. C. Toward a code of ethics. **Technical Services Quarterly**, New York, v. 23, n. 1, p. 13-26, 2005.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética:** a teoria do romance. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1998.

BANDEIRA, L.; BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões da violência. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 119-141, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11632.pdf>. Acesso em: 1 set. 2009.

BARITÉ, M. **Glosario sobre organización y representación del conocimiento, clasificación, indización, terminología.** Montevideo: Comisión Sectorial de Investigación Científica, 1997.

BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia.** São Paulo: EDUSP, 2004. (Acadêmica, 54).

BARTHES, R. A retórica antiga. In: COHEN, J. *et al.* **Pesquisas de retórica.** Petrópolis: Vozes, 1975.

BEGHTOL, C. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. **Journal of Documentation**, London, v. 42, n. 2, p. 84-113, 1986.

BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology,** New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation,** London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral I.** Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

BERMAN, S. **Prejudice and antipathies:** a tract on the LC subject heads concerning people. Jefferson: McFarland & Company Inc. Publishers, 1993.

BLACK, M. **Models and metaphors:** studies in language and philosophy. Ithaca: Cornell University Press, 1981.

BOOTH, P. F. **Indexing:** the manual of good practice. München: K.G. Saur, 2001.

BORGES, J. L. **Ficções (1944).** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BORGES, J. L. **O aleph (1949).** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOSWELL, J. **Cristianismo, tolerancia social y homosexualidad.** Barcelona: El Aleph, 1998.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, ANCIB, 2008. Disponível em: <www.enancib2008.com.br>.

BREY, P. Method in computer ethics: towards a multi-level interdisciplinary approach. **Ethics and Information Technology,** Dordrecht, v. 2, n. 2, p. 125-129, 2000.

BREY, P. The ethics of representation and action in virtual reality. **Ethics and Information Technology,** Dordrecht, v. 1, n. 1, p. 5-14, 1999.

BUCHANAN, E. A. An overview of information ethics issues in a world-wide context. **Ethics and Information Technology,** Dordrecht, v. 1, n. 3, p. 193-201, 1999.

BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science,** Washington, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

BURRIDGE, K. **Weeds in the garden of words:** further observations on the tangled history of the English language. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BUTLER, J. **Gender trouble:** feminism and the subversion of identity. London: Routledge, 1999.

CABRÉ, M. T. La Terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 24, n. 3, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/487>. Acesso em: 2 fev. 2010.

CABRÉ, M. T. **La Terminología:** representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Girona: Documenta Universitaria, 2005.

CAMPBELL, D. G. Queer theory and the creation of contextual subject access tools for gay and lesbian communities. **Knowledge Organization,** Würzburg, v. 27, n. 3, p. 122-131, 2000.

CAPURRO, R. Intercultural information ethics. In: INTERNATIONAL CENTER FOR INFORMATION ETHICS SYMPOSIUM, 2004, Karlsruhe. **Localizing the internet:** ethical issues in intercultural perspective. Karlsruhe: Center for Art and Media, 2004. Disponível em: <http://icie.zkm.de/congress2004>. Acesso em: 31 ago. 2009.

CARO CASTRO, C.; SAN SEGUNDO MANUEL, R. Lenguajes documentales y exclusión social. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. (Ed.). **La representación y la organización del conocimiento en sus distintas perspectivas:** su influencia en la recuperación de la información. Granada: Universidad de Granada, 1999. p. 101-108.

CASARES, J. **Diccionario ideológico de la lengua española:** desde la idea a la palabra; desde la palabra a la idea. 2. ed. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1959.

CASSIRER, E. **Linguagem e mito.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

CAVALCANTI, C. R. **Indexação & tesauro:** metodologia & técnicas. Brasília: ABDF, 1978.

CEIA, C. Eufemismo. In: CEIA, C. (Org.). **E-dicionário de termos literários.** 2005. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/E/eufemismo.htm>. Acesso em: 2 maio 2008.

CHAMIZO DOMÍNGUEZ, P. J. La función social y cognitiva del eufemismo y del disfemismo. **Panace@,** Madrid, v. 5, n. 15, p. 45-51, 2004.

CHAUI, M. **Convite à filosofia.** 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, 1988.

CHRISTENSEN, B. Minoritization vs. universalization: lesbianism and male homosexuality in LCSH and LCC. **Knowledge Organization,** Würzburg, v. 35, n. 4, p. 229-238, 2008.

CINTRA, A. M. M. *et al.* **Para entender as linguagens documentárias.** 2. ed. rev. aum. São Paulo: Editora Polis, 2002.

CLEVERDON, C. W. **Evaluation of operational information retrieval systems.** Part 1: Identification of criteria. Cranfield: College of Aeronautics, 1964.

COHEN, R. A. Ethics and cybernetics: Levisanian reflexions. **Ethics and Information Technology,** Dordrecht, v. 2, n. 1, p. 27-35, 2000.

CORRAZE, J. **A homossexualidade.** Porto: Rés-Editora, [1990?].

CÔRTE, A. R. Por um comportamento ético ou pelo cumprimento de um código de ética. **Palavra-Chave,** São Paulo, n. 8, p. 18-20, 1994.

COSTA, J. F. **A inocência e o vício:** estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COULDRY, N. Digital divide or discursive design? On the emerging ethics of information space. **Ethics and Information Technology,** Dordrecht, v. 5, n. 2, p. 89-97, 2003.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia.** Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DAHLBERG, I. Ethics and knowledge organization: in memory of Dr. S. R. Ranganathan in his centenary year. **International Classification,** Frankfurt, v. 19, n. 1, p. 1-2, 1992.

DANIEL, M.; BAUDRY, A. **Os homossexuais.** Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1977.

DANTAS, B. M. **O masculino na mídia:** repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

D'ONOFRIO, S. **Poema e narrativa:** estruturas. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de lingüística.** São Paulo: Cultrix, 1978.

DUNCAN, L. **Internet ethics.** New York: St. Martin's Press, 2000.

ELLIS, A. **The guild dictionary of homosexual terms.** Washington: Guild Press Ltd., c1965.

ENTRONA, L. D. Ethical reflexions on the virtual frontier. **Ethics and Information Technology,** Dordrecht, n. 2, p. 1-2, 2000.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. **Scire**, Zaragoza, v.1, n.1, p.149-157, 1995. Disponível em: <http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1038/1020>. Acesso em: 11 ago. 2010.

FALCONER, C. **Good as you:** mothers' reactions to gay sons: an exploratory study. Derry: Guildhall Press, 2005.

FARIA, E. M. A Biblioteconomia e a ética. **Palavra-Chave,** São Paulo, n. 8, p. 14-17, 1994.

FERNÁNDEZ-MARTOS, J. M.; VIDAL, M. Esclarecimentos fundamentais: nome, definição, tipos e normalidade. In: VIDAL, M.; GAFO, J.; FERNÁNDEZ-MARTOS, J. M.; LASSO, P.; RUIZ, G.; HIGUERA, G. **Homossexualidade:** ciência e consciência. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 7-15.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. Los aspectos éticos y jurídicos en la formación de los profesionales de la información. In: ENCUENTRO DE EDIBCIC, 5., 2000, Granada. **La formación de profesionales e investigadores de la información para la sociedad del conocimiento:** actas... Granada: Universidad de Granada, 2000. p. 439-449.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in professional codes of ethics. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century:** integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 487-492.

FILIPAK, F. **Teoria da metáfora.** Curitiba: Livros HDV, 1984.

FLORIDI, L. Information ethics: on the philosophical foundation of computer ethics. **Ethics and Information Technology,** Dordrecht, v. 1, n. 1, p. 37-56, 1999.

FONTANIER, P. **Les figures du discours.** Paris: Flammarion, 1977.

FORD, P. J. A further analysis of the ethics of representation in virtual reality: multi-user environments. **Ethics and Information Technology,** Dordrecht, v. 3, n. 2, p. 113-121, 2001.

FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação.** São Paulo: Polígono, 1973.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRANTZEN, A. J. Sodomy: history. In: MURPHY, T. F. (Ed.). **Reader's guide to lesbian and gay studies.** Chicago: Fitzroy Dearborn Publishers, 2000. p. 559-560.

FROEHLICH, T. J. Ethical concerns of information professionals in an international context. In: ALVAREZ-OSSORIO, J. R.; GOEDGEBUURE, B. G. (Ed.). **New worlds in information and documentation.** Amsterdam: Elsevier, 1994. p. 459-470.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade.** 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos, 81).

GAINES, S. O.; REED, E. S. Prejudice: from Allport to DuBois. **American Psychologist,** Washington, v. 50, n. 2, p. 96-103, 1995.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a "culture of the border": towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century:** integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 516-522.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Principios de lenguaje epistemográfico:** la representación del conocimiento sobre Patrimonio Histórico Andaluz. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 1998. (Cuadernos técnicos, 3).

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Teoría de la indización: nuevos parámetros de investigación. **Transinformação,** Campinas, v. 1, n. 2, p. 147-159, 1989.

GARDIN, J. C. *et al.* **La logique du plausible:** essais d'epistemologie pratique. Paris: Maison de Sciences de L'Homme, 1981.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da UNESP, 1993. (Biblioteca básica).

GORMAN, M. **Our enduring values:** librarianship in the 21st century. Chicago: ALA, 2000.

GREEN, J. **Além do carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

GREENBERG, D. F. **The construction of homosexuality.** Chicago: University of Chicago Press, 1988.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação.** Brasília:

Thesaurus, 2003. p. 100-117.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI),** Brasília, v. 1, n. 1, p. 77-99, 2008.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos do tratamento temático da informação. In: PAGNI, P. (Org.). **Universidade e contemporaneidade:** produção do conhecimento e formação profissional. Marília: FFC-UNESP, 2005a. 1 CD-ROM.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma reflexão preliminar. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). **Políticas de memória e informação:** reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006. p. 237-264.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.): uma reflexão preliminar. In: MEMÓRIA, informação e organização do conhecimento: seminário cruzando fronteiras da identidade. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005b.

GUIMARÃES, J. A. C. *et al.* Aspectos éticos en organización y representación del conocimiento: un análisis de la bibliografía científica en busca de una categorización preliminar de valores. In: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (Ed.). **La dimensión humana de la organización del conocimiento.** Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005b. p. 278-285.

GUIMARÃES, J. A. C. *et al.* Aspectos éticos de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación y su reflejo en la organización del conocimiento. In: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (Ed.). **La dimensión humana de la organización del conocimiento.** Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005a. p. 177-186.

GUIMARÃES, J. A. C. *et al.* Aspectos éticos na organização da informação: abordagens teóricas acerca da questão dos valores. In: GOMES, H. F.; BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E. (Org.). **A ética na sociedade na área de informação e da atuação profissional.** Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. p. 94-129.

GUIMARÃES, J. A. C. *et al.* Ethics in the knowledge organization environment: an overview of values and problems in the LIS literature. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). **Cultural and identity in knowledge organization.** Würzburg: ERGON Verlag, 2008. p. 340-346. (Advances in Knowledge Organization, 11).

GUIMARÃES, J. A. C.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. Los aspectos éticos de la organización y representación del conocimiento en la revista Knowledge Organization. In: ANTONIO FRÍAS, J.; TRAVIESO, C. (Ed.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento.** Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca, 2003. p. 809-816.

GUIMARÃES, J. A. C.; MILANI, S. O.; PINHO, F. A. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros Bibli:** Revista Eletrônica e Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 13, p. 124-135, 2008.

GUIMARÃES, J. A. C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, M. L. P. (Ed.). **Profissionais da informação:** formação e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000a. p. 53-70.

GUIMARÃES, J. A. C. Políticas de análisis y representación de contenido para la gestión del conocimiento en las organizaciones. **Scire,** Zaragoza, v. 6, n. 2, p. 49-58, 2000b.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Aspectos éticos em Organização e Representação do Conhecimento (ORC). In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de (Org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008a. p. 67-85.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Desafios na representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação,** Londrina, v. 12, p. 1-21, 2007.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Reflexiones sobre las teorías acerca de ética en la representación del conocimiento. **Biblios,** Lima, v. 32, p. 1-12, 2008b.

GUIMARÃES, J. A. C. Recuperação temática da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** São Paulo, v. 23, n. 1, p. 112-130, 1990.

GUIRAUD, P. **A semântica.** São Paulo: Difel, 1975.

HAAN, L.; NIJLAND, S. **King & king.** Berkeley: Tricycle Press, 2002.

HENRY, A. **Metonimia e metafora.** Torino: Giulio Einaudi, 1975.

HJØRLAND, B. Deliberate bias in knowledge organization? In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Org.). **Culture and identity in knowledge organization.** Würzburg: Ergon Verlag, 2008. p. 256-261. (Advances in knowledge organization, 11).

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation,** London, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science,** Washington, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOLDER, R. W. **How not to say what you mean:** a dictionary of euphemisms. Oxford: Oxford University Press, 2002.

HUDON, M. Accessing documents and information in a world without frontiers. **The Indexer,** London, v. 21, n. 4, p. 156-159, 1999.

HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization,** Würzburg, v. 24, n. 2, p. 84-91, 1997.

HULME, E. W. Principles of book classification. **Library Association Record,** London, v. 13, p. 354-358, 1911.

HULME, E. W. Principles of book classification. **Library Association Record,** London, v. 14, p. 39-46, 1912.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION. **About ISKO.** 2004. Disponível em: <http://is.gseis.ucla.edu/orgs/isko/about.html>. Acesso em: 29 jul. 2005. Com atualização até dezembro de 2004.

JUDGE, A. **Anti-developmental biases in thesaurus design.** 1981. Disponível em: <http://www.laetusinpraesens.org/docs/antidev.php>. Acesso em: 1 abr. 2005.

KOBASHI, N. Y. **A elaboração de informações documentárias:** em busca de uma metodologia. 1994. 261 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

KOBASHI, N. Y.; SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M. A função da terminologia na construção do objeto da Ciência da Informação. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, abr. 2002. Disponível em: <http://dgz.org.br/abr01/Art_03.htm>. Acesso em: 2 fev. 2010.

KOEHLER, W. C.; PEMBERTON, J. M. A search for core values: towards a model code of ethics for information professionals. **Journal of Information Ethics,** Dordrecht, v. 9, n. 1, p. 26-54, 2000.

KOEHLER, W. Trends of library associations and ethics in the U.S. In: VAAGAN, R. W. (Ed.). **The ethics of librarianship:** an international survey. Munchen: K. G. Saur, 2002. p. 323-337.

KONRAD, H. **Étude sur la métaphore.** Paris: J. Vrin, 1958.

KRÖLL, H. **O eufemismo e o disfemismo no português moderno.** Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos:** teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by.** Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LARA, M. L. G. O processo de construção da informação documentária e o processo de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação,** Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 127-139, 2002.

LE COADIC, Y.-F. **A ciência da informação.** 2. ed. rev. atual. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LE GUERN, M. **La metáfora y metonimia.** Madrid: Cátedra, 1976.

LEVACOV, M. Bibliotecas virtuais: (r)evolução? **Ciência da Informação,** Brasília, v. 26, n. 2, p. 125-135, 1997.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Some current research questions in the field of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 35, n. 2/3, p. 113-136, 2008.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2009.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho:** ensaios sobre a sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAI, J.-E. Classification in context: relativity, reality, and representation. **Knowledge Organization,** Würzburg, v. 31, n. 1, p. 39-48, 2004.

MACHADO, A. M. N. **Informação e controle bibliográfico:** um olhar sobre a cibernética. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

MANIEZ, J. L'evolution des languages documentaires. **Documentaliste: Sciences de L'Information,** Paris, v. 30, n. 4-5, p. 254-259, 1993.

MARTINS, M. H. P. A ética em questão. **Palavra-Chave,** São Paulo, n. 8, p. 3-4, 1994.

MASCARENHAS, I. B. Disfemismo. In: CEIA, C. (Org.). **E-dicionário de termos literários.** 2005. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/E/eufemismo.htm>. Acesso em: 2 maio 2009.

MICHEL, J. Direito do autor, direito de cópia e direito à informação: o ponto de vista à ação das associações de profissionais da informação e da documentação. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 26, n. 2, p. 140-145, 1997.

MILANI, S. O. **Estudos éticos em representação do conhecimento:** uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

MILANI, S. O. *et al.* Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. In: ROMERO, N. L. (Org.). **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento.** Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 2009. p. 180-190.

MINTZ, A. (Ed.). **Information ethics.** Jefferson: McFarland, 1990.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à sociolingüística:** o tratamento da variação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. P. 9-14.

MONEY, J. **Gay, straight, and in-between:** the sexology of erotic orientation. New York: Oxford University Press, 1988.

MOOR, J. H. Using genetic information while protecting the privacy of the soul. **Ethics and Information Technology,** Dordrecht, v. 1, n. 4, p. 257-263, 1999.

MORENO FERNÁNDEZ, F. **Princípios de sociolingüística y sociología del lenguaje.** Barcelona: Ariel, 1992.

MORRISON, J. Queer theory. In: MURPHY, T. F. (Ed.). **Reader's guide to lesbian and gay studies.** Chicago: Fitzroy Dearborn Publishers, 2000. p. 491-493.

MURPHY, T. F. (Ed.). **Reader's guide to lesbian and gay studies.** Chicago: Fitzroy Dearborn Publishers, 2000.

NUNAN, A. **Homossexualidade:** do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai Editora, 2003.

OLSON, H. A. Mapping beyond dewey's boundaries: constructing classificatory space for marginalized knowledge domains (Dewey Decimal Classification excludes some groups). **Library Trends,** Champaign, v. 47, n. 2, p. 233-254, 1998.

OLSON, H. A. **The power to name:** locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

ORRICO, E. G. D. As metáforas na interdisciplinaridade: uma proposta possível? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2006, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2006.

ORRICO, E. G. D. **Binômio Lingüística-Ciência da Informação:** abordagem teórica para elaboração de metafiltro de recuperação da informação. 2001. 206 p. Tese (Doutorado em

Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PEREC, G. **A vida modo de usar:** romances. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PEREC, G. **Pensar/clasificar.** 3. ed. Barcelona: Editorial Gedisa, 2008.

PEREIRA, I. **Dicionário grego-português e vice-versa.** Porto: Livraria apostolado da Imprensa, 1976.

PICAZIO, C. **Sexo secreto:** temas polêmicos da sexualidade. São Paulo: Summus, 1998.

PIEDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação.** 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento:** em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

PLUMMER, D. **Queer people.** New York: The Citadel Press, 1965.

PRETI, D. **Sociolingüística:** os níveis da fala: um estudo sociolingüístico do diálogo na literatura. 9. ed. São Paulo: EDUSP, 2000. (Campi, 15).

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Taboo.** Cambridge: Cambridge University Press, 1939.

RAFFERTY, P. The representation of knowledge in library classification schemes. **Knowledge Organization,** Würzburg, v. 28, n. 4, p. 180-191, 2001.

RICHARDS, I. A. **The philosophy of rethoric.** New York: Oxford University Press, 1981.

RICHARDSON, J.; PARNELL, P. **And Tango makes three.** New York: Simon & Schuster Books for Young Readers, c2005.

RICOEUR, P. **La metáfora viva.** Buenos Aires: Asociación Editorial Aurora, 1977.

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã.** Brasília: ABDF, 1978.

ROCHENBACH, B.; MENDINA, T. **Ethics and electronic information.** Jefferson: McFarland, 2003.

RODRIGUES, A. Preconceito, estereótipos e discriminação. In: RODRIGUES, A. (Org.). **Psicologia social.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 149-178.

ROSENBERG, R. S. Controlling access to the internet: the role of filtering. **Ethics and Information Technology,** Dordrecht, v. 3, n. 1, p. 35-54, 2001.

ROVER, A. J. Breve discussão sobre as condições político-éticas do progresso globalizado. **DataGramaZero:** Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1**,** n.1, 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev00/F_I_art.htm>. Acesso em: 8 jan. 2010.

RUBIN, L. **Erotic wars.** New York: Farrar, Straus and Giroux, 1990.

RUBIN, R. E. **Foundations of library and information science.** New York: Neal-Schuman, 1998.

RUBIN, R. E.; FROEHLICH, T. J. Ethical aspects of library and information science. In: KENT, A. (Ed.). **Encyclopedia of library and information science.** New York: Marcel Dekker, 1996. p. 33-52.

SAN SEGUNDO MANUEL, R. Nueva concepción de la representación del conocimiento. In: ANTONIO FRÍAS, J.; TRAVIESO, C. (Ed.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento**. Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca, 2003. p. 395-402.

SANTOS, J. P. O moderno profissional da informação: o bibliotecário e seu perfil face aos novos tempos. **Informação & Informação,** Londrina, v. 1, n. 1, p. 5-13, 1996.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral.** 20. ed. São Paulo: Cultrix/USP, 1995.

SCHOPENHAUER, A. **A arte de escrever.** Porto Alegre: L&PM, 2009.

SEDGWICK, E. K. **Epistemology of the closet.** Berkeley: University of California Press, 2008.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo.** Bauru: EDUSC, 1999.

SILVA, M. R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação,** Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, 2004.

SILVA, R. S. **Os termos relativos ao segmento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das linguagens documentárias.** 2004. 124 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVESTRE, J. P. Palavras tabu e eufemismos nos dicionários de Bento Pereira e Rafael Bluteau. In: FERREIRA, A. M. (Coord.). **Percursos de Eros:** representações do erotismo. Aveiro: Associação Labor de Estudos Portugueses, 2003. p. 223-229.

SMIT, J. W. Eu, bibliotecário, RG XXXXX e CPF YYYYY, trabalho em arquivo ou museu... algum problema? **Palavra-Chave**, São Paulo, v. 8, p. 12-13, 1994.

SONTAG, S. **Doença como metáfora, AIDS e suas metáforas.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SPENCER, C. **Homossexualidade:** uma história. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

SPINELLO, R. A. Ethical reflections on the problem of spam. **Ethics and Information Technology,** Dordrecht, v. 1, n. 3, p. 185-191, 1999.

STALLMAN, R. O projeto GNU. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev00/F_I_art.htm>. Acesso em: 8 jan. 2010.

STURGES, P. **Public internet access in library and information sciences.** London: Facet, 2002.

SWALES, J. M. The concept of discourse community. In: _____. **Genre analysis.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 21-32.

TARGINO, M. Ética profissional e o bibliotecário. **Revista de Biblioteconomia de Brasília,** Brasília, v. 20, n. 2, p. 259-272, 1996.

TAVANI, H. T. Information and communication technology (ICT) ethics: a bibliography of recent books. **Ethics and Information Technology,** Dordrecht, v. 3, n. 1, p. 77-81, 2001.

THELLEFSEN, T. L; THELLEFSEN, M. M. Pragmatic semiotics and knowledge organization. **Knowledge Organization,** Würzburg, v. 31, n. 3, p. 177-187, 2004.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VAAGAN, R. W. (Ed.). **The ethics of librarianship:** an international survey. Munchen: K. G. Saur, 2002.

VAN DER WALT, M. S. *Round-table:* Ethics in knowledge representation and organization. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century:** integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002.

VERGUEIRO, W. C. S. Ética profissional versus ética social: uma abordagem sobre os mitos da biblioteconomia. **Palavra-Chave,** São Paulo, n. 8, p. 8-11, 1994.

VIP, A.; LIBI, F. **Aurélia:** a dicionária da língua afiada. São Paulo: Editora do Bispo, [2006?].

WECKERT, J.; ADENEY, D. **Ética informática y las ciencias de la información.** Madrid: Fragua, 2000.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo